

RELATÓRIO & CONTAS 2025

RELATÓRIO & CONTAS 2025



HOSPITAL DE SANTO ESPÍRITO
DA ILHA TERCEIRA, E.P.E.R.

ÍNDICE

1	Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	04
2	Principais Factos	05
3	Apresentação	06
3.1	Estrutura Orgânica	06
4	Atividade Assistencial e Acesso	10
4.1	Consulta Externa	10
4.2	Internamento	12
4.3	Atividade Cirúrgica	12
4.4	Urgência	14
4.5	Hospital de Dia	15
4.6	Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica	16
4.7	Listas de Espera	17
5	Departamento de Gestão de Utentes	20
5.1	Evolução das Deslocações 2022-2025	20
5.2	Encargos com Deslocações	21
5.3	Utentes Deslocados por Destino	21
5.4	Utentes Deslocados por Especialidade	22
5.5	Deslocações Urgentes / Emergentes - UDEA	23
5.6	Transporte Não Urgente de Utentes	24
5.7	Gabinete de Utente Deslocado	26
6	Serviço Social	28
7	Equipa de Gestão de Altas	29
8	Serviços Hoteleiros	30
8.1	Limpeza	30
8.2	Desinfestação	30
8.3	Tratamento e Distribuição de Roupa	30
8.4	Gestão de Resíduos Hospitalares	30
8.5	Alimentação	31
8.6	Segurança e Vigilância	31
9	Serviço de Instalações e Equipamentos	31
10	Departamento de Gestão de Recursos Humanos	32
10.1	Evolução/Distribuição dos Recursos Humanos por Grupo Profissional	32
10.2	Distribuição de Efetivos por Vínculo	33
10.3	Habilitações Literárias	33
10.4	Estrutura Etária	33
10.5	Distribuição por Género	34
10.6	Absentismo	35
10.7	Remunerações	36
10.8	Objetivos para 2026	37
11	Saúde Ocupacional	37
12	Comunicação e Imagem	38
13	Investigação Clínica e Formação	38
13.1	Formação	38
13.2	Serviço Especializado de Epidemiologia e Biologia Molecular	39
14	Gabinete do Utente	40
15	Departamento de Compras e Logística	40
15.1	Enquadramento	40
15.2	Atividade Desenvolvida	40
15.3	Projetos e Melhorias Implementadas	43
15.4	Riscos e Constrangimentos	43
15.5	Desafios e Perspetivas Futuras	43
16	Plano de Investimentos	45
16.1	Execução Plano de Investimentos	45
17	Análise Económica e Financeira	46
17.1	Análise Económica	46
17.2	Análise Financeira	52
17.3	Fluxos de Caixa	56
17.4	Contabilidade de Gestão	57
18	Outras Informações Legais	57
18.1	Órgãos Sociais	57
18.2	Contrato Programa	58
19	Posição Financeira do Hospital	60
20	Proposta de Aplicação de Resultados	60
21	Demonstrações Financeiras	61
21.1	Balanço em 31 de dezembro de 2025	61
21.2	Demonstração dos Resultados por Natureza do Período Findo em 31 de dezembro de 2025	63
21.3	Demonstração das Alterações do Património Líquido em 31 de dezembro de 2025	64
21.4	Demonstração dos Fluxos de Caixa do Período Findo em 31 de dezembro de 2025	64
22	Anexos às Demonstrações Financeiras	65
23	Demonstrações Orçamentais	92
23.1	Demonstrações Previsionais	93
23.2	Demonstrações de Relato Individual	94
23.3	Anexo às Demonstrações Orçamentais	99

1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

No ano de 2025, o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER (HSEIT), consolidou o seu papel essencial no contexto regional, reforçando a sua missão de prestação de cuidados de saúde de excelência, assentes no humanismo, na proximidade com os utentes, na diferenciação e na capacidade de resposta às necessidades da população.

Ao longo do ano, foi clara a aposta numa abordagem mais humanizada e centrada no utente, promovendo uma maior proximidade no atendimento e reforçando a confiança da comunidade na instituição. Este compromisso refletiu-se não apenas na qualidade assistencial, mas também na melhoria significativa dos indicadores de acesso. Destaca-se, em particular, a expressiva redução da lista de espera para consulta até 31 de dezembro de 2025. Na área cirúrgica, importa salientar que, já nos primeiros quatro meses de 2026, se verificou uma diminuição acentuada do número de utentes inscritos para cirurgia, evidenciando o impacto das medidas implementadas.

Paralelamente, foi promovida uma relação de maior proximidade entre o Conselho de Administração e os profissionais do Hospital, materializada através da realização de reuniões de contratualização interna e da participação ativa de membros do Conselho em reuniões de Serviço e grupos de trabalho. Esta dinâmica contribuiu para um alinhamento estratégico mais eficaz e para o reforço do espírito de equipa e de compromisso institucional.

No domínio da investigação e da formação, registaram-se avanços relevantes. Destaca-se a reativação do Centro de Investigação e Ensaios Clínicos, sendo expectável o início do primeiro ensaio clínico com participação do HSEIT ainda no primeiro semestre de 2026 e a idoneidade formativa parcial nas especialidades de Pediatria e de Medicina Física e de Reabilitação, que se juntaram às já existentes em Cirurgia Geral, Medicina Interna e Nefrologia, reforçando o papel do Hospital enquanto entidade formadora de referência.

Ao nível das infraestruturas e da capacidade assistencial, foi concluído o espaço e adquiridos os equipamentos necessários para a reabertura da Unidade de Cuidados Intermédios Cardíaca, um investimento estratégico que permitirá elevar a qualidade da resposta na área da Cardiologia. Adicionalmente, foi concluída a revisão do Regulamento Interno do HSEIT, encontrando-se atualmente em fase final de apreciação pela Tutela.

Sob o ponto de vista financeiro, foi possível consolidar a trajetória de melhoria dos resultados operacionais. Persistem, naturalmente, desafios nomeadamente nos gastos com recursos humanos — decorrentes da reposição salarial e da progressão nas carreiras — com consumíveis, em particular dispositivos médicos e medicamentos, e com fornecimentos e serviços externos, que será necessário enfrentar com profissionalismo e rigor.

No que respeita ao investimento e à inovação, deu-se continuidade ao processo de modernização tecnológica e digitalização, através do financiamento do Plano de Recuperação e Resiliência, processo que deverá concluído até ao final do terceiro trimestre de 2026. Dos equipamentos que estão atualmente em fase de entrega ou instalação, destaca-se o impacto esperado do equipamento de sequenciação genética, da torre de laparoscopia 3d, do equipamento de fluoroscopia Móvel Arco-C, do angiógrafo (essencial na radiologia de intervenção e hemodinâmica), do mamógrafo e do sistema de litotricia.

Importa ainda sublinhar que, na sequência dos desafios enfrentados no ano anterior pelo Serviço Regional de Saúde, o HSEIT manteve o seu compromisso de reforço da robustez e diferenciação, assegurando a sua preparação para responder a situações de elevada exigência, alavancado pela sua localização geoestratégica.

A equipa do Conselho de Administração, que iniciou funções em abril de 2025, assumiu este desafio com elevado sentido de responsabilidade, empenhada em reforçar a motivação dos profissionais, promover uma governação clínica dinâmica e inovadora e consolidar o papel do Hospital como referência na prestação de cuidados, na formação e na investigação.

A todos os profissionais do HSEIT é devido um reconhecimento sincero pelo seu empenho, dedicação e espírito de missão, que continuam a ser determinantes para o cumprimento dos objetivos institucionais e para a qualidade dos cuidados prestados à população.

O caminho que se projeta para o futuro assenta na continuidade deste trabalho, com foco nas pessoas, na inovação e na excelência, em estreita articulação com a comunidade e com todas as entidades do setor da saúde.

Paulo Filipe Diz

2. Principais Factos 2025

Simulacro Internamento de Pediatria



I Congresso de Neurodesenvolvimento dos Açores



mySaúde Açores no HSEIT



X Jornadas de Enfermagem do HSEIT



Idoneidade Formativa do Serviço de Pediatria



Idoneidade Formativa do Serviço de Medicina Física e de Reabilitação



Certificação dos Serviços Farmacêuticos



Reativação da Unidade de Ensaio Clínico



3. Apresentação

3.1. Estrutura Orgânica

À data de elaboração do presente relatório, o Conselho de Administração é composto pelos seguintes elementos:



Presidente

Paulo Filipe de Almeida e
Silva Diz



Diretora Clínica

Rute Margarida de Sousa
Garcia do Couto



Enfermeiro Diretor

César Leandro da Costa
Toste



Vogal

Michéle Soveta Aguiar

Despacho Normativo nº 18/2007 de 26 de Abril de 2007
Resolucao do Conselho do Governo nº 53/2025 de 1 de abril de 2025

Adjuntos da Direção Clínica	
	Ângelo Andrade
	Miguel Lourenço
	Patrícia Fragata
	Lisandra Martins
	Renata Gomes
	Lénio Couto

Adjuntos da Direção de Enfermagem	
	Francisco Parreira
	Catarina Freitas
	Sandra Valadão

Serviços de Apoio Clínico	
Serviços Farmacêuticos	Ana Margarida Martins
Serviços de Esterilização	Carina Batista
Serviço Social	Marisa Queiróga
Serviços Religiosos	Júlio Rocha

Serviços de Apoio Clínico	
Departamento de Cirurgia	
Angiologia e Cirurgia Vascular	Timmy Toledo
Cirurgia Geral	António Mora Torres
Estomatologia	Francista Castro Lopes
Oftalmologia	António Palma
Otorrinolaringologia	Aída Bartolomo
Ortopedia	Luis Pinheiro
Urologia	Raúl Rodrigues

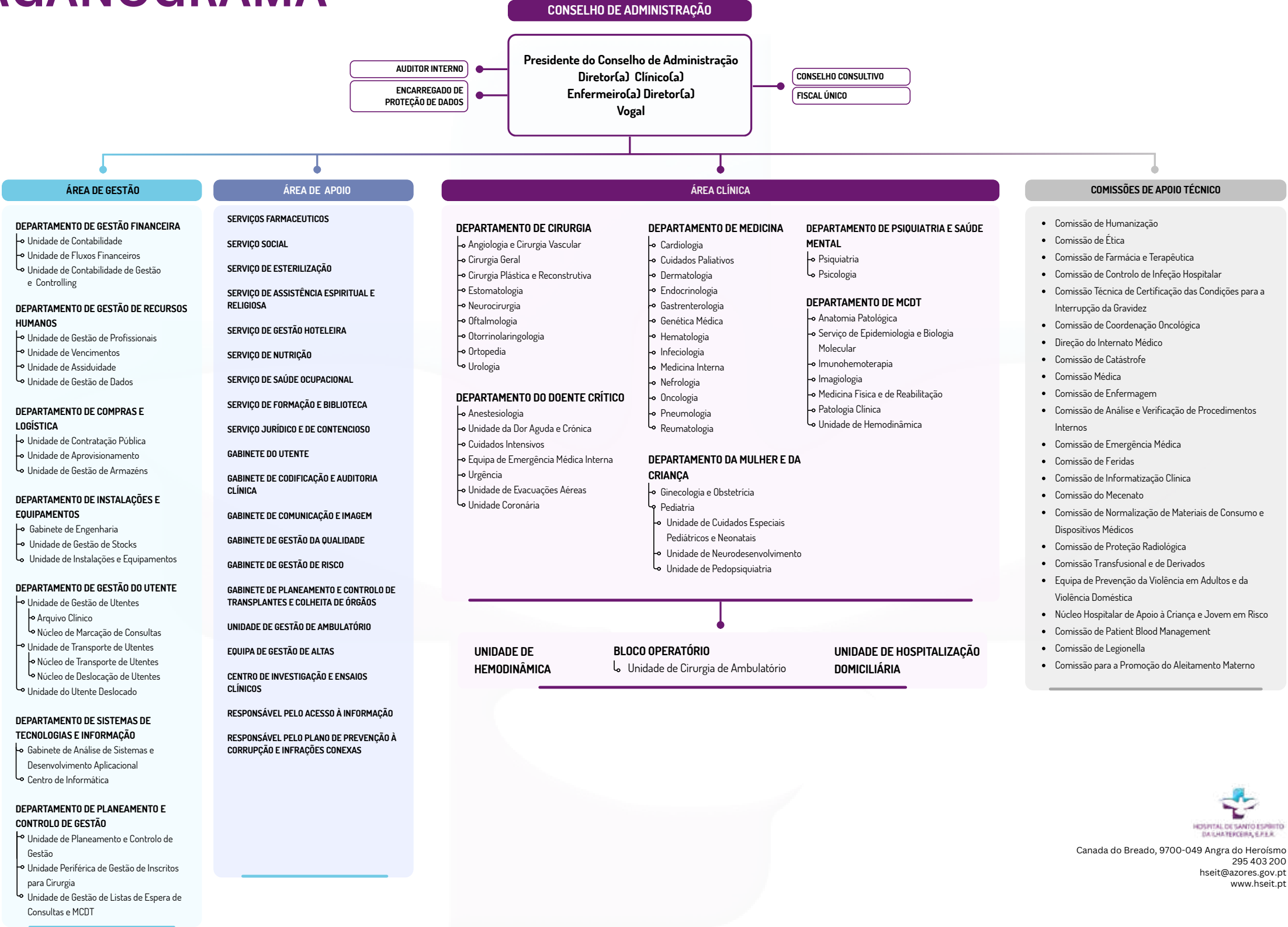
Departamento do Doente Crítico	
Anestesiologia	Lúcia Fraga
Bloco Operatório	Lisandra Martins
Cuidados Intensivos	Paula Mendes
Urgência	Andreia Moniz
Unidade de Evacuações	Patrícia Fragata
Departamento de Medicina	
Cardiologia	João Paisana Lopes
Dermatologia	Elias Ribeiro
Endocrinologia	Teresa Rego
Gasroenterologia	Mário Toste
Imunoalergologia	Tatiana Lourenço
Medicina Interna	Leonor Monjardino
Nefrologia	Lourdes Dias
Neurologia	Manuela Branco

Oncologia Médica	Rita Vitorino
Pneumologia	Aurora Lino
Departamento da Mulher e da Criança	
Ginecologia/Obstetrícia	Paula Bettencourt
Pediatria	Paula Gonçalves
Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental	
Psiquiatria	Margarida Moniz
Departamento de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica	
Anatomia Patológica	
Epidemiologia e Biologia Molecular	Cláudia Falcão Reis
Imunohemoterapia	Francelina Peixoto
Imagiologia	Miguel Lima
Medicina Física e de Reabilitação	Sandra Toledo
Patologia Clínica	Marco Ramalho
Coordenadores da Área de Prestação de Cuidados	
Unidade de Nutrição e Alimentação	Cláudia Meneses
Unidade de Psicologia	Ana Pereira e Silva
Chefias de Enfermagem	
Consulta Externa	Manuel Fins
Unidade de Tratamento I	Vânia Gonçalves
Unidade de Tratamento II	Rita Sousa
Unidade de Tratamento III	Fábio Coelho
Unidade de Tratamento IV	José Moniz
Unidade de Tratamento Cirúrgico I	Lídia Dias
Unidade de Tratamento Cirúrgico II	Sérgio Pereira
Bloco Operatório	Sandra Pavão
Hospital de Dia	Margarida Lourenço
Hospital de Dia de Pediatria	Orlando Laureano
Unidade de Neonatologia	Filomena Enes
Pediatria	Sandra Valadão
Ginecologia/Obstetrícia	Rosa Ázera
Psiquiatria	Vânia Silva
Díálise	Teresa Alvernaz
Serviço de Urgência	João Enes
Imunohemoterapia	Ana Paula Pereira
Unidade de Cuidados Intensivos	Filipe Rodrigues
Saúde Ocupacional	Filomena Candeias
Órgãos de Apoio Clínico	
Comissão de Ética	Alberto Rosa
Comissão de Humanização	Bárbara Medeiros
Comissão de Farmácia e Terapêutica	Renata Gomes
Gabinete da Qualidade	Lucrécia Silva
Comissão de Catástrofe	Débora Melo

Comissão de Controlo de Infecção Hospitalar	Paula Mendes
Comissão de Coordenação Oncológica	Rita Vitorino
Comissão <i>Patient Blood Management</i>	Francelina Peixoto
Comissão Técnica de Certificação das Condições para a Interrupção Voluntária da Gravidez	Paula Bettencourt
Comissão de Gestão do Risco	Guída Meneses
Comissão de Análise de Procedimentos e Inspeções	Ronaldo Valadão
Direção do Internato Médico	Lénio Couto
Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão	Marília Botelho
Gabinete de Comunicação e Imagem	Beatriz Aranda
Gabinete de Formação e Investigação	Beatriz Aranda
Gabinete Jurídico	Pedro Macedo Machado
Responsável Proteção de Dados	Liliana Catarino
Unidade de Gestão Clínica e de inscitos para Cirurgia	Sara Messias
Unidade de Gestão Clínica e de Inscitos para Consulta Externa	Ângela Costa
Departamentos da Área de Administração	
Departamento de Gestão Financeira	Tânia Rocha
Contabilidade	Cesária Mendes
Fluxos Financeiros	Ana Luísa Nunes
Departamento de Logística	Leila Monteiro
Aquisições	Graça Pereira
Gestão de Materiais	Ronaldo Valadão
Serviços Hoteleiros	Valéria Mendes
Instalações e Equipamentos	Paula Silveira
Departamento de Recursos Humanos	Pedro Macedo Machado
Serviço de Recursos Humanos	Rosa Teixeira
Saúde Ocupacional	Cristiane Couto
Departamento de Gestão de Utentes	Helena Ochoa
Unidade de Gestão de Utentes	
Unidade de Transporte de Utentes	Paulo Garrão
Departamento de Sistemas de Tecnologias da Informação	Francisco Raposo
Gabinete de Análise de Sistemas e Desenvolvimento Apicacional	
Centro de Informática	Filipe Nunes

3.1.1.. Organograma

ORGANOGRAMA*



*Organograma em aprovação à data da publicação do Relatório & Contas 2025

3.1.2 Estrutura Orgânica

Missão

O HSEIT tem a missão de prestar os melhores cuidados de saúde à comunidade, de forma sustentável, humanizada, integrada e acessível, garantindo a equidade e perseguindo a excelência. Promover o desenvolvimento científico, formativo e pessoal dos colaboradores, atuando de forma integrada com as demais instituições do Sistema de Saúde.

A sua localização geoestratégica privilegiada diferencia a sua atuação na resposta à emergência médica da Região.

Visão

Ser um hospital de referência pela excelência dos serviços prestados e cultura de valores, do qual a comunidade e os colaboradores se orgulhem; que se afirme na boa prática clínica, no ensino, na investigação, na criação de valor e no reconhecimento do mérito, que potencie a captação e fixação de profissionais.

3.1.3 Área de Responsabilidade

Missão

O HSEIT presta cuidados de saúde em referência direta a uma população de cerca de 65.697 habitantes, residentes nas ilhas Terceira, S. Jorge e Graciosa, abrangendo as áreas de influência de três Unidades de Saúde de Ilha com cinco Centros de Saúde.



4. Atividade Assistencial e Acesso

O ano de 2025 ficou marcado por uma significativa redução da lista de espera para consulta externa (LEC), enquanto que a lista de inscritos para cirurgia (LIC) não tendo apresentado oscilação relevante até final de 2025, apresentou uma redução significativa até à data de prestação de contas (março/2026). A atividade assistencial apresentou uma ligeira redução que será analisada. Sienta-se, pela positiva:

- A redução no número de admissões no Serviço de Urgência (-3,91%), sobretudo na Urgência Pediátrica (-14,21%), variação que reflete uma menor procura por cuidados urgentes e emergentes;

- A diminuição do recurso aos meios complementares de diagnóstico, comportamento associado ao decréscimo do recurso ao Serviço de Patologia Clínica;
- O decréscimo do número de dias de internamento, fruto diminuição da demora média;

Em função das obras realizadas do Bloco Operatório durante o terceiro trimestre, a atividade cirúrgica apresentou um decréscimo da atividade (-2,52%) enquanto que a atividade de Consulta Externa decresceu -2,56%. A atividade de Hospital Dia manteve-se quase inalterado.

Produção Global					
Linha de Produção	Indicador	2023	2024	2025	Δ % 25/24
Consulta Externa	TOTAL de Consultas Realizadas	111 938	113 099	110 208	-2,56%
	Primeiras	29 999	31 804	29 979	-5,74%
	Subsequentes	81 939	81 295	80 229	-1,31%
	Percentagem de 1 ^{as} consultas	27%	28%	27%	-3,27%
Internamento	Lotação**	217	213	213	0,00%
	Doentes Saídos*	5 855	5 838	5 808	-0,51%
	Dias de Internamento	51 116	52 012	51 290	-1,39%
	Demora Média	8,53	8,70	8,65	-0,57%
	Taxa de Ocupação	65%	66%	66%	-0,20%
	Doentes Saídos/Cama	27	27	27	-0,51%
Bloco Operatório	TOTAL de Cirurgias	3 474	3 854	3 757	-2,52%
	Cirurgias Programadas	2 818	3 110	2 978	-4,24%
	Cirurgias Eletivas	2 671	2 678	2 560	-4,41%
	Cirurgias Cirurge	147	432	418	-3,24%
	Cirurgias Urgentes	656	744	779	4,70%
	Cirurgia de Ambulatório	1 374	1 625	1 360	-16,31%
Urgência	TOTAL Doentes Entrados	61 674	64 658	62 131	-3,91%
	Urgência Geral	45 648	47 097	46 262	-1,77%
	Urgência Pediátrica	13 699	15 189	13 031	-14,21%
	Urgência de Obstetria	2 327	2 372	2 838	19,65%
Hospital de Dia	Sessões	34 704	34 596	34 208	-1,12%
MCDT	Exames e Tratamentos	1 649 125	1 681 377	1 609 875	-4,25%

Fonte: Provision e Secretariados
* Não inclui transferências internas e a este valor acresce as cirurgias de ambulatório.
** 2023, 2024, 2025 - Lotação a 31 de dezembro

4.1 Consulta Externa

Foram realizadas 110.208 consultas em 2025, médicas e não médicas, diretas e indiretas. A atividade de Consulta não se cinge à realizada nas instalações do HSEIT, EPER, contemplando as consultas realizadas no âmbito do Regulamento Geral de Deslocações do Serviço Regional de Saúde, aprovado pela Portaria nº 95/2018 de 2 de agosto.



Consultas Médicas Diretas
90.454



Taxa 1^{as}as Consultas Médicas
27%



Teleconsulta Médica
3.975



Consultas Não Médica
15.894



Tempo Médio de Espera Efetivo 1^{as}as Consultas Médicas
178

No quadro seguinte, apresenta-se a evolução do número de consultas por especialidade:

Especialidades	2023	2024	2025	Δ % 25/24
Anestesiologia*	3 134	2 647	2 959	11,79%
Cardiologia	3 151	3 168	2 915	-7,99%
Dermatologia	2 522	2 121	2 215	4,43%
Endocrinologia	1 835	1 853	2 997	61,74%
Fisiatria	4 685	4 520	4 670	3,32%
Imuno-alergologia	1 210	1 369	393	-71,29%
Imunohemoterapia	7 314	7 003	7 297	4,20%
Infeciologia	282	370	414	11,89%
Gastroenterologia	2 980	3 114	3 072	-1,35%
Genética Médica	413	355	167	-52,96%
Hematologia Clínica	189	218	300	37,61%
Medicina Interna	4 677	4 192	3 718	-11,31%
Medicina do Trabalho	674	784	754	-3,83%
Nefrologia	2 503	2 536	2 797	10,29%
Neurologia	2 579	2 772	2 898	4,55%
Oncologia Médica	6 414	7 578	8 595	13,42%
Pediatria	1 956	2 375	2 199	-7,41%
Pedopsiquiatria	915	910	703	-22,75%
Pneumologia	3 259	3 194	3 162	-1,00%
Psiquiatria	6 249	5 866	5 386	-8,18%
Radioncologia	1 199	1 157	345	-70,18%
Reumatologia	1 443	1 634	1 343	-17,81%
Outras Esp. Médicas (Auto Imunes)	22	0	0	n.a.
Consultas Multidisciplinares	2 245	2 310	2 111	-8,6%
TOTAL Especialidades Médicas	61 850	62 046	61 410	-1,0%
Cirurgia Geral	4 270	4 634	4 828	4,19%
Cirurgia Plástica	1 399	1 506	1 497	-0,60%
Cirurgia Vascular	1 433	1 957	1 853	-5,31%
Estomatologia	1 070	1 287	1 472	14,37%
Ginecologia/Obstetrícia	4 516	4 021	3 273	-18,60%
Neurocirurgia	1 588	1 522	1 543	1,38%
Oftalmologia	5 822	5 937	5 261	-11,39%
Ortopedia	4 781	3 664	4 872	32,97%
Otorrinolaringologia	4 442	4 804	4 075	-15,17%
Urologia	3 436	3 886	4 213	8,41%
Outras Esp. Médicas (Cardiorácica)	0	1	17	1600,00%
TOTAL Especialidades Cirúrgicas	32 757	33 219	32 904	-0,9%
TOTAL Consultas Médicas	94 607	95 265	94 314	-1,0%
Anestesiologia(**)**	2 105	1 670	202	-87,90%
Cirurgia**	582	908	754	-16,96%
Dietética	0	0	0	n.a.
Imunohemoterapia**	36	2	0	-100,00%
Nutrição	3 777	2 887	3 032	5,02%
Ortopedia**	0	0	0	n.a.
Podologia	1 576	1 825	1 957	7,23%
Psicologia***	5 137	5 632	4 664	-17,19%
Psicologia Pediátrica	2 758	2 496	2 434	-2,48%
Terapia Ocupacional	0	0	0	n.a.
Musicoterapia	0	0	0	n.a.
Pediatria**	772	875	446	-49,03%
Obstetrícia**	0	0	860	n.a.
Psiquiatria**	588	1 539	1 540	0,06%
Pedopsiquiatria**	0	0	0	n.a.
Oncologia Médica (inclui Cuidados Paliativos - 2024)	0	0	5	n.a.
TOTAL Especialidades Não Médicas	17 331	17 834	15 894	-10,9%
TOTAL	111 938	113 099	110 208	-2,6%

Nota: Oncologia Médica (inclui Cuidados Paliativos desde 2024)

Em linha com as preocupações sobre incidência, prevalência e carga de doença, as especialidades com maior número de consultas de especialidade em 2025 foram: Oncologia Médica (8.595), Imunohemoterapia (7.297), Psiquiatria (5.386) e Oftalmologia (5.261).

4.2 Internamento

A atividade assistencial de internamento pressupõe que um doente seja admitido num estabelecimento de saúde, num de terminado período, e ocupe cama ou berço de pediatria ou de neonatologia, para diagnóstico ou tratamento de um episódio agudo, e com tempo de permanência de, pelo menos, 24 horas. A lotação praticada ao longo do ano de 2025 foi de 213 camas.



Doentes Saídos
5.808



Taxa de Ocupação
65,97%



Doentes Admitidos
Com Proveniência do SU: 3.805
5.732



Taxa de Reinternamentos até 3 dias
2,24%

Na tabela que se segue é possível observar os doentes saídos por especialidade, os dados por especialidade incluem as transferências internas.

ESPECIALIDADE*	2023	2024	2025	Δ % 25/24
Angiologia e Cirurgia Vascular	155	192	186	-3,13%
Cardiologia	396	382	386	1,05%
Cirurgia Geral	817	879	874	-0,57%
Cirurgia Plástica	65	63	56	-11,11%
Dermatologia	0	0	0	n.a.
Estomatologia	21	33	24	-27,27%
Gastroenterologia	202	177	182	2,82%
Ginecologia	130	161	154	-4,35%
Infecciologia**	0	0	0	n.a.
Medicina Interna	1 283	1 198	1 194	-0,33%
Nefrologia	208	221	204	-7,69%
Neonatologia	81	94	93	-1,06%
Neurocirurgia	70	69	72	4,35%
Neurologia	167	139	132	-5,04%
Obstetrícia	541	578	545	-5,71%
Oftalmologia	13	8	5	-37,50%
Oncologia Médica	97	113	130	15,04%
Ortopedia	510	463	569	22,89%
Otorrinolaringologia	167	183	209	14,21%
Pediatria	260	273	209	-23,44%
Pneumologia	283	269	244	-9,29%
Psiquiatria	131	120	121	0,83%
Cardiorácica	21	43	28	-34,88%
UCI	220	245	226	-7,76%
Urologia	385	385	365	-5,19%
TOTAL***	5 855	5 838	5 808	-0,5%

4.3 Atividade Cirúrgica

A programação da atividade cirúrgica do HSEIT tem como principais objetivos operar os doentes inscritos há mais tempo, sempre atendendo ao seu nível de prioridade e diminuir o tempo médio de espera nas várias especialidades. No que concerne à atividade cirúrgica de 2025, é incontornável a referência ao impacto das obras no bloco operatório, durante o 3º trimestre, bem como das greves ocorridas no 2º semestre.

Em função do exposto, foram intervencionados 2.978 utentes, uma redução de 2,52% face a 2024. Contudo, é de referir que 2024 havia sido o ano com a maior produção desde 2021 e que, por outro lado, no primeiro trimestre de 2026 o HSEIT voltou a reforçar a sua atividade cirúrgica, alcançando o maior número de cirurgias dos últimos anos.

Bloco Operatório Tipo de cirurgia	Nº de intervenções cirúrgicas					
	2021	2022	2023	2024	2025	Δ % 25/24
Cirurgias Programadas	3 111	2 926	2 818	3 110	2 978	-4,24%
Internamento	1 752	1 684	1 444	1 485	1 618	8,96%
Ambulatório	1 359	1 242	1 374	1 625	1 360	-16,31%
% Cirurgias de Ambulatório	43,68%	42,45%	48,76%	52,25%	45,67%	-12,60%
Cirurgias Urgentes	548	563	656	744	779	4,70%
CIRURGE	219	255	147	432	418	-3,24%
TOTAL	3 659	3 489	3 474	3 854	3 757	-2,5%

Fonte: Provision

A atividade cirúrgica urgente no ano de 2024 aumentou 4,7% em relação ao ano de 2023, com realce para o crescimento de cirurgia urgente de Angiologia e Cirurgia Vascular e Ortopedia.

A tabela abaixo traduz a atividade cirúrgica por especialidade.

Cirurgia Urgente	2023	2024	2025	Δ % 25/24
Angiologia e Cirurgia Vascular - BL	31	19	22	15,79%
Cirurgia Torácica - BL	1	1	1	0,00%
Cirurgia Geral - BL	261	258	267	3,49%
Cirurgia Plástica - BL	1	4	5	25,00%
Estomatologia - BL	1	1	1	0,00%
Ginecologia - BL	8	17	29	70,59%
Neurocirurgia - BL	1	0	2	n.a.
Obstetrícia - BL	154	182	165	-9,34%
Oftalmologia - BL	2	5	2	-60,00%
Ortopedia - BL	85	149	171	14,77%
Otorrinolaringologia - BL	4	8	9	12,50%
Urologia - BL	107	100	105	5,00%
TOTAL	656	744	779	4,70%

Bloco Operatório				
Especialidade	2023	2024	2025	Δ % 25/24
Angiologia e Cirurgia Vascular	189	229	256	11,79%
Cirurgia Torácica	14	35	21	-40,00%
Cirurgia Geral	857	957	931	-2,72%
Cirurgia Plástica	64	73	64	-12,33%
Estomatologia	23	29	25	-13,79%
Ginecologia	155	152	161	5,92%
Neurocirurgia	68	68	71	4,41%
Obstetrícia	205	249	219	-12,05%
Oftalmologia	745	910	688	-24,40%
Ortopedia	518	466	573	22,96%
Ortopedia Pediátrica	29	31	32	3,23%
Otorrinolaringologia	163	176	220	25,00%
Urologia	444	479	496	3,55%
TOTAL	3 474	3 854	3 757	-2,5%

4.3.1 Programa Regional de Produção Adicional Cirúrgica (CIRURGE)

No ano de 2025 o HSEIT realizou 418 cirurgias ao abrigo do programa CIRURGE, programa de recuperação de lista de inscritos para cirurgia, criado pelo Despacho nº 2762/2017 de 14 de novembro, abrangendo 5 especialidades: Angiologia e Cirurgia Vascular, Ortopedia, Oftalmologia, Urologia e Cirurgia Geral, destacando-se o reforço da atividade da especialidade de Ortopedia:

CIRURGE					
Especialidade	2022	2023	2024	2025	Δ % 25/24
Angiologia e Cirurgia Vascular	91	48	48	86	79,17%
Cirurgia Geral	0	0	0	7	n.a.
Oftalmologia	94	0	251	102	-59,36%
Ortopedia	70	70	46	151	228,26%
Urologia	0	29	84	72	-14,29%
Ginecologia	0	0	3	0	-100,00%
TOTAL	255	147	432	418	-3,24%

Fonte: Provision

4.3.2 Bloco de Partos

Em 2025 registaram-se 459 partos, valor que traduz numa diminuição de 9,24% face a 2024, ano em que a atividade foi influenciada pelo encaminhamento de 73 utentes do HDES, na sequência do incêndio ocorrido em maio de 2024.

Nº de Partos		2023	2024	2025	Δ % 25/24
Eutócicos		214	194	206	6,19%
Distócicos:		243	296	253	-14,53%
	Cesarianas	185	227	193	-14,98%
	Outros*	58	69	60	-13,04%
TOTAL		457	490	459	-6,3%
Cesarianas (%)		40%	46%	42%	-9,24%

Dos 459 partos realizados, 206 foram partos eutócicos e 253 distócicos, o que representou uma diminuição de 6,3% da taxa de cesarianas efetuadas. Note-se, contudo, que em 2024 foram realizadas 60 cesarianas a utentes reencaminhadas pelo já referido incêndio no HDES.

4.4 Urgência

O Serviço de Urgência (SU) do HSEIT é composto por três áreas de atendimento: Urgência Geral (Médico-Cirúrgico de adultos), Urgência Obstétrica e Urgência Pediátrica. Em 2025 o SU registou 62.131 admissões, uma redução de 3,91% face a 2024.



Urgências
62.131



Tempo Médio de Espera
52"



Permanência Média Urgência
3'14"



Tempo Médio de Espera Para Triagem
6"



Reurgências [24h / 48h]
2,11%



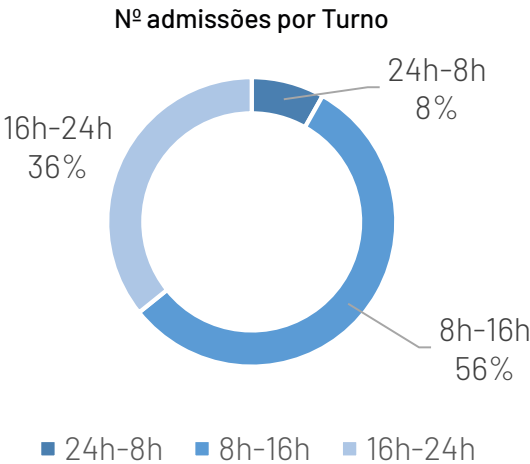
Atendimentos Urgentes com Internamento
6,36%

Como se pode observar pelo gráfico seguinte, o atendimento urgente do HSEIT apresenta variações distintas nas diferentes áreas de atendimento: o número de atendimentos nas áreas Geral e Pediátrica diminuíram, enquanto a Obstétrica observou um aumento.

Serviço de Urgência - Nº de admissões



No ano de 2025 o HSEIT realizou 418 cirurgias ao abrigo do programa CIRURGE, programa de recuperação de lista de inscritos para cirurgia, criado pelo Despacho nº 2762/2017 de 14 de novembro, abrangendo 5 especialidades: Angiologia e Cirurgia Vascular, Ortopedia, Oftalmologia, Urologia e Cirurgia Geral, destacando-se o reforço da atividade da especialidade de Ortopedia:



É no horário da manhã, entre as 08h00 e as 16h00, que se verifica o maior número de admissões, sendo que as entradas no SU entre as 24h e as 8h representam apenas 8% do TOTAL.

Através do sistema de Triage de Manchester é atribuída uma prioridade clínica, em função de parâmetros avaliados pela equipa de enfermagem, antes da avaliação médica. Na imagem infra é possível observar o número de atendimentos, por nível de prioridade:

	023946570	Verde	29.576	47,6%
	023946570	Amarelo	25.980	41,8%
	023946570	Laranja	4.220	6,8%
	023946570	Vermelho	141	0,2%
	023946570	Branco	1.516	2,4%
	023946570	Azul	698	1,1%

Apesar da redução significativa no número de atendimentos, as admissões menos urgentes (cores branca, azul e verde) e assim, potencialmente passíveis de atendimento em cuidados de saúde primários, com menor consumo de recursos

diferenciados representaram mais de metade (51,07%) das admissões. Apesar do exposto, este resulta representação uma melhoria do indicador face a 2024, ano em que a percentagem foi de 54,05%.

4.5 Hospital de Dia

A atividade do Hospital de Dia estabilizou, há vários anos, em cerca de 34 mil sessões, sendo que as especialidades que mais se evidenciaram em 2025 foram a Imunohemoterapia e a área Médico Cirúrgica.

Especialidades	Hospital de Dia				
	2022	2023	2024	2025	Δ % 25/24
Dor Crónica			10	86	760,00%
Ginecologia/ Obstetrícia	1 744	2 495	2 326	1 799	-22,66%
Imunohemoterapia	1 107	925	1 108	1 261	13,81%
Médico Cirúrgico	2 137	2 549	2 861	3 277	14,54%
Nefrologia/ Diálise	14 215	13 697	12 441	12 422	-0,15%
Oncologia Médica	9 318	9 601	9 873	9 743	-1,32%
Pediatria	1 164	1 298	1 350	1 387	2,74%
Pneumologia	2 086	2 292	2 908	2 537	-12,76%
Psiquiatria	884	1 304	1 127	1 109	-1,60%
Reumatologia	585	543	592	587	-0,84%
TOTAL	33 240	34 704	34 596	34 208	-1,12%

4.6 Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (MCDT)

OS MCDT realizados decresceram 4,25%, face a 2024, variação que decorre, essencialmente, do decréscimo no recurso à Patologia Clínica, em resultado de um trabalho de governação clínica para mitigar o recurso excessivo aos meios de diagnóstico, iniciado no final de 2024.

As especialidades com maior crescimento na área de MCDT foram a Urologia, a Medicina Física e de Reabilitação e a Imunohemoterapia, conforme se pode verificar pela tabela infra:

Especialidades	MCDT			
	2023	2024	2025	Δ % 25/24
Angiologia e Cirurgia Vascular	1 217	1 849	1 601	-13,41%
Anatomia Patológica	7 112	7 216	7 453	3,28%
Cardiologia	16 008	16 789	16 948	0,95%
Cirurgia	1 129	1 080	954	-11,67%
Dermatologia	1 920	1 850	1 681	-9,14%
Estomatologia	744	887	629	-29,09%
Gastroenterologia	4 833	4 917	5 014	1,97%
Ginecologia/Obstetrícia	17 791	14 796	7 965	-46,2%
Cardiotocografias	1 229	1 124	673	-40,12%
Ecografias	1 265	1 107	488	-55,92%
Outros	15 297	12 565	6 804	-45,85%
Imagiologia	67 805	69 190	68 377	-1,2%
Ecografias	3 955	4 449	4 294	-3,48%
Radiografias	48 187	48 357	47 683	-1,39%
TC	12 216	12 844	13 034	1,48%
RM	2 795	2 586	2 611	0,97%
Outros	652	954	755	-20,86%
Imunohemoterapia	934	1 127	1 279	13,5%
Medicina Física e de Reabilitação	196 278	184 198	219 139	18,97%
Nefrologia	13 714	12 469	12 463	-0,05%
Neurologia	1 734	1 796	1 861	3,62%
Oftalmologia	26 862	26 816	18 458	-31,17%
Otorrinolaringologia	16 076	13 235	5 898	-55,44%
Patologia Clínica	1 098 834	1 132 656	1 060 387	-6,38%
Pneumologia	11 930	14 321	13 003	-9,20%
Urologia	1 215	1 803	2 319	28,62%
Outros Exames/Tratamentos*	162 989	174 382	164 446	-5,70%
TOTAL	1 649 125	1 681 377	1 609 875	-4,25%

*Outros - exames realizados pelo SEEBMO, imunoalergologia, cardiologia pediátrica, cirurgia plástica, dor crónica, endocrinologia, gastroenterologia pediátrica, neonatologia, oncologia médica, pediatria, reumatologia, atos de enfermagem (realizado em consulta externa), anestesiologia, hematologia clínica, ortopedia, podologia, pedopsiquiatria, e consulta externa - central de colheitas.

4.7 Listas de Espera

4.7.1 Listas de Inscritos em Cirurgia (LIC)

A lista de espera de inscritos em cirurgia apresenta propostas cirúrgicas que aguardam pela realização da intervenção, podendo um mesmo utente ter mais do que uma proposta cirúrgica associada na mesma especialidade ou em especialidades diferentes.

Apesar da relativa estabilização do número de utentes a aguardar cirurgia no final de 2025 (cerca de 3.600), face a 31/12/2024, bem como do ligeiro aumento do tempo médio de espera (TME) para cirurgia (426 dias no final de 2025), verifica-se que até à data de prestação de contas (março/2026), se assistiu a uma evolução muito favorável destes indicadores.

A 31 de março de 2026 o número TOTAL de propostas cirúrgicas em espera reduziu para 3.504, o que representa com uma redução de 3,1%, face a 31/12/2025, enquanto que o TME para cirurgia reduziu para 406 dias, um decréscimo de 20 dias face a 2025.

Ainda no que concerne a 2025, de realçar a melhoria observada dos TME da especialidade de Ortopedia, que diminuiu 40 dias, especialidade com maior representatividade da LIC do HSEIT e que reflete o esforço para uma adequada resposta às necessidades dos utentes.

Apresenta-se a lista de espera de cirurgia, a 31 de dezembro de 2024 e 2025, bem como os dados a 31 de março de 2026:

Pendentes (LIC)	À data de 31/12/2024		À data de 31/12/2025		Var.2025/2024		À data de 31/03/2026	
Especialidade	Nº de propostas	Tempo Médio de Espera (Dias)	Nº de propostas	Tempo Médio de Espera (Dias)	Nº de propostas	Tempo Médio de Espera (Dias)	Nº de propostas	Tempo Médio de Espera (Dias)
Angiologia e Cirurgia Vascular	470	456	451	500	-4,0%	9,6%	447	514
Cardiotorácica	4	639	4	928	0,0%	45,1%	1	1228
Cirurgia Geral	477	209	552	234	15,7%	11,6%	569	224
Cirurgia Plástica	127	338	142	410	11,8%	21,4%	170	386
Estomatologia	13	142	26	123	100,0%	-13,4%	30	113
Ginecologia	160	275	178	315	11,3%	14,4%	154	305
Neurocirurgia	28	89	24	109	-14,3%	22,8%	19	116
Oftalmologia	882	194	795	260	-9,9%	33,6%	703	210
Ortopedia	1 128	760	1 110	720	-1,6%	-5,3%	1040	696
Otorrinolaringologia	75	124	64	163	-14,7%	31,5%	70	112
Urologia	253	252	332	221	31,2%	-12,3%	299	217
TOTAL	3 625	417	3 679	426	1,49%	2,25%	3504	406

4.7.2 Listas de Inscritos de Consulta (LEC)

Na tabela que se segue encontra-se o número de pedidos em lista de espera para consulta a 31 de dezembro de 2025 sem marcação, exclusivamente no que diz respeito a pedidos para primeiras consultas. No ano de 2025 assistiu-se a uma redução expressiva da Lista de Espera para Consulta (-11,36%), bem como dos Tempos Médios de espera. Esta

evolução é bem demonstrativa do trabalho que está a ser feito pelo HSEIT para responder de forma eficaz à constante pressão dos novos pedidos e para otimizar os procedimentos de referenciação. São exemplo destas medidas as especialidades de oftalmologia, endocrinologia, ortopedia e Anestesiologia.

	À data de 31 de dezembro de 2024		À data de 31 de dezembro de 2025		Variação 2025/2024	
Especialidade	Pedidos Consulta	Tempo Médio de Espera (Dias)	Pedidos Consulta	Tempo Médio de Espera (Dias)	Pedidos Consulta	Tempo de Médio de Espera (Dias)
Área Médica	10 151	325,03	8 968	310,00	-11,65%	-4,62%
Imunoalergologia	148	85,27	223	163,00	50,68%	91,16%
Anestesiologia	1 544	354,73	328	354,00	-78,76%	-0,21%
Angiologia e Cirurgia Vascular	6	27,83	60	45,00	900,00%	61,70%
Cardiologia	425	153,46	559	168,00	31,53%	9,47%
Cirurgia Cardiorádica			20	887,00	n.a.	n.a.
Cardiologia Pediatrdica	18	79,00	16	53,00	-11,11%	-32,91%
Cirurgia Plástica	186	73,76	137	46,00	-26,34%	-37,64%
Cirurgia Geral	13	33,85	262	56,00	1915,38%	65,44%
Dermatologia	945	315,59	952	375,00	0,74%	18,83%
Endocrinologia	511	436,50	209	267,00	-59,10%	-38,83%
Estomatologia	234	159,37	181	111,00	-22,65%	-30,35%
Gastroenterologia	685	225,15	814	252,00	18,83%	11,93%
Gastroenterologia Pediatrdica	4	23,75	2	11,00	-50,00%	-53,68%
Genética Médica	232	359,23	311	531,00	34,05%	47,82%
Ginecologia	105	194,38	76	109,00	-27,62%	-43,92%
Hematologia Clínica	15	103,27	28	38,00	86,67%	-63,20%
Imunohemoterapia	5	20,00	12	17,00	140,00%	-15,00%
Infecciologia	4	71,75	3	62,00	-25,00%	-13,59%
Medicina Física e de Reabilitação	16	26,94	85	27,00	431,25%	0,22%
Medicina Interna	8	16,00	37	64,00	362,50%	300,00%
Neurocirurgia	1 118	318,39	1 340	329,00	19,86%	3,33%
Nefrologia	30	28,00	53	77,00	76,67%	175,00%
Neurologia	20	125,75	122	67,00	510,00%	-46,72%
Obstetrdica	20	45,10	9	9,00	-55,00%	-80,04%
Oftalmologia	1 183	805,43	1 040	699,00	-12,09%	-13,21%
Oncologia Médica	0	0,00	0	0,00	n.a.	n.a.
Ortopedia	718	164,13	422	144,00	-41,23%	-12,26%
Otorrinolaringologia	614	117,06	467	168,00	-23,94%	43,52%
Pediatria	119	54,34	136	56,00	14,29%	3,05%
Pedopsiquiatria	57	123,96	33	66,00	-42,11%	-46,76%
Pneumologia	762	383,13	545	535,00	-28,48%	39,64%
Psiquiatria	12	144,42	17	61,00	41,67%	-57,76%
Reumatologia	72	57,50	131	131,00	81,94%	127,83%
Urologia	322	77,02	338	101,00	4,97%	31,13%
Área Não Médica	49	76,45	73	87,00	48,98%	13,80%
Psicologia	0	0,00	18	20,00	n.a.	n.a.
Nutrição	49	76,45	44	134,00	-10,20%	75,28%
Podologia	0	0,00	11	8,00	n.a.	n.a.
TOTAL	10 200	323,83	9 041	308,00	-11,36%	-4,89%

Fonte: Provision

4.7.3 Atividade Convencionada

No final de 2025 encontravam-se em vigor 5 convenções, através das quais o HSEIT complementa a sua capacidade de resposta interna:

Objeto	Convenção Nº	Entidade/ Fornecedor	2023		2024		2025	
			Nº de Atos	Custo	Nº de Atos	Custo	Nº de Atos	Custo
Diagnóstico Pré-Natal	4/2015 de 29 de janeiro	Centro de Medicina Laboratorial Germano Sousa	62	23 315,00 €	59	22 580,00 €	29	10 730,00 €
Gastroenterologia	6/2016 de 18 de abril	Clínica Médica da Praia da Vitória						
Medicina Nuclear	Despacho nº 552/2015 de 11 de março	Isopor Azores Lda	857	263 897,99 €	1 004	306 027,07 €	1 107	331 914,94 €
Procriação Medicamente Assistida	7/2016 de 18 de abril	Mendonça e Kay, Lda	231	152 403,90 €	201	121 283,10 €	86	38 558,80 €
Radioterapia	Despacho nº 332/2015 de 5 de fevereiro	Quadrantes Açores II, Lda	2159	508 980,00 €	2216	478 950,00 €	3809	1 026 965,00 €
Radiologia	1/2019 de 4 de fevereiro	Clínica Médica da Praia da Vitória	2715	208 405,51 €	2215	162 054,41 €	1782	131 982,52 €
				1 157 002,40 €		1 090 894,58 €		1 540 151,26 €



5 Departamento de Gestão de Utentes

O Departamento de Gestão de doentes é responsável pela gestão e acompanhamento dos processos administrativos relacionados com o acesso dos utentes aos cuidados de saúde, promovendo, nomeadamente, a articulação entre os Hospitais e Unidades de Saúde de Ilha.

Durante o ano de 2025 destacaram-se os projetos de modernização e digitalização, nomeadamente a consolidação da plataforma SIGAA e a implementação da aplicação mySaúde Açores, iniciativas de âmbito regional que contribuíram para a melhoria da gestão da informação e para a adaptação a novas metodologias de trabalho, promovendo maior rigor e transparência no acesso a cuidados de saúde.

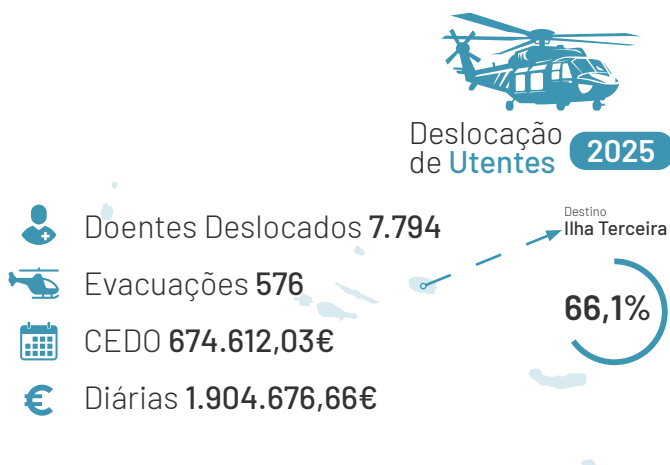
Tendo em conta as especificidades da Região Autónoma dos Açores, nomeadamente a descontinuidade territorial e a necessidade de referenciação inter-ilhas e para o exterior da Região, a organização e o acompanhamento das deslocações de utentes assumem particular importância. Neste âmbito, o Serviço de Deslocação de Doentes e o Gabinete do Utente Deslocado (GUD) desempenham um papel fundamental na coordenação dos processos de encaminhamento e transporte dos utentes.

Os dados apresentados sintetizam a atividade de deslocações de doentes do HSEIT no ano de 2025, ao abrigo do Regulamento Geral de Deslocação de Doentes, estabelecido pela Portaria n.º 95/2018, de 2 de agosto.

Estas deslocações resultam, em grande medida, da insuficiência de meios técnicos e/ou recursos humanos especializados em determinadas áreas assistenciais, constituindo uma realidade estrutural dos hospitais da Região Autónoma dos Açores. Esta situação tem impacto direto nos custos de exploração, essencialmente por três fatores principais:

- Pelo transporte de doentes, acompanhantes e técnicos;
- Pelas comparticipações legalmente regulamentadas (diárias e Complemento Especial Doente Oncológico);
- pelos custos da prestação de cuidados, quando aplicável.

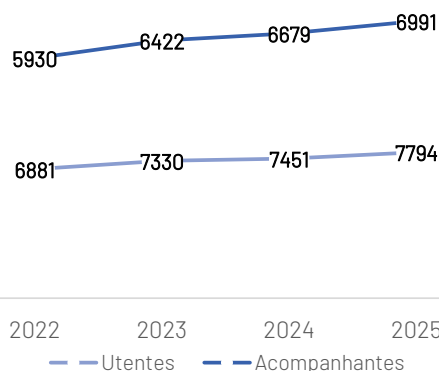
Neste contexto, mantém-se a necessidade de uma gestão rigorosa dos custos associados às deslocações e comparticipações, reforçando simultaneamente a coordenação interinstitucional e a priorização clínica, de forma a garantir o acesso atempado aos cuidados de saúde, promovendo a eficiência operacional e a sustentabilidade financeira do sistema.



5.1 Evolução das Deslocações 2022-2025

O aumento das deslocações nos últimos anos, evidência um crescimento contínuo e estrutural entre 2022 e 2025, tanto no número de utentes deslocados como de acompanhantes. Entre 2022 e 2025, os utentes aumentam de 6 881 para 7 794, enquanto os acompanhantes passam de 5 930 para 6 991. O crescimento é particularmente expressivo entre 2024 e 2025, período em que se verifica um acréscimo de 4,6% nos utentes e 6,3% nos acompanhantes.

A evolução nos últimos anos aponta para uma tendência crescente em dados agregados de deslocações para o HSEIT e deste para o exterior.

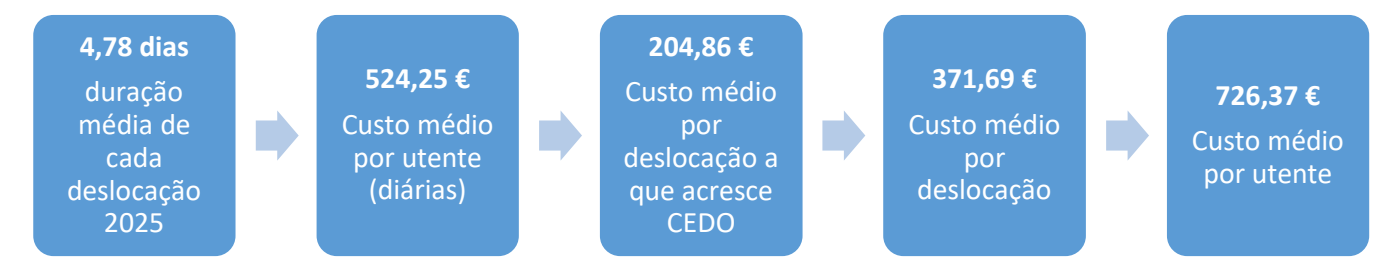


	2022	Δ % 23/22	2023	Δ % 24/23	2024	Δ % 24/25	2025	Peso relativo 2025
Utentes	6.881	6,5%	7.330	1,7%	7.451	4,6%	7.794	52,72%
Acompanhantes	5.930	8,3%	6.422	4,0%	6.679	4,7%	6.991	47,28%
TOTAL	12 811	7,3%	13 752	2,7%	14 130	4,6%	14 785	

5.2 Encargos com Deslocações

Em 2025, a duração média das deslocações foi de 4,78 dias, o que corresponde, aproximadamente, a cinco dias por deslocação. Esta duração tem impacto direto nos custos associados, particularmente nos encargos com diárias. O custo médio por utente situou-se em 726,37 €, sendo que 524,25 € deste montante correspondem ao custo médio com diárias, representando a componente mais significativa da despesa TOTAL. Importa referir que um mesmo utente pode realizar mais do que uma deslocação, pelo que o custo médio por utente reflete o conjunto das deslocações efetuadas no período em análise. Acresce ainda que, em determinadas situações, os

utentes podem realizar as deslocações acompanhados, o que pode igualmente influenciar o valor TOTAL das despesas associadas. Adicionalmente, verifica-se um custo médio por deslocação de 371,69 €, ao qual acresce um valor médio de 204,86 € relativo ao CEDO, contribuindo igualmente para o custo global associado a cada deslocação. De forma geral, os dados evidenciam que a duração das deslocações e os encargos com diárias têm um impacto relevante no custo TOTAL por utente, sendo fatores importantes a considerar na análise e gestão das despesas associadas às deslocações realizadas em 2025.



5.3 Utentes Deslocados por Destino

A Ilha Terceira concentra a maioria das deslocações dentro da Região, representando cerca de 66% em 2025, mais 4% do que no ano transato. Lisboa surge como principal destino no continente, demonstrando uma crescente necessidade de recurso a centros hospitalares altamente diferenciados.

Em conjunto, Ilha Terceira e Lisboa representam mais de 80% do TOTAL das deslocações de doentes e acompanhantes sob a responsabilidade do HSEIT.

5.4 Utentes Deslocados por Especialidade

Relativamente ao número de utentes deslocados por especialidade, continuam, em 2025, a destacar-se as especialidades de Oncologia, Cardiologia, Ginecologia/Obstetrícia, Oftalmologia e Pediatria.

A expressiva percentagem de acompanhantes no TOTAL de deslocações efetuadas é sustentada pelas necessidades singulares dos doentes e pelo grau de dependência das patologias de referenciação que a isso obrigam.

Utentes Deslocados por Destino (Deslocações, Evacuações e Transferências)	2022	Δ % 23/22	2023	Δ % 24/23	2024	Δ % 25/24	2025	Peso Relativo 2025
Lisboa	913	10,5%	1009	6,2%	1072	5,2%	1128	14,5%
Porto	147	33,3%	196	-1,0%	194	-7,2%	180	2,3%
Coimbra	134	12,7%	151	-12,6%	132	3,0%	136	1,7%
Outros destinos (Continente)	28	-75,0%	7	257,1%	25	-24,0%	19	0,2%
TOTAL Continente	1222	11,5%	1363	4,4%	1423	2,8%	1463	18,8%
S. Miguel	574	44,8%	831	-13,6%	718	4,7%	752	9,6%
Terceira	4670	6,0%	4952	0,0%	4952	4,0%	5148	66,1%
Convencionados	367	-61,6%	141	90,1%	268	27,2%	341	4,4%
outro destinos (região)	47	-21,3%	37	43,2%	53	5,7%	56	0,7%
TOTAL Região AA	5658	5,4%	5961	0,5%	5991	5,1%	6297	80,8%
Madeira	1	500,0%	6	516,7%	37	-8,1%	34	0,4%
Estrangeiro	0	n.a.	0	n.a.	0	n.a.	0	0,0%
TOTAL	6 881	6,53%	7 330	1,65%	7 451	4,60%	7 794	

Com base nas informações disponíveis no início de 2026, a incidência do cancro na Região Autónoma dos Açores apresenta uma tendência de crescimento, com uma média estimada de cerca de 1.200 novos casos anuais detetados na região.

Este aumento, continua a traduzir-se num elevado número de deslocações de utentes, tendo em 2025 representado 14,8% do TOTAL de deslocações.

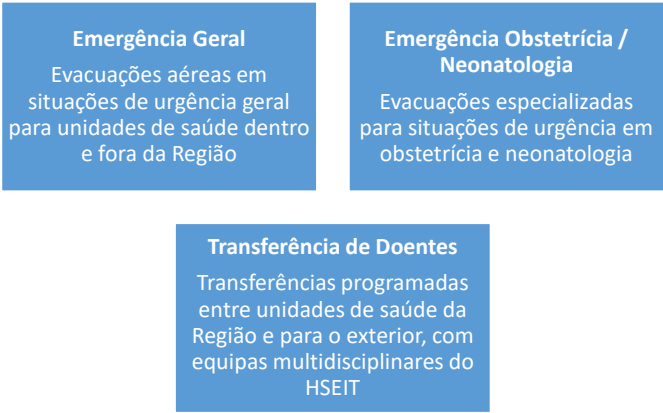
Utentes Deslocados por Serviço (sem evacuações)	2022	Δ % 23/22	2023	Δ % 24/23	2024	Δ % 25/24	2025	Peso Relativo 2025
Oncologia	904	-0,6%	899	2,8%	924	17,1%	1082	14,8%
Obst./Ginec.	755	4,0%	785	-8,9%	715	-28,0%	515	7,0%
Cardiologia	608	-11,5%	538	4,6%	563	5,5%	594	8,1%
Pediatria	437	13,5%	496	-15,3%	420	1,2%	425	5,8%
Outras	354	28,0%	453	-39,7%	273	0,7%	275	3,8%
Oftalmologia	381	1,0%	385	29,6%	499	-0,4%	497	6,8%
Cirurgia	274	36,5%	374	-6,7%	349	16,0%	405	5,5%
Ortopedia	247	46,2%	361	-17,2%	299	27,4%	381	5,2%
Nefrologia	287	8,0%	310	-9,0%	282	17,7%	332	4,5%
Urologia	309	-2,9%	300	-7,0%	279	26,9%	354	4,8%
Dermatologia	237	23,2%	292	-0,3%	291	10,3%	321	4,4%
Neurocirurgia	220	7,7%	237	-27,4%	172	38,4%	238	3,2%
Reumatologia	206	1,5%	209	7,7%	225	-26,2%	166	2,3%
Neurologia	189	10,6%	209	0,5%	210	0,5%	211	2,9%
Fisiatria	158	15,2%	182	6,6%	194	8,8%	211	2,9%
Pneumologia	164	6,7%	175	1,1%	177	-6,2%	166	2,3%

Utentes Deslocados por Serviço (sem evacuações)	2022	Δ % 23/22	2023	Δ % 24/23	2024	Δ % 25/24	2025	Peso Relativo 2025
Cirurgia Plástica	162	3,7%	168	12,5%	189	-4,2%	181	2,5%
Gastrenterologia	80	85,0%	148	2,7%	152	-13,2%	132	1,8%
Medicina	97	16,5%	113	-2,7%	110	13,6%	125	1,7%
Endocrinologia	137	-18,2%	112	-20,5%	89	58,4%	141	1,9%
Otorrinolaringologia	138	-33,3%	92	9,8%	101	-12,9%	88	1,2%
Cirurgia Vascular	100	-32,0%	68	110,3%	143	62,9%	233	3,2%
Radioncologia					228	-36,4%	145	
TOTAL	6444	7,2%	6906	-3,6%	6656	8,4%	7218	98,5%
TOTAL de utentes deslocados por Serviço*/TOTAL de utentes e acompanhantes deslocados	55%		54%		48%		51%	

5.5 Deslocações Urgentes / Emergentes - UDEA

No âmbito das responsabilidades conferidas pelo Despacho Normativo n.º 6/2014, de 28 de março, o HSEIT integra na sua estrutura funcional a Unidade de Deslocações e Evacuações Aéreas dos Açores (UDEA).
Esta Unidade, com âmbito de atuação regional e em articulação com o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, assegura, conjuntamente com a Força Aérea e a SATA, a realização de deslocações e evacuações aéreas entre as unidades de saúde da Região Autónoma dos Açores e destas para o exterior.

A atividade da UDEA encontra-se organizada nas áreas de Emergência Geral, Emergência em Obstetrícia/Neonatologia e Transferência de Doentes, garantindo que todos os residentes na Região Autónoma dos Açores, particularmente em situações de maior urgência, tenham acesso aos cuidados médicos necessários dentro e fora da Região. Para o efeito, são mobilizadas equipas do HSEIT das áreas médica, de enfermagem e administrativa, assegurando a coordenação e o acompanhamento adequado das evacuações e transferências.



No ano de 2025, o número de doentes evacuados registou uma diminuição de 3,84% em relação ao período homólogo, contrariando o aumento exponencial verificado em 2024.

Utentes Evacuados (Resumo)	2022	Δ % 23/22	2023	Δ % 24/23	2024	Δ % 25/24	2025	Peso relativo 2025
Evacuações Aéreas na Região	422	-7,11%	392	29,08%	506	-2,77%	492	85,42%
Evacuações Aéreas Madeira			5	520,00%	31	-3,23%	30	5,21%
Evacuações Aéreas Continente	15	80,00%	27	129,63%	62	-12,90%	54	9,38%
TOTAL de Evacuações Aéreas	437	-2,97%	424	41,27%	599	-3,84%	576	100%

5.6 Transporte Não Urgente de Utentes

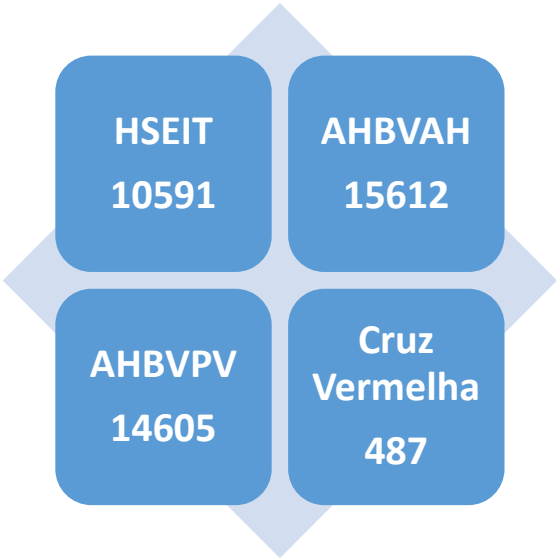
O transporte terrestre de utentes não urgente, envolve a atividade das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória, Cruz Vermelha Portuguesa, além de meios próprios do Hospital, estando enquadrado pelo Regulamento Geral de Deslocação de Doentes, Portaria n.º 95/2018 de 2 de agosto.

Entidade	2022	Δ % 23/22	2023	Δ % 24/23	2024	Δ % 25/24	2025
HSEIT	11 453	4,23%	11 938	-1,20%	11 795	-10,21%	10 591
AHBVAH	17 538	-11,49%	15 523	-3,19%	15 028	3,89%	15 612
AHBVPV	12 212	3,60%	12 652	6,45%	13 468	8,44%	14 605
Cruz Vermelha					0		487
TOTAL	41 203	-2,65%	40 113	0,44%	40 291	1,28%	41 295

Em 2025, o número TOTAL de utentes transportados, resultante de transportes não urgentes foi de 41 295, representando um aumento em relação a 2024 (+1,28%).

Relativamente às entidades, o HSEIT registou uma redução de 10,21% em relação a 2024, enquanto a AHBVAH apresentou um crescimento de 3,89% e a AHBVPV aumentou 8,44%. Em 2025, a Cruz Vermelha participou pela primeira vez, transportando 487 utentes.

Estes valores refletem um aumento da necessidade de transporte de utentes com maior grau de dependência, cujas patologias exigem condições diferenciadas de transporte e acompanhamento. Entre estas situações incluem-se utentes que necessitam de transporte em cadeira de rodas, em maca ou com suporte de oxigénio.





5.7 Gabinete do Utente Deslocado

O Gabinete de Utente Deslocado (GUD) tem por função agilizar as deslocações dos utentes do SRS, estabelecendo-se como interlocutor entre o Hospital e os serviços de deslocação de doentes das unidades de saúde de origem, assegurando uma eficiente e eficaz programação das deslocações.



- Acompanhar de forma permanente e individualizada os processos de deslocação dos doentes entre as unidades de saúde de origem e o Hospital;
- Gerir internamente processos facilitadores da otimização dos custos de deslocação e da rentabilização dos recursos hospitalares envolvidos;
- Disponibilizar informação administrativa de retorno às unidades de saúde de origem;
- Recolher e enquadrar a informação proveniente das unidades de saúde de origem.

No ano de 2025, o GUD registou um TOTAL de 4.388 pedidos de encaminhamento, provenientes das diferentes Unidades de Saúde de Ilha e Hospitais da Região.

Verifica-se uma forte concentração de pedidos provenientes das USI de São Jorge (42,1%) e Graciosa (39,0%), que em conjunto representam cerca de 81% do TOTAL de pedidos, evidenciando a elevada dependência destas ilhas relativamente ao HSEIT para acesso a cuidados diferenciados. As restantes unidades de saúde apresentam volumes de pe-

didos significativamente inferiores, destacando-se a USI do Pico com 10,1%, enquanto as restantes unidades registam valores residuais. Ao longo do ano, a atividade apresentou alguma variação mensal, destacando-se os meses de outubro (478 pedidos) e maio (474 pedidos).

	USI Corvo	USI Faial	USI Flores	USI Graciosa	HDES	HH	USI Santa Maria	USI São Jorge	USI São Miguel	USI Pico	TOTAL
Janeiro	0	6	20	135	0	0	14	210	1	38	424
Fevereiro	0	10	13	127	0	3	7	143	2	48	353
Março	0	15	16	132	0	1	2	174	0	38	378
Abril	0	3	1	134	0	5	4	134	4	27	312
Maio	0	18	30	203	2	8	0	161	0	52	474
Junho	0	8	10	102	1	6	1	146	0	27	301
Julho	0	12	10	166	0	8	0	151	0	36	383
Agosto	0	6	3	131	0	4	3	136	0	42	325
Setembro	0	9	18	124	0	5	3	130	1	46	336
Outubro	0	15	17	199	0	2	2	198	2	43	478
Novembro	1	11	16	152	0	1	3	161	2	28	375
Dezembro	0	4	9	107	1	2	3	103	0	20	249
TOTAL	1	117	163	1712	4	45	42	1847	12	445	4388

Do TOTAL de 4.388 pedidos, 2.507 referem-se a pedidos de consulta, sendo esta a principal necessidade de encaminhamento das USI. Seguem-se os pedidos de consulta com realização de MCDT, com 1.030 registos, e os pedidos apenas para realização de MCDT, com 729 casos.

Os restantes tipos de pedido, como cirurgia ou tratamentos, apresentam valores reduzidos no TOTAL da atividade.

Estes dados demonstram que a maior parte dos encaminhamentos realizados através do GUD, tem como objetivo a observação em consulta de especialidade e a realização de exames complementares de diagnóstico.

Tipo de Pedido	
Cirurgia	30
Consulta	2507
Consulta + MCDT	1030
Consulta + Cirurgia	65
Consulta + Cirurgia + MCDT	2
MCDT	729
Tratamentos	10
Tratamentos + Consulta	10
Tratamentos + Consulta + MCDT	5
TOTAL	4388

Na tabela apresentada destacam-se as cinco especialidades com maior número de pedidos de encaminhamento para o HSEIT ao longo de 2025.

A Ortopedia surge como a especialidade com maior número de pedidos, TOTALizando 441 encaminhamentos. Seguem-se as especialidades de Neurologia, com 354 pedidos, e Nefrologia, com 315 pedidos.

Especialidades	
Ortopedia	441
Neurologia	354
Nefrologia	315
Cirurgia Plástica	275
Cardiologia	270

No âmbito da sua atividade, foi possível conciliar um TOTAL de 3.214 pedidos de encaminhamento de utentes ao longo do ano de 2025.

A maioria dos pedidos conciliados teve origem nas Unidades de Saúde de Ilha da Graciosa e de São Jorge, com 1.480 e 1.291 pedidos, respetivamente, evidenciando a forte articulação destas USI com o HSEIT para a realização de consultas, exames e outros atos assistenciais.

A conciliação destes pedidos permitiu otimizar a programação dos atos assistenciais, contribuindo para reduzir o número de deslocações dos utentes e, consequentemente, diminuir os encargos associados ao transporte e às participações, promovendo uma gestão mais eficiente dos recursos do Serviço Regional de Saúde.

Ato Conciliados	TOTAL
USI Corvo	0
USI Faial	58
USI Flores	94
USI Graciosa	1480
HDES	2
HH	16
USI Santa Maria	13
USI São Jorge	1291
USI São Miguel	0
USI Pico	260
TOTAL	3214

6 Serviço Social

O Serviço Social intervém transversalmente nas áreas de prestação direta de cuidados de saúde – Internamento, Urgência, Ambulatório, Hospitais de Dia e Deslocação de Doentes. O serviço está, ainda, representado em diversas comissões, grupos intra-hospitalares, em redes multidisciplinares externas promovidas pelo Instituto da Segurança Social.

Tem-se assistido a uma procura crescente do serviço social por parte dos internamentos, para a preparação da alta hospitalar, de forma a fazer coincidir a alta clínica com a alta social. Estas solicitações refletem as mudanças nas estruturas familiares, alterações económicas, sociológicas, envelhecimento populacional e comorbidades associadas.

Em 2025 foram efetuados 2.693 pedido de intervenção ao Serviço Social, um crescimento de 4,87% face a 2024 (+125). Contudo, este número não traduz o trabalho realizado no âmbito do serviço social em cada intervenção, muitas delas com acompanhamento psicossocial demorado, em que são realizadas diversas entrevistas com familiares e/ou rede de apoio, elaborados Relatórios Sociais e Informações Sociais para as estruturas da comunidade, estabelecidos diversos contactos telefónicos e reuniões, pelo que estes procedimentos não estão contabilizados.

Pelas funções que estão inerentes ao Serviço Social, ao nível da proteção dos cidadãos, neste número estão incluídas sinalizações de enorme complexidade e responsabilidade, para o Ministério Público (adultos/crianças) e Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (Terceira e/ou outras ilhas), mantendo uma estreita articulação/cooperação com as entidades referidas.

No que aos Internamentos sociais diz respeito, no ano de 2025 foram tratados 38 casos, dos quais 26 foram resolvidos até 31 de dezembro (taxa de resolução de 68,42%).

O Serviço integra, também, o Núcleo Hospitalar de Apoio à

Criança e Jovem em Risco do hospital, mantendo articulação com as diversas entidades competentes para intervenção na Proteção e Promoção das Crianças e Jovens, de acordo com o estabelecido na Lei de Promoção e Proteção das Crianças e Jovens em Perigo.

O serviço Social participa, ainda, na Equipa Gestão de Altas (EGA), equipa multidisciplinar que tem como missão a preparação da alta com necessidade de cuidados continuados integrados.

No presente ano foram encaminhadas pelo serviço social 110 referenciações para admissão em internamento na Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados (RRCCI), mais 15 processos do que em 2024.

Na área do Doente deslocado, compete ao serviço social a atribuição de escalão a que corresponde à comparticipação diária do SRS, aprovado pela Portaria nº 95/2018 de 02 de agosto de 2018. No ano de 2025 contabilizaram-se 1.651 processos de apoio ao doente deslocado, o que compara com 1.531 processos em 2024 (+120 processos).

No que à deslocação de doentes diz respeito, foram tramitados 4.891 processos de deslocações de outras ilhas para o HSET, e 2.043 referentes aos deslocados, TOTALizando 6.934, mais 284 do que em 2024.

Compete ao serviço social o adiantamento das comparticipações diárias, antes da deslocação, e processamento das comparticipações diárias no decorrer da mesma, dos doentes da sua responsabilidade financeira, processando os pedidos de comparticipação de doentes deslocados na Região e fora da Região.

No serviço social, estão registadas um TOTAL geral de 1.914 distribuições referentes ao SGC, o que, considerando que existem distribuições com mais de 100 tarefas, faz com que sejam ultrapassadas as 19.000 tarefas.

7 Equipa de Gestão de Altas

Os Cuidados Continuados Integrados (CCI) implementados na Região Autónoma dos Açores constam no Decreto Legislativo Regional nº 16/2008/A de 12 junho.

O objetivo da Equipa de Gestão de Altas (EGA) é melhorar e otimizar a qualidade dos cuidados prestados às pessoas internadas, através do planeamento atempado das altas, assegurando a continuidade de cuidados. No decorrer do ano de 2025 foram efetuadas 719 referenciações para a EGA:

Unidade de destino de alta	Sexo		TOTAL Unidade	TOTAL Instituição
	M	F		
USIT CSPV	67	117	184	544
USIT CSAH	185	175	360	
USI Graciosa	-	1	1	1
USI Calheta (S. Jorge)	1	-	1	1
UCCI CS Calheta (S. Jorge)	-	1	1	1
UCCI CS Velas (S. Jorge)	1	-	1	1
UCCI Lar D. Pedro V	11	8	19	19
UCCI SCMAH	28	47	75	75
Outros Destinos	44	33	77	77
TOTAL	337	382	719	719

Das 719 referenciações que apresentavam necessidade de continuidade de cuidados:

- 546 Processos (75,94%) apresentavam necessidade de continuidade de cuidados na comunidade, pelo foram encaminhados para USI Terceira, USI Graciosa e USI São Jorge. A USI Terceira foi a que recebeu mais referenciações, com 544 Processos (Centro Saúde Praia da Vitória 184 Processos e Centro de Saúde Angra do Heroísmo 360 Processos).
- 96 Processos (13,35%) respeitavam a referenciações com destino de alta para o internamento em Unidades CCI;
- 77 Processos (10,71%) foram referenciações sem motivo para ingresso na RRCCI, com alta hospitalar para outros destinos, nomeadamente Casa de Saúde Espírito Santo, Casa Saúde São Rafael, Lar Mónicas, Lar SCMAH, Domicílio ou outros.

UT	Área de Especialidade	Sexo		TOTAL Esp.	TOTAL UT
		M	F		
CEX	Cirurgia Vascular	11	9	20	62
	Cirurgia Geral	15	9	24	
	Cirurgia Plástica	3	-	3	
	Podologista	-	1	1	
	Ortopedia	10	2	12	
	Medicina Interna	-	1	1	
	Urologia	-	1	1	
HD	Nefrologia	17	35	52	57
	Oncologia	-	5	5	

URG	Medicina Interna	4	-	4	5
	Ortopedia	1	-	1	
UT1	Cardiologia	16	10	26	99
	Medicina Interna	2	4	6	
	Nefrologia	10	29	39	
	Neurologia	17	11	28	
UT2	Medicina Interna	35	39	74	74
UT3	Gastro	5	1	6	34
	Medicina Interna	7	10	17	
	Pneumologia	2	1	3	
	Oncologia	4	4	8	
UT4	Medicina Interna	5	4	9	11
	Nefrologia	1	-	1	
	Ortopedia	-	1	1	
UTC1	Estomatologia/Maxilo-facial	-	1	1	314
	Cirurgia Geral	1	1	2	
	Cirurgia Vascular	12	9	21	
	Oftalmologia	1	-	1	
	Nefrologia	-	1	1	
	Urologia	10	3	13	
	Ortopedia	104	162	266	
	Otorrino	1	-	1	
	Neurocirurgia	2	5	7	
	Medicina Interna	-	1	1	
	Nefrologia	1	3	4	
UTC2	Medicina Interna	2	1	3	62
	Cirurgia Geral	37	17	54	
	Urologia	1	-	1	
	Psiquiatria Adultos	-	1	1	
TOTAL		337	382	719	719

No que diz respeito à distribuição de referenciações por unidade de tratamento, especialidade e por sexo, verificou-se que:

- A Unidade de Tratamento de Cirurgia 1 foi a que realizou mais pedidos de referenciação (314), com destaque para a especialidade de Ortopedia (280: 12 processos da consulta externa, 1 processo do SU, 1 processo da UT4 e 266 Processos da UTC1).
- Predominam as referenciações de utentes do sexo feminino (53,13%).

Salienta-se, ainda, que 13 utentes que cumpriam critérios de admissão para internamento em Unidade CCI e aguardavam vaga no hospital, não tiveram admissão por melhoria clínica, tendo cumprido todo o processo de reabilitação no hospital e alta para o domicílio, com uma média de 33 dias entre a propostas e o dia da alta, variando entre ≥ 8 e ≤ 69 dias. Por outro lado, 51 utentes que cumpriam critérios de admissão para internamento em Unidade CCI da SCMAH e LDPV e aguardaram vaga no hospital para ingresso permaneceram, em média, 17,63 dias entre a proposta e o dia da alta, com um mínimo de 2 e um máximo de 93 dias.

8 Serviços Hoteleiros

Os Serviços Hoteleiros procuram proporcionar aos profissionais e utentes do HSEIT um ambiente confortável e seguro, atuando nas áreas da limpeza, da desinfestação, da confeção, do tratamento e distribuição de roupa, da gestão dos resíduos hospitalares, da alimentação, da segurança e vigilância das instalações.

8.1 Limpeza

A limpeza do HSEIT está maioritariamente a cargo de empresa externa, sendo os serviços hoteleiros, em parceria com o UL-PPCIRA, responsáveis pelas auditorias ao serviço prestado, para garantir a sua uma melhoria contínua e o cumprimento de todas as obrigações contratuais.

Conforme quadro apresentado, a evolução do ano de 2025 reflete a necessidade de garantir uma melhoria no serviço de limpeza hospitalar, através de um aumento do número de horas de limpeza, garantido através do novo contrato, que teve início em setembro de 2025, passando de 8.911,5 horas mensais para 10.973,69.

Ano	Nº Horas de Limpeza
2023	109.508,40
2024	106.938,00
2025	115.186,76

8.2 Desinfestação

A desinfestação é um serviço de elevada criticidade, em função das características do edifício, sendo necessário garantir o controlo de todas as pragas, que possam surgir, num curto espaço de tempo.

No ano 2024, à semelhança dos anos anteriores, foram efetuadas 12 intervenções de desratização e 6 de desbaratização, para além de intervenções pontuais para o controlo de formigas. Em 2025 iniciou um novo contrato, aumentando-se a periodicidade das desbaratizações, passando assim a serem efetuadas 12 intervenções de desratização e 12 intervenções de desbaratização. Foram, ainda, introduzidas intervenções de desratização na cobertura do edifício.

8.3 Tratamento e Distribuição de Roupa

A roupa hospitalar e o fardamento são fundamentais ao conforto do utente e do profissional de saúde, com esta consciência, o serviço de lavandaria garante diariamente a recolha de roupa suja, a sua higienização e a entrega de roupa higienizada nos diferentes serviços do HSEIT. Através da análise da tabela abaixo, a área da lavandaria do HSEIT tem absorvido o relevante aumento da roupa lavada anualmente:

Ano	Quantidade Roupa Lavada
2022	296.964,00Kg
2023	297.540,00Kg
2024	301.002,00Kg
2025	335.203,00Kg

8.4 Gestão dos Resíduos Hospitalares

Os possíveis impactos dos resíduos hospitalares, na saúde e no ambiente, obrigam a um tratamento por profissionais especializados. Assim e de forma a contribuir para um maior conhecimento de todas as regras e boas praticas associadas à gestão dos resíduos hospitalares, os Serviços Hoteleiros, inseridos nas boas práticas de controlo de infeção, deram continuidade em 2025 ao trabalho iniciado no ano anterior, proporcionando eventos formativos para todas as categorias profissionais.

Em 2025 manteve-se a tendência de decréscimo na produção de resíduos, iniciada em 2024, evolução resultante do aumento no número de profissionais que já teve acesso à formação das Precauções Básicas de Controlo de Infeção:

Ano	Quantidade Resíduos Produzidos
2022	503,23 toneladas
2023	491,33 toneladas
2024	476,148 toneladas
2025	475,252 toneladas

8.5 Alimentação

O serviço de Alimentação tem por objetivo garantir o fornecimento de todas as refeições dos utentes, em horário adequado e cumprindo as orientações nutricionais.

Nos anos de 2024 e 2025 foram introduzidas progressivamente melhorias na prestação do serviço, resultado de uma melhor articulação entre os Serviços Hoteleiros, a Unidade de Nutrição e Alimentação e a empresa externa responsável pela confeção.

Apesar do exposto, é fundamental a abertura pela Direção Regional de Saúde de um CPA para a prestação de serviço de confeção de refeições para utentes e profissionais.

Na tabela seguinte, é possível verificar o aumento nos últimos 2 anos do número de refeições.

Ano	Nº TOTAL de Refeições
2022	271.274
2023	247.721
2024	249.625
2025	253.312

8.6 Segurança e Vigilância

A segurança e vigilância tem por objetivo garantir um ambiente seguro para os profissionais e utentes. Até final de 2024 o HSEIT manteve 2 vigilantes 24h por dia, 365 dias do ano, no controlo de acessos ao edifício e no encaminhamento de utentes. Em 2025, este serviço foi melhorado aumentando-se 12h diárias, para um TOTAL de 60 horas por dia de Vigilância:

Ano	Nº TOTAL de Refeições
2022	17.520 horas
2023	17.520 horas
2024	17.520 horas
2025	21.900 horas

9 Serviços de Instalação e Equipamentos

Destacam-se, sendo algumas destas aquisições no âmbito do PRR:

- Mobiliário e equipamentos médicos para operacionalização da nova Unidade de Cuidados Intermédios Cardíaca;
- Bombas e seringas infusoras;
- Ventiladores
- Monitor de sinais vitais para uso em Ressonância Magnética
- Equipamento de Polissonografia Nível 1
- Processador em Meio Líquido Monocamada
- Ecógrafo portátil
- Retinógrafo Não-Midriático

Principais destaques da sua atividade:

- Mudança de instalações para área construída especificamente para o SIE, com condições oficiais, administrativas, de armazenamento e de apoio adequadas à sua atividade
- Participação colaborativa nas aquisições PRR, dando todo o apoio técnico necessário à elaboração e definição das características técnicas e critérios de avaliação dos processos de aquisição
- Participação nos processos de certificação do Serviço de Imuno-hemoterapia IMH e SF
- Continuação dos trabalhos de preparação para implementação de software de Gestão da Manutenção
- Organização e Participação no simulacro de Medidas de Autoproteção

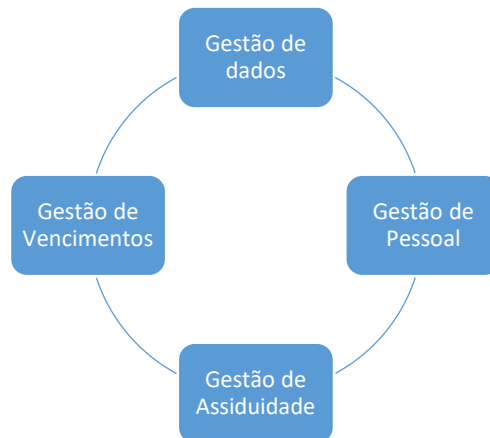
10 Departamento de Gestão de Recursos Humanos

O Departamento de Gestão de Recursos Humanos (DGRH) desempenha um relevante papel no desenvolvimento estratégico da instituição, nomeadamente no que concerne às políticas de estabilidade, desenvolvimento e fixação dos seus recursos humanos.

Num contexto em que os desafios na área da saúde são constantes, torna-se essencial apostar de forma contínua na qualificação, formação e valorização dos recursos humanos, bem como na melhoria das condições de trabalho. Este investimento contribui para níveis elevados de motivação e satisfação profissional, com impacto direto na qualidade dos cuidados prestados.

O DGRH está estruturado funcionalmente em 4 áreas distintas, que trabalham de uma forma articulada.

Estrutura Funcional do Serviço de Gestão de Recursos Humanos



10.1 Evolução/Distribuição dos Recursos Humanos por Grupo Profissional

A 31 de dezembro de 2025, o HSEIT, EPER contava com 1.416 trabalhadores (+0,78 %).

Grupos profissionais	2024		Δ % 2024/2025	2025	
	Qtd.	%		Qtd.	%
Órgãos de Direção	3	0,21%	25,00%	4	0,28%
Dirigentes	7	0,50%	12,50%	7	0,56%
Médicos	168	11,96%	-1,20%	166	11,72%
Médicos Internos	17	1,21%	-6,25%	16	1,13%
Formação Geral	11	0,78%	-37,50%	8	0,56%
Formação Específica	6	0,43%	25,00%	8	0,56%
Enfermeiros	449	31,96%	1,97%	458	32,34%
Administrador Hospitalar	1	0,07%	0,00%	1	0,07%
Técnicos Superiores de Saúde	2	0,14%	-100,00%	1	0,07%
Farmacêuticos	9	0,64%	0,00%	9	0,64%
Farmacêutico Residente	1	0,07%	66,67%	3	0,21%
Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica	98	6,98%	0,00%	98	6,92%
Técnicos Superiores	75	5,34%	-2,74%	74	5,16%
Informática	10	0,71%	0,00%	10	0,71%
Docentes	2	0,14%	0,00%	2	0,14%
Capelão	1	0,07%	-100,00%	0	0,00%
Assistentes Técnicos	172	12,24%	-1,78%	169	11,94%
Técnicos Auxiliares de Saúde	292	20,78%	-3,91%	281	19,84%
Assistentes Operacionais	98	6,98%	16,24%	117	8,26%
TOTAL	1405	100,00%	0,78%	1416	100,00%

As carreiras mais preponderantes são as de enfermagem (458) e a dos Técnicos Auxiliares de Saúde (292), que representam 52,94 % do TOTAL dos trabalhadores, incluindo 143 profissionais externos, de diversos grupos profissionais, em

regime de prestação de serviços, sobretudo para colaboração no Serviço de Urgência e algumas especialidades mais carenciadas.

10.2 Distribuição de efetivos por vínculo

Por força do regime jurídico dos hospitais integrados no Serviço Regional de Saúde dos Açores, organizados como entidades públicas empresariais, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2007/A, de 24 de janeiro, alterado

pelo Decreto Legislativo Regional n.º 22/2015/A, de 18 de setembro, todas as contratações são efetuadas ao abrigo do Código do Trabalho, resultando num decréscimo gradual do número de trabalhadores com vínculo de emprego público.

Vínculo	2024		Δ % 2024/2025	2025	
	Qtd.	%		Qtd.	%
Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado em Funções Públicas	430	30,60%	-5,35%	407	28,74%
Contrato a Termo Resolutivo Incerto em Funções Públicas	18	1,28%	5,56%	19	1,34%
Contrato por Tempo Indeterminado	669	47,62%	20,18%	804	56,78%
Contrato a Termo Certo e Incerto	142	10,11%	-95,77%	6	0,42%
Contrato Prestação Serviços	113	8,04%	26,55%	143	10,10%
Cedência Interesse Público/Outras Situações	20	1,42%	5,00%	21	1,48%
Trabalhadores Ocupados	13	0,93%	23,08%	16	1,13%
TOTAL	1405	100,00%	0,78%	1416	100,00%

Em 2025, cerca de 57,2 % dos trabalhadores estão vinculados mediante contrato de trabalho, no âmbito do Código do Trabalho, seguindo-se os trabalhadores vinculados por contrato de trabalho em funções públicas (inclui-se o pessoal em formação pré-carreira médica), com um peso de 30,08 %. Os restantes vínculos representam 12,71 % das modalidades de vinculação existente no HSEIT, EPER.

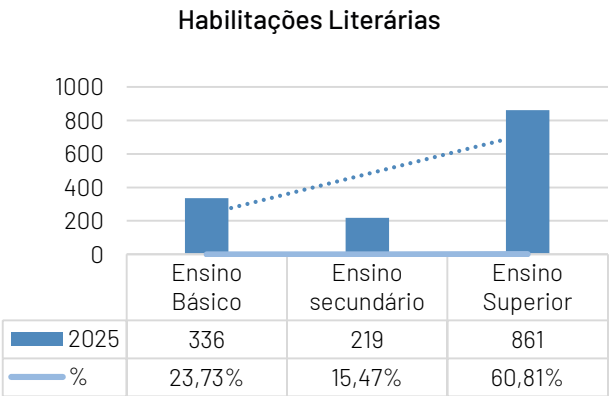
De destacar o aumento dos contratos por tempo indeterminado, em detrimento dos contratos a termo. A diminuição destes deveu-se a medidas governamentais previstas no

Decreto Legislativo Regional n.º 2/2024/A, de 24 de junho, que permitiram a regularização extraordinária de contratos a termo celebrados no âmbito da pandemia Covid 19.

Esta regularização representou a consolidação de vínculos laborais, contribuindo para a estabilidade das equipas e para a melhoria da capacidade de resposta operacional. O recurso a programas ocupacionais é, ainda, uma realidade mas apenas na categoria dos assistentes operacionais, demonstrando a preocupação da instituição de criar estabilidade nas equipas.

10.3 Habilitações Literárias

Em 2025, 60,81 % dos trabalhadores do HSEIT, EPER possuíam formação académica de nível superior.



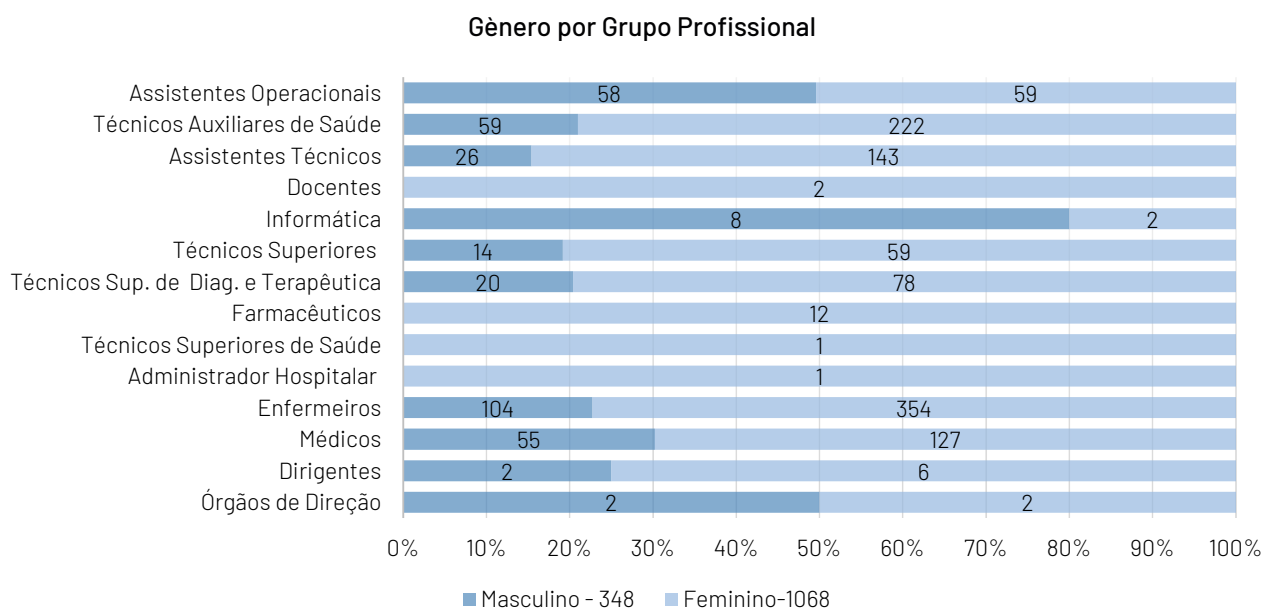
10.4 Estrutura Etária

Conforme se verifica na tabela seguinte, cerca de 36,44 % dos trabalhadores tem idade igual ou inferior a 40 anos, enquanto que a média de idades se situa nos 45 anos. Com idade superior a 60 anos contabilizam-se 162 trabalhadores, prevendo-se a médio prazo um número considerável de aposentações, com destaque para os técnicos auxiliares de saúde.

	2025					TOTAL 2025	% ≤ 40
	≤30	>30 e ≤40	>40 e ≤50	>50 e ≤60	>60		
Órgãos de Direção			3	1		4	0,00%
Dirigentes		2	4	1		7	0,21%
Médicos	15	66	45	21	35	182	5,72%
Enfermeiros	53	134	156	82	33	458	13,21%
Administrador Hospitalar					1	1	0,00%
Técnicos Superiores de Saúde					1	1	0,00%
Farmacêutico		6	3	2	1	12	0,42%
Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica	11	33	41	7	6	98	3,11%
Técnicos Superiores	9	34	16	10	5	74	2,97%
Informática	1	1	3	2	3	10	0,14%
Docentes				1	1	2	0,00%
Assistentes Técnicos	19	40	53	48	9	169	4,17%
Técnicos Auxiliares de Saúde	13	52	74	89	53	281	4,59%
Assistentes Operacionais	10	17	31	45	14	117	1,91%
TOTAL	131	385	429	309	162	1416	36,44%

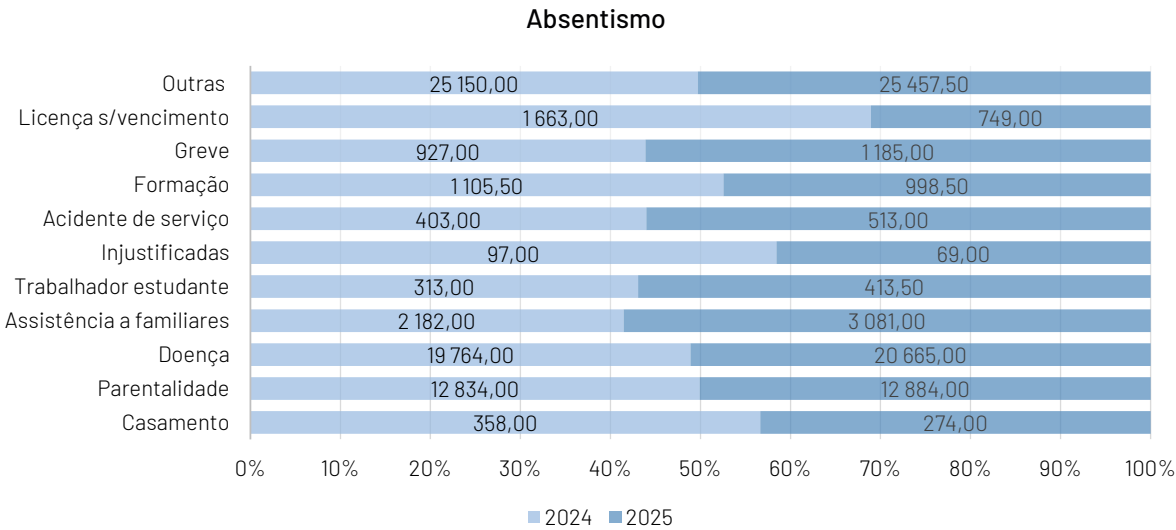
10.5 Distribuição por Género

A prevalência do sexo feminino no TOTAL dos trabalhadores do HSEIT, EPER mantém-se, com consequência da predominância das mulheres nos dois grupos profissionais mais representativos, i.e., enfermeiros e técnicos auxiliares de saúde.

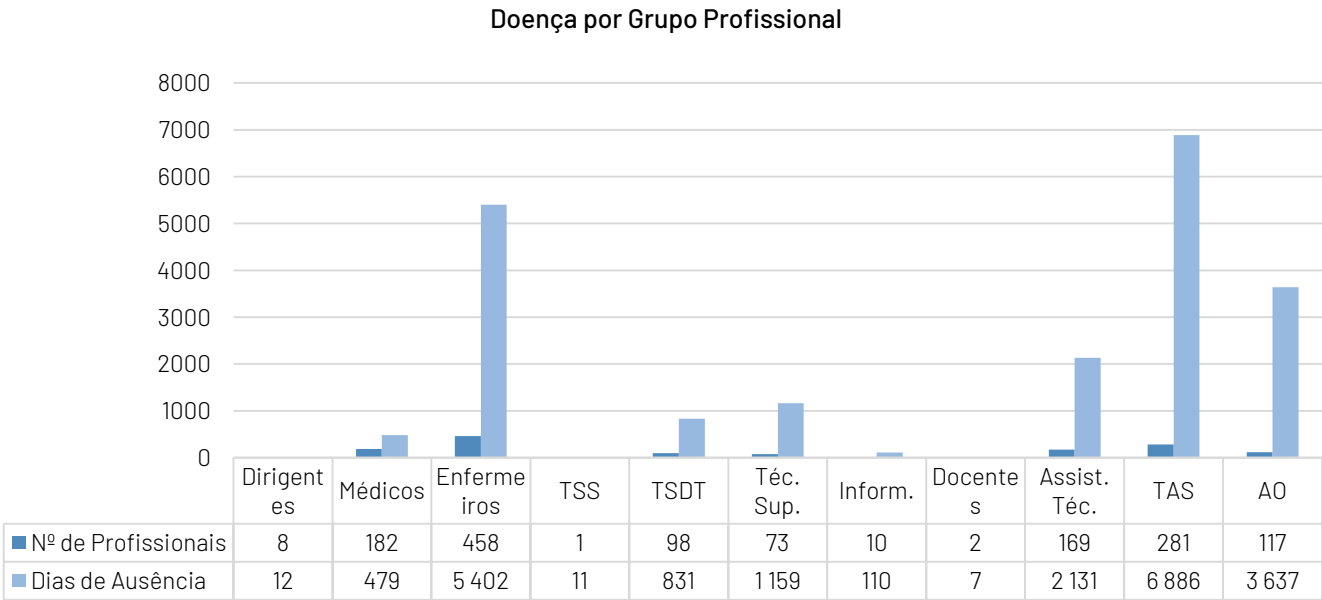


10.6 Absentismo

Em comparação com o ano transato, houve um acréscimo de 2,25 % no TOTAL de ausências.



As ausências por motivo de doença e de ausências de proteção na parentalidade continuam a ser as mais preponderantes, registando-se que as categorias onde as faltas por doença têm mais expressividade são a categoria dos enfermeiros, com 5.402 dias, e na categoria dos técnicos auxiliares de saúde com 6.886 dias.



Apesar do número de trabalhadores dos técnicos auxiliares de saúde (TAS) ser menor, o número de dias de ausência é consideravelmente superior nesta categoria, circunstância que pode ser justificada pelo facto dos TAS serem o grupo

com o maior número de trabalhadores com idade superior a 50 anos mas, também, pelo desempenho de funções de rotina, que requerem esforço físico.

10.7 Remunerações

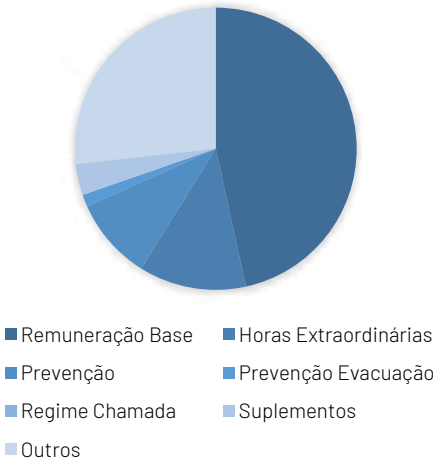
No que diz respeito às remunerações pagas, em cada um dos exercícios, verificou-se um acréscimo de 23,64% em comparação com o ano de 2024.

	2024		Δ % 2024/2025	2025	
	Valor	%		Valor	%
Remuneração Base	21 054 075,36 €	51,42%	11,94%	23 568 043,64 €	46,56%
Horas Extraordinárias	5 568 500,28 €	13,60%	11,85%	6 228 105,94 €	12,30%
Prevenção	3 923 216,98 €	9,58%	21,75%	4 776 590,28 €	9,44%
Prevenção Evacuação	557 951,16 €	1,36%	26,48%	705 714,82 €	1,39%
Regime Chamada	657,81 €	0,002%	100,00%	3 844,84 €	0,008%
Suplementos	1 527 097,82 €	3,73%	18,04%	1 802 557,55 €	3,56%
Outros	8 312 214,15 €	20,30%	62,88%	13 539 183,37 €	26,74%
TOTAL	40 943 713,56€	100%	23,64%	50 624 040,44€	100%

Para além dos aumentos verificados na remuneração base e no trabalho suplementar, parte do acréscimo apurado deveu-se ao pagamento das valorizações remuneratórias dos Médicos, dos Farmacêuticos, dos Enfermeiros, dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica e das Carreiras Gerais, bem como ao aumento da produção acrescida realizada durante o ano de 2025.

No gráfico seguinte pode-se confirmar que a remuneração base continua a ser a rubrica que mais pesa, e representa grande parte dos encargos com recursos humanos (46,56%).

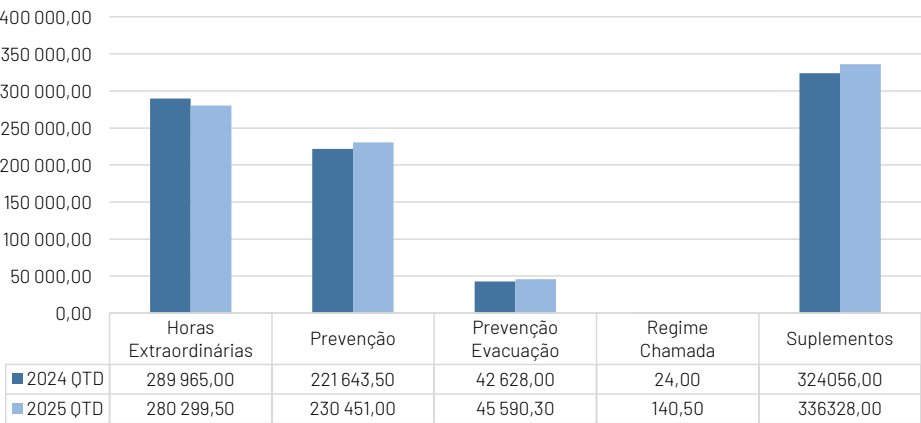
Peso Percentual por Rubrica



O incremento de 11,94% da remuneração base resultou, essencialmente, do impacto de alterações legislativas, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 1/2025, de 16 de janeiro, o Decreto-Lei n.º 84-F/2022, de 16 de dezembro, o Decreto-Lei n.º 111/2024, de 19 de dezembro, o Decreto-Lei n.º 45/2025, de 27 de março, e o Decreto Lei n.º 46/2025, de 27 de março, que estabeleceram atualizações das remunerações base da administração pública, bem como alteram as tabelas remuneratórias das Carreiras de Enfermagem, Farmacêutica e Médica.

Outros fatores que contribuíram para esse aumento foram, a atualização da remuneração complementar regional, prevista no artigo 61.º do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2025, e a integração dos Assistentes Operacionais na Carreira de Técnico Auxiliar de Saúde, no âmbito da carreira profissional, e do regime de progressão, previsto no Decreto-Lei n.º 120/2023.

Trabalho Suplementar



No gráfico anteriormente apresentado, é possível observar um decréscimo no número de horas extraordinárias. Tal situação demonstra que apesar de estarem a ser realizadas menos horas extraordinárias, o valor hora aumentou devido às atualizações remuneratórias, o que originou um acréscimo remuneratório na referida rubrica.

Verificou-se, também, um aumento do número de horas de prevenção que se deve ao facto de, no primeiro semestre de 2024, a prevenção do Serviço de Ortopedia ter sido as-

segurada por médico externos, e um aumento no número de horas na prevenção evacuação que pode ser explicado com a necessidade de um terceiro elemento na equipa das evacuações.

A realização de trabalho suplementar em regime de chamada, ocorreu de forma pontual nos Serviços Farmacêuticos, com uma expressividade pouco significativa, mas justificado pela necessidade de garantir a continuidade e qualidade da prestação dos serviços.

10.8 Objetivos para 2026

- Para o ano de 2025, o Serviço de Gestão de Recursos Humanos tem como objetivos:
- Continuar a desenvolver o trabalho iniciado em 2024, como serviço de suporte, à certificação dos serviços do HSEIT, EPER e implementação de processos no âmbito da Norma ISO:9001.
 - Continuação da elaboração de procedimentos internos de recursos humanos, com vista à melhoria da qualidade;
 - Revisão e elaboração de impressos de recursos humanos, indispensáveis para garantir celeridade e rigor em todas as áreas de atuação, nomeadamente:
 - Pedidos de alteração de horário;
 - Pedidos de dispensa;
 - Pedido de acumulação de funções;
 - Etc.

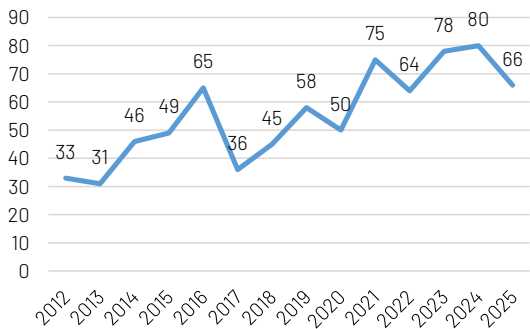
- Operacionalização dos procedimentos concursais, que visam a contratação dos profissionais identificados no mapa de necessidades dos recursos humanos da instituição;
- Operacionalização dos procedimentos concursais, para proceder à contratação de trabalhadores a termo resolutivo incerto para substituição de colaboradores ausentes por motivo de licença ou baixa cuja duração previsível exceda 90 dias, medida excecional de contratação aplicável às entidades do setor da saúde, prevista no Orçamento da região Autónoma dos Açores para 2026, medida que permitirá assegurar a continuidade dos serviços essenciais, garantindo a manutenção da capacidade operacional mesmo perante ausências prolongadas, particularmente críticas no setor da saúde.

11 Saúde Ocupacional

No ano de 2025, o Gabinete de Saúde Ocupacional realizou 748 consultas de Medicina do Trabalho.

	2021	2022	2023	2024	2025
Convocatórias	642	659	792	865	920
Realizadas (%)	95,3	89,4	674 (85,1%)	784 (90,6%)	748
1ª Consulta (%)	10,1	13,1	28 (3,5%)	57 (6,6%)	53
Faltas (%)	2,2	5,2	25 (3,2%)	18 (2,1%)	20
Remarcadas (%)	2,5	4,4	93 (11,7%)	63 (7,3%)	25

Nº de AT Notificados



Foram reportados 66 acidentes de trabalho, verificando-se que são os enfermeiros e os técnicos auxiliares de saúde as categorias profissionais que mais estão envolvidas. Por outro lado, este ano, ao invés do anterior, verifica-se que são as lesões de natureza músculo-esquelética em detrimento das relacionadas com objetos corto-perfurantes as que tiveram mais prevalência em matéria de acidentes de trabalho com profissionais de saúde.

12 Comunicação e Imagem

No ano de 2025, o Gabinete de Comunicação e Imagem (GCI) manteve o seu compromisso com a modernização, dando continuidade estratégica ao projeto mySaúde Açores e assegurando o apoio técnico e comunicacional necessário aos investimentos do PRR, fundamentais para a transformação digital da saúde.

No plano físico, deu-se continuidade à atualização da sinalética do HSEIT, garantindo uma orientação cada vez mais eficaz para quem percorre as nossas instalações.

Paralelamente, o gabinete reforçou a sua presença no ecossistema digital e nas redes sociais (SoMe), estreitando a ligação com a comunidade e promovendo uma maior literacia em saúde.

A par desta aposta tecnológica, o GCI continua a ser um pilar no apoio logístico e na divulgação dos eventos promovidos pelo hospital, consolidando a imagem de excelência e proximidade que define o HSEIT.

13 Formação e Investigação Clínica

13.1 Formação

O programa formativo de 2025 contou com 32 formações internas, num TOTAL de 49 ações. Nestas ações participaram 913 formandos, dos quais 54% eram Enfermeiros e 19% Assistentes Operacionais, como as categorias que mais frequentaram formação interna.

As áreas de formação foram as seguintes:

- Enquadramento na organização/empresa
- Higiene e Segurança no Trabalho
- Informática na ótica do utilizador
- Saúde
- Medicina
- Ciências farmacêuticas

Relativamente à frequência de formação externa, foi a Categoria de Assistente Operacional que mais frequentou este tipo de formação, num TOTAL de 287 formações, seguindo-se os Assistentes Técnicos, num TOTAL de 228. A maioria das formações foi frequentada em regime online, o que demonstra que a criação da sala multimédia justificou plenamente o investimento realizado.

Categoria	Continente	Estrangeiro	Local	Online	RAA	RAM	TO-TAL
Assist. Operacional	2		9	275	1		287
Assist. Técnico			33	194	1		228
Educ. Infância	1		3				4
Farmacêutica	10		7	3			20
Informática			1	9			10
Órgãos de Direção	1		3	1			5
Pessoal de Enfermagem	31		96	5	20		153
Pessoal Médico	99	1	56	34	16	1	219
Técnico Superior	11	13	26	33	6		77
Tec. Sup Diagnóstico e Terapêutica	14		21	4			39
TOTAL	169	15	255	558	44	1	1042

No que concerne à atividade de estágios, conseguimos acolher um número significativo de estudantes, em diversas áreas e categorias, conforme dados abaixo:

Estágios 2025 - 144

- Estagiar U - 67
- Estágios Curriculares - 51
- Erasmus - 18
- Estágios voluntários - 8

13.2 Serviço Especializado de Epidemiologia e Biologia Molecular

Em 2025, o SEEBMO desenvolveu uma atividade intensa e diversificada nas áreas da formação profissional, participação científica, investigação e envolvimento comunitário, evidenciando um forte compromisso com a qualificação contínua, inovação e valorização institucional.

Ao nível da formação, os elementos do serviço participaram em múltiplas ações de caráter técnico, científico e transversal. Destacam-se formações em genética e genómica clínica, sequenciação de nova geração (NGS), biobancos, proteção de dados, inteligência artificial aplicada à saúde, diagnóstico molecular e técnicas laboratoriais avançadas. Paralelamente, foram frequentadas ações no âmbito da Administração Pública, nomeadamente programas ReCAP, avaliação de desempenho (SIADAPRA), cidadania digital e competências organizacionais. Na vertente de saúde e segurança, foram realizadas formações em controlo de infeção, suporte básico de vida, ergonomia, segurança no trabalho e desenvolvimento pessoal.

Ao nível do envolvimento com a comunidade, os profissionais participaram em iniciativas de promoção da literacia científica, incluindo o programa “Cientista Regressa à Escola”, com dinamização de atividades em estabelecimentos de ensino da ilha Terceira, e a colaboração no “Hospital dos Bonecos”, contribuindo para a educação em saúde junto da população mais jovem.

No domínio da atividade científica, verificou-se participação ativa em congressos, reuniões técnicas e redes de colaboração nacionais e internacionais, com presença em encontros de biobancos, vigilância epidemiológica e redes laboratoriais. Regista-se ainda a participação como oradores em eventos científicos e técnicos, reforçando a visibilidade institucional e a partilha de conhecimento.

Relativamente à investigação e captação de financiamento, destaca-se a integração do HSEIT, EPER, através do SEEBMO, no projeto INSiGHT-MJD Açores(2025-2028), financiado pelo programa Açores 2030, focado no estudo da doença de Machado-Joseph. Adicionalmente, foi submetida e aprovada uma candidatura para o reforço da infraestrutura de biobanco regional, consolidando a capacidade de recolha, armazenamento e utilização de amostras biológicas para investigação de elevada qualidade.

O ano de 2025 reflete um desempenho global altamente positivo, marcado pelo investimento contínuo na qualificação dos recursos humanos, pela integração em projetos estratégicos de investigação e pela crescente ligação à comunidade, reforçando o papel do SEEBMO como estrutura de referência nas suas áreas de atuação.

Ao longo do ano os elementos do SEEBMO participaram em diversas atividades formativas e em atividades, bem como congressos diversos, dos quais destacamos:

Data	Participante	Reunião/Congresso
17 de junho de 2025	Ana Rita Couto, Bruna Parreira,	Participação presencial no encontro de Biobancos “Biobanks in Health Research: Driving Innovation & Impact”. Evento organizado pelo EATRIS Spot Light program da NOVA Medical School, EVCA e Gulbenkian Institute for Molecular Medicine.
26 de junho de 2025	Bruna Parreira, Ana Rita Couto	Participação online na reunião sobre Biobancos promovido pela Agência Nacional para a Investigação Clínica e Biomédica (AICIB) e a Direção-Geral da Saúde (DGS), com a duração de 1 h.

21 de outubro 2025	Ana Rita Couto	Participação Online na “Reunião Vigilância Epidemiológica da Gripe e outros vírus respiratórios”
22 de outubro 2025	Ana Rita Couto	Participação Online “Reunião da Rede Nacional de Laboratórios para a Vigilância do vírus da Gripe e outros Virus respiratórios”
19 de setembro 2025	Ana Rita Couto	Palestrante no “IV Encontro Nacional de Centros de Formação do Serviço Nacional de Saúde – Unir Distâncias e Potenciar competências”
Abril de 2025	Ana Rita Couto	Palestrante no EuroDISH Meeting – Encontro internacional do Grupo de estudo da EULAR (European Alliance of Associations for Rheumatology) sobre a DISH (Alemanha, Bochum).
28 janeiro 2025	Margarida Santos	Palestrante no encontro promovido pela Thermofisher – Oncomine User Meeting: “Oncomine Precision Assay – An Ultraperipheric Experience”.
Set2024 a Junho 2025	Raquel Meneses e Bruna Parreira	Reuniões semanais com a Native Scientits sobre a gestão de parcerias das instituições de investigação associadas.

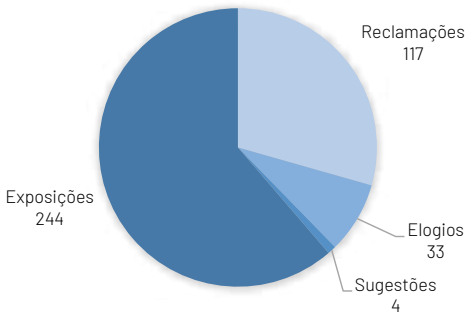
14 Gabinete do Utente

O Gabinete do Utente do HSEIT preparou no ano de 2025, 123 ofícios de resposta, trabalho que permitiu encerrar os pendentes dos anos de 2020 a 2023 e reduzir significativamente as respostas em falta:

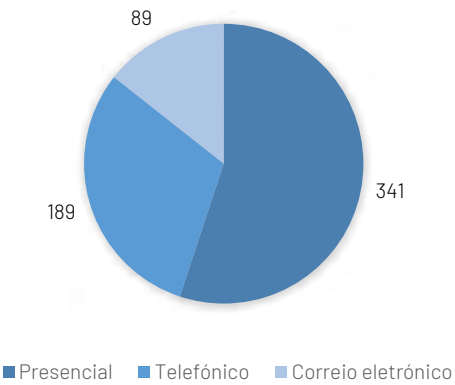
Da correspondência recebida em 2025, 117 constituem reclamações, 33 são elogios (+12 do que em 2024), 4 são sugestões e 244 são exposições:

	Reclamações	Sugestões	Elogios	Exposições	TO-TAL
2020	3	-	-	-	3
2021	8	-	-	2	10
2022	5	-	-	4	9
2023	16	1	-	7	24
2024	39	-	3	35	77
TOTAL					123

Modalidade de Apresentação



Modalidades dos Atendimento



O tempo médio de resposta fixou-se nos 85 dias, prazo associado ao tempo que decorre para obtenção do parecer dos serviços e a emissão da informação que habilita à resposta. As situações tratadas paralelamente através de atendimentos presenciais, telefónicos e de comunicações remetidas para o endereço de correio eletrónico do Gabinete do Utente são designadas por atendimentos. Independentemente da sua modalidade, é privilegiado o contato entre o utente e o Gabinete, de forma personalizada, centrada e direcionada para a resolução e esclarecimento da situação apresentada, com a maior brevidade possível.

O Gabinete do Utente do HSEIT registou 619 atendimentos no ano de 2025, verificando-se relativamente ao período homólogo, um aumento de 34%.

O tempo médio de resposta fixa-se nos 13 dias, ainda que o objetivo seja, efetivamente, desde que possível, solucionar o assunto no momento do atendimento e facultar uma resposta com a maior celeridade. Todavia, tal depende não só da complexidade do assunto, como da disponibilidade dos Serviços/Unidades envolvidos e, se aplicável, da acessibilidade dos elementos visados.

No que concerne ao aumento percentual do número de distribuições recebidas, entendemos que o mesmo se deve à crescente consciencialização dos utentes dos seus direitos, os quais reivindicam em prol da sua saúde, bem-estar e qualidade de vida.

15 Departamento de Compras e Logística

15.1 Enquadramento

O Departamento de Logística é a unidade orgânica responsável pela gestão integrada dos processos de contratação, aquisição, aprovisionamento, armazenamento e distribuição de bens e serviços, garantindo o suporte logístico necessário à prossecução da missão assistencial, nos termos da legislação aplicável, garantindo uma atuação coesa e alinhada com os objetivos estratégicos do HSEIT.

Integram este Departamento 3 unidades funcionais, designadamente:

- Contratação Pública, responsável por coordenar e gerir os processos de contratação pública, garantindo a celeridade, eficiência e legalidade das aquisições, bem como cooperar na monitorização da execução dos contratos celebrados;
- Aprovisionamento, à qual compete rececionar as necessidades aquisitivas, propor a adoção dos procedimentos

- legais com vista à satisfação das referidas necessidades e formalizar e articular junto dos fornecedores as encomendas que visam garantir os bens e serviços necessários ao regular funcionamento da instituição;
- Gestão de Armazéns, que cuida de rececionar as mercadorias, gerir os níveis de stocks e distribuir internamente pelos diversos serviços os bens necessários ao funcionamento regular dos mesmos.

Durante o ano de 2025, o Departamento manteve como prioridades a eficiência na gestão de stocks, a racionalização de custos e o reforço da capacidade de resposta às necessidades dos serviços hospitalares, bem como o foco na tramitação de procedimentos com vista à celebração de contratos e consequente aquisição de recursos que visam permitir a digitalização hospitalar, a modernização e requalificação dos equipamentos hospitalares, investimentos possibilitados pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

15.2 Atividade Desenvolvida

15.2.1 Unidade de Contratação Pública

Durante o ano de 2025 foi dado início a diversos procedimentos de contratação pública, de acordo com o enquadramento legal aplicável, com vista a assegurar o fornecimento de bens e serviços necessárias à atividade clínica e administrativa do HSEIT:

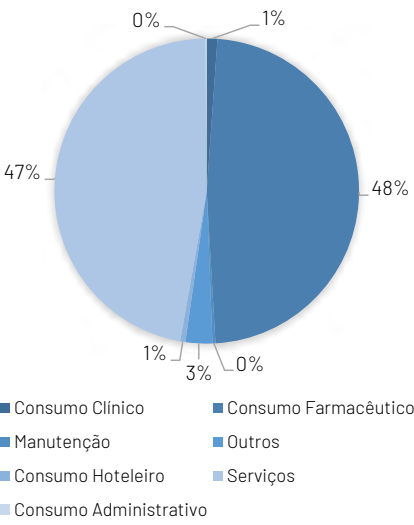
Tipo de Procedimento	Área	Número de procedimentos	TOTAL de procedimentos
Concurso Público c/ Publicidade Internacional	Consumo Farmacêutico	7	19
	Consumo Clínico	1	
	Serviços	5	
	Equipamentos	5	
	Consumo Administrativo	1	
Concurso Público s/ Publicidade Internacional	Serviços	1	5
	Equipamentos	4	
Ajuste Direto em Regime Geral por Critério do Valor	Consumo Farmacêutico	3	145
	Consumo Clínico	4	
	Serviços	116	
	Equipamentos	22	
Ajuste Direto em Regime Geral por Critério Material	Consumo Farmacêutico	84	120
	Serviços	35	
	Equipamentos	1	
Ajuste Direto em Regime Simplificado	Consumo Farmacêutico	1161	4.047
	Consumo Clínico	394	
	Consumo Hoteleiro	73	
	Consumo Administrativo	42	
	Manutenção de Instalações e Equipamentos	113	
	Serviços	2182	
	Equipamentos	83	
Contratação Excluída		202	202
TOTAL			4.538

15.2.2 Unidade de Aprovisionamento

A Unidade de Aprovisionamento assegurou o processamento e acompanhamento de procedimentos de aquisição de bens e serviços, garantindo o abastecimento regular das unidades clínicas e serviços de apoio:

Área	Número de processos de aquisição	Valor TOTAL das aquisições s/ IVA (€)
Bens de Consumo Farmacêutico	1.255	21.975.497,39 €
Bens de Consumo Clínico	398	515.855,28 €
Bens para Manutenção de Instalações e Equipamentos	113	145.550,72 €
Bens de Consumo Hoteleiro	73	252.594,83 €
Bens de Consumo Administrativo	42	71.296,28€
Serviços	1.195	21.562.066,38€
Outros bens e serviços	198	1.301.351,14€
TOTAL	3.274	45.824.212,52 €

Distribuição das Aquisições por Áreas de Consumo

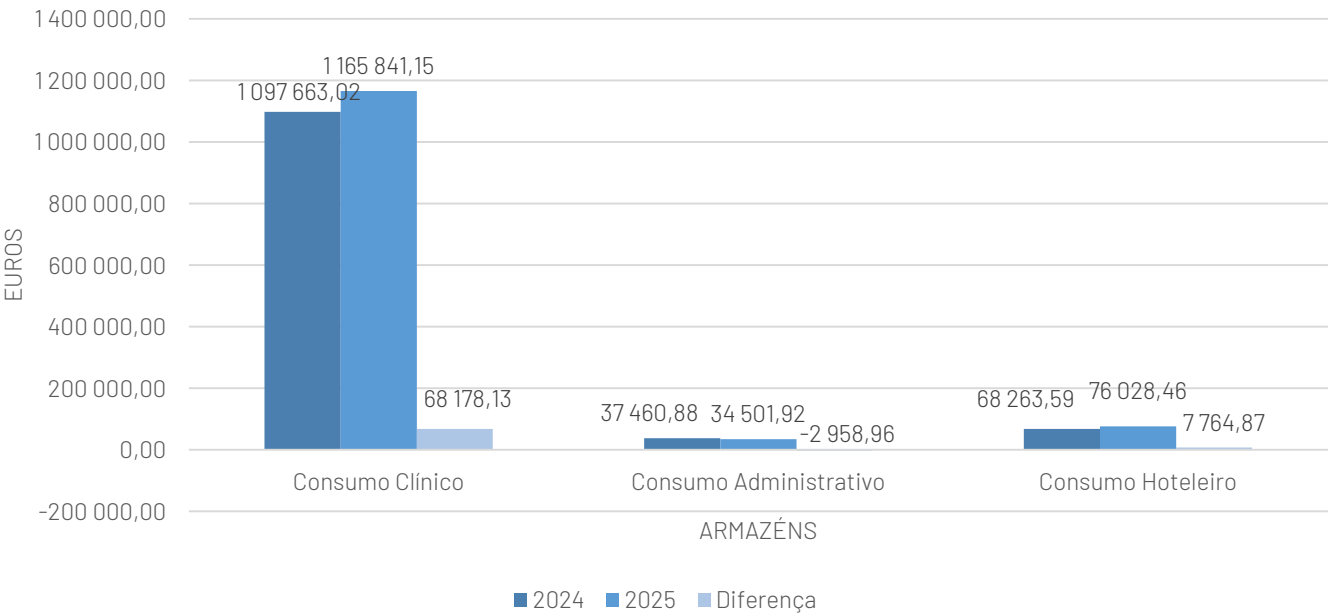


As aquisições mencionadas foram-no ao abrigo de contratos celebrados ao abrigo de procedimentos de contratação pública iniciados no decorrer do ano de 2025 e anteriores, mas que, em 2025, continuaram em execução.

15.2.3 Unidade de Gestão de Armazéns

Durante 2025, o Departamento de Logística, através da Unidade de Gestão de Armazéns, assegurou a gestão e controlo dos stocks existentes em armazém, garantindo a disponibilidade dos materiais essenciais à atividade hospitalar.

Comparativo de Existências no Final do Ano



O valor das existências no armazém de consumo clínico sofreu, no final do ano de 2025, um acréscimo de 6,2 % (68 178,13 euros), face às existências, no mesmo armazém, no final de 2024.

De igual forma, verificou-se um aumento de valor de existências em 11,37 % (7 764,84 euros) no armazém de consumo

hoteleiro, quando comparado o final do ano de 2024 e o final do ano de 2025.

Em sentido contrário, o armazém de consumo administrativo, quando comparados os valores de existências no final do ano de 2024 com os valores de existências no final de 2025, verificou um decréscimo de 7,9 % (2 958,96 euros).

15.3 Projetos e Melhorias Implementadas

Durante o ano 2025 foram desenvolvidas diversas iniciativas com o objetivo de melhorar a eficiência logística, nomeadamente:

- Arranque do Armazém Avançado da Consulta Externa;
- Reorganização do espaço do Armazém;
- Reforço no processo de verificação de faturas;
- Adoção de minutas na Unidade de Contratação Pública;
- Centralização e monitorização dos Pedidos de Compra de artigos não stockáveis, designadamente os afetos ao Armazém 8 – Equipamentos;
- Agilização na formalização de Mapas de Adjudica-

ção e Notas de Encomenda, evitando a repetição de assinaturas;

- Definição de grupos de trabalho nas ferramentas informáticas utilizadas;
- Criação de recursos digitais partilhados entre membros das equipas;
- Reforço da envolvência dos responsáveis pelos serviços clínicos e não clínicos nos procedimentos e contratos que visam a satisfação das necessidades dos respetivos serviços.

15.4 Riscos e Constrangimentos

Entre os principais desafios identificados no ano de 2025 destacam-se:

- Período de 4 meses sem direção de departamento;
- Redução dos recursos humanos afetos, com ausências prolongadas e saídas definitivas;
- Carência de recursos humanos especializados;
- Aumento temporário do número de procedimentos de contratação pública associados a aquisição de bens e

serviços, resultantes das verbas específicas afetas ao PRR;

- Volatilidade dos preços de determinados dispositivos médicos e artigos de consumo;
- Constrangimentos nas cadeias de abastecimento, acentuadas pela realidade arquipelágica;
- Aumento da atividade assistencial e consequente pressão sobre consumos.

15.5 Desafios e Perspetivas Futuras

Para o próximo período, o Departamento de Logística continuará a desenvolver esforços no sentido de:

- Integrar sistema de gestão de compras com sistema de gestão financeira;
- Reforçar, estabilizar e especializar os recursos humanos afetos às equipas;
- Dinamizar a Comissão de Normalização;
- Fazer manual de procedimentos;
- Melhorar processos e instruções operacionais existentes e adotar novos;
- Utilizar sistema de gestão documental interno único;
- Monitorizar o desempenho de fornecedores;

- Utilizar acordos-quadro da SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde e contratos públicos de aprovisionamento da Direção Regional da Saúde;
- Reforçar a eficiência dos processos logísticos;
- Melhorar a gestão e reforçar stocks;
- Garantir a sustentabilidade e racionalização dos recursos;
- Renegociar condições contratuais;
- Reforçar a monitorização de consumos por serviço;
- Reorganizar e melhorar áreas de armazenamento;
- Reforçar a articulação com serviços clínicos.



16 Plano de Investimentos

16.1 Execução Plano de Investimentos

O HSEIT tem procurado realizar os seus principais investimentos através do Plano de Investimentos da Região e de Programas de apoio de fundos comunitários em vigor. Apesar do exposto, sempre que se revela necessário realizar investimentos, incluindo de necessidades urgentes ou para substituições de equipamentos, de mobiliário ou outros bens de imobilizado, o HSEIT recorre a verbas do seu orçamento para o efeito.

No ano de 2025 foi celebrado um Contrato de Investimento entre o HSEIT e a Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social, cujo valor final ascendeu a 4.413.933 euros e que se desagrega da seguinte forma:

Medida		Valor Inicial	Valor Final
06.02.01	Equipamentos	0,00	30 000,00
06.02.09	Modernização e requalificação - PRR	0,00	3 017 548,00
06.03.01	Apoios e Protocolos com Instituições	0,00	2 500,00
06.04.13	SAPA	0,00	30 000,00
06.05.01	Fixação de profissionais de saúde	0,00	82 257,00
06.07.03	CIRURGE	276 366,00	276 366,00
06.06.04	Melhoria Performance SRS - PRR	0,00	873 973,00
06.06.05	Digitalização sector saúde - PRR	0,00	440 155,00
TOTAL		276 366,00 €	4 752 799,00 €

Do TOTAL atribuído no Contrato de Investimento de 2025, 3.966.937,00 euros destinavam-se à aquisição de equipamentos e de software e 785.862,00 euros a financiar gastos de exploração. A sua execução pode ser assim apresentada:

Medida		TOTAL CI	Recebido	Por receber	Tx. Execução Receita	Pagamentos	Receita Consignada 31-12-2025
06.02.01	Equipamentos	30 000,00	30 000,00	0,00	100%	17 388,40	12 611,60
06.02.09	Modernização e requalificação - PRR	3 017 548,00	0,00	3 017 548,00	0%	0,00	0,00
06.03.01	Apoios e Protocolos com Instituições	2 500,00	2 500,00	0,00	100%	2 500,00	0,00
06.04.13	SAPA	30 000,00	30 000,00	0,00	100%	30 000,00	0,00
06.05.01	Fixação de profissionais de saúde	82 257,00	0,00	82 257,00	0%	0,00	0,00
06.07.03	CIRURGE	276 366,00	276 366,00	0,00	100%	276 366,00	0,00
06.06.04	Melhoria Performance SRS - PRR	873 973,00	0,00	873 973,00	0%	0,00	0,00
06.06.05	Digitalização sector saúde - PRR	440 155,00	0,00	440 155,00	0%	0,00	0,00
TOTAL		4 752 799,00	338 866,00	4 413 933,00	7%	326 254,40	12 611,60

Importa relevar que do TOTAL atribuído, 4.331.676,00 euros (91%) foram financiados pelo PRR – Programa de Recuperação e Resiliência, nomeadamente:

- Componente 1, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital – Região Autónoma dos Açores e destinaram-se à aquisição de equipamentos, melhoria da performance da prestação do Serviço Regional de Saúde e da digitalização do setor da saúde – 1.314.128,00 euros;

- Componente 1, Investimento RE-C01-i11-RAA Modernização e Requalificação do Serviços Regional de Saúde – 3.017.548,00 euros.

As receitas cobradas em 2025 relativas a Contrato de Investimento TOTALizam 982.620,00 euros, incluindo 643.754,00 euros relativos a 2024.

Medida	2025	2024	TOTAL	2025 %	2024 %
Equipamentos	30 000,00	0,00	30 000,00	100%	0%
Apoios e Protocolos com Instituições	2 500,00	0,00	2 500,00	100%	0%
SAPA	30 000,00	0,00	30 000,00	100%	0%
CIRURGE	276 366,00	0,00	276 366,00	100%	0%
CEDO	0,00	371 000,00	371 000,00	0%	100%
Melhoria das instalações das USI, COA e Hospitais	0,00	270 754,00	270 754,00	0%	100%
TOTAL	338 866,00	641 754,00	709 866,00	48%	90%

17 Análise Económica e Financeira

17.1 Análise Económica

No ano de 2025 o HSEIT encerrou o exercício económico com uma relevante melhoria do resultado líquido: + 3 milhões de euros, o que se traduz numa melhoria, face a 2024, de 7,9 M€.

Para esta melhoria do resultado contribuiu o aumento das receitas com origem no Contrato Programa.

Demonstração de Resultados (Sintética)	2025	2024 (reexpresso)	Variação	%
Proveitos	117.097.820,03	101.704.170,79	15.393.649,24	15%
Custos e perdas operacionais	(112.203.136,14)	(104.327.904,30)	(7.875.231,84)	8%
Resultados antes de depreciações e gastos financiamento	4.894.683,89	(2.623.733,51)	7.518.417,40	-287%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	(1.290.519,80)	(1.314.249,99)	23.730,19	-2%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis	430.824,99	0,00	430.824,99	100%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	4.034.989,08	(3.937.983,50)	7.972.972,58	-202%
Juros e rendimentos similares obtidos	27.906,25	8.504,17	19.402,08	228%
Juros e gastos similares suportados	(957.601,17)	(1.036.630,13)	79.028,96	-8%
Resultados Financeiros	3.105.294,16	(4.966.109,46)	8.071.403,62	-163%
Imposto s/ rendimento	(88.723,36)	(316,11)	(88.407,25)	27967%
Resultado líquido do período	3.016.570,80	(4.966.425,57)	7.982.996,37	-161%

17.1.1 Proveitos

Em 2025 os proveitos registaram um aumento de 16%, variação que dum aumento generalizado das diversas rubricas, com destaque para o incremento valor do Contrato Programa (+15,4 milhões de euros).

Estrutura dos rendimentos	2025	%	2024 (reexpresso)	%	Variação	%
Impostos e taxas	154.391,80	0%	153.748,90	0%	642,90	0%
Prestação serviços	652.537,15	1%	530.197,21	1%	122.339,94	23%
Subsídios à exploração – Contrato Programa	110.458.733,00	94%	95.000.000,00	93%	15.458.733,00	16%
Subsídios à exploração – Outros	1.574.893,08	1%	2.253.644,41	2%	(678.751,33)	-30%
Reversões de imparidades	430.824,99	0%	0,00	0%	430.824,99	100%
Outros rendimentos e ganhos	4.257.265,00	3%	3.766.580,27	3%	585.906,35	16%
Juros e rendimentos similares obtidos	27.906,25	0%	8.504,17	0%	19.402,08	228%
TOTAL rendimentos	117.556.551,27	100%	101.712.674,96	99%	15.843.876,31	16%

O Contrato Programa representa 94% do TOTAL dos proveitos operacionais do HSEIT, tendo mantido sensivelmente a mesma expressão de 2024 e 2023 no TOTAL dos proveitos. Note-se que atualmente os cuidados de saúde apenas são faturados a entidades terceiras legalmente responsáveis, como companhias de seguros, sempre que exista enquadramento legal.

Do TOTAL do Contrato Programa, 19 milhões de euros destinaram-se ao pagamento de dívida comercial e valorizações/reposicionamentos remuneratórios. Detalha-se, de seguida, os subsídios à exploração, não associados ao Contrato Programa:

Outros subsídios à exploração	2025	%	2024	%	Variação	%
Outras Transferências obtidas - SRS	26.210,00	2%	9.080,00	0%	17.130,00	189%
Plano Regional Investimento Saúde	679.866,00	41%	1.019.051,00	45%	(339.185,00)	-33%
Subsídio social de mobilidade	927.021,06	56%	1.225.513,41	54%	(298.492,35)	-24%
PIIE (apoio ao emprego)	6.507,44	0%	0,00	0%	6.507,44	100%
Outros	2.183,17	0%	0,00	0%	2.183,17	100%
TOTAL outros subsídios exploração	1.641.787,67	98%	2.253.644,41	100%	(611.856,74)	-27%

Importa relevar que do montante de 679.866,00 euros, relativo ao do Plano Regional de Investimento da Saúde, 643.754,00 euros (65,5%) respeitam ao Plano Regional de Investimento da Saúde de 2024, cujo recebimento ocorreu no

exercício de 2025.
No respeitante aos outros proveitos e ganhos os mesmos são assim apresentados:

Outros rendimentos e ganhos	2025	%	2024 (reexpresso)	%	Variação	%
Rendimentos suplementares	100.363,73	6%	220.394,58	10%	(120.030,85)	-54%
Ganhos em inventários	2.619.969,60	166%	1.924.428,05	85%	695.541,55	36%
Reembolsos de vencimentos	351.394,68	22%	294.758,51	13%	56.636,17	19%
Imputação de subsídios e transf. para investimentos	876.779,95	56%	937.645,40	42%	(60.865,45)	-6%
Descontos Obtidos	8.388,74	1%	55.955,98	2%	(47.567,24)	-85%
Outros	300.368,30	19%	333.397,75	15%	(33.029,45)	-10%
TOTAL outros rendimentos e ganhos	4.257.265,00	264%	3.766.580,27	157%	490.684,73	13%

A variação positiva verificada resulta essencialmente do aumento dos ganhos em inventários.

17.1.2 Gastos

Os gastos totais incorridos pelo HSEIT em 2025 ascenderam a 114 milhões de euros, o que representa um aumento, face a 2024, de 7% e que analisaremos de seguida em maior detalhe:

Estrutura dos gastos	2025	%	2024 (reexpresso)	%	Variação	%
Consumos	24.269.970,23	21%	22.511.650,42	21%	1.758.319,81	8%
Serviços	27.864.273,90	24%	25.952.755,48	24%	1.911.518,42	7%
Pessoal	59.171.696,29	52%	55.233.005,68	52%	3.938.690,61	7%
Imparidades e provisões	185.786,39	0%	413.935,52	0%	(228.149,13)	-55%
Outros gastos e perdas	711.409,33	1%	216.557,20	0%	494.852,13	229%
Depreciações e amortizações	1.290.519,80	1%	1.314.249,99	1%	(23.730,19)	-2%
Juros e gastos similares suportados	957.601,17	1%	1.036.630,13	1%	(79.028,96)	-8%
TOTAL gastos	114.451.257,11	100%	106.678.784,42	100%	7.772.472,69	7%

Verificou-se um aumento dos consumos, com a exceção dos reagentes:

Consumos	2025	%	2024	%	Variação	%
Medicamentos	15.305.999,15	63%	13.685.153,34	61%	1.620.845,81	12%
Reagentes	2.274.043,77	9%	2.366.653,27	11%	(92.609,50)	-4%
Outros produtos farmacêuticos	718.224,15	3%	648.021,84	3%	70.202,31	11%
Consumo Clínico	4.630.849,88	19%	4.565.092,11	20%	65.757,77	1%
Consumo Hoteleiro	466.767,22	2%	440.694,94	2%	26.072,28	6%
Consumo Administrativo	105.934,88	0%	100.294,42	0%	5.640,46	6%
Combustíveis	647.256,44	3%	593.293,88	3%	53.962,56	9%
Peças	120.894,74	0%	112.446,62	0%	8.448,12	8%
TOTAL consumos	24.269.970,23	100%	22.511.650,42	100%	1.758.319,81	8%

Apesar do aumento dos gastos com medicamentos, num TOTAL de 1,6 milhões de euros (+ 12%), constata-se que a taxa de crescimento é 4 pp abaixo da média nacional, considerando os dados nacionais publicados (último relatório disponível outubro de 2025).

O aumento da despesa com medicamentos justifica-se com a aprovação e financiamento de novos medicamentos, bem como com o alargamento das indicações terapêuticas financiadas de medicamentos inovadores, maioritariamente para patologias crónicas com dispensa exclusiva em farmácia hospitalar, ao abrigo de diplomas legais. Contribuiu, tam-

bém, o incremento na atividade assistencial nas principais áreas terapêuticas de despesa, bem como o aumento da sobrevida destes utentes, que se mantêm mais tempo em tratamento.

Note-se que fruto das negociações com os principais laboratórios, foi possível obter descontos de Rappel num TOTAL de 2,6 M€.

No que concerne aos reagentes, verifica-se uma diminuição, em termos globais, de 92 mil euros face ao exercício de 2024:

Serviço	2025	%	2024	%	Variação	%
Patologia Clínica	1.620.178,16	71%	1.735.021,37	73%	(114.843,21)	-7%
SEEBMO	426.396,68	19%	385.480,90	16%	40.915,78	11%
Imunohemoterapia	127.282,59	6%	132.513,39	6%	(5.230,80)	-4%
Anatomia Patológica	99.830,44	4%	113.370,69	5%	(13.540,25)	-12%
Outros	355,90	0%	266,92	0%	88,98	33%
TOTAL	2.274.043,77	100%	2.366.653,27	100%	(92.609,50)	-4%

A aquisição de serviços em realidade hospitalar pode ser analisada considerando duas vertentes: os subcontratos e concessões de serviços e os fornecimentos e serviços externos, sendo que na primeira, o aumento verificado foi de 3% e na segunda de 13%.

Fornecimentos e Serviços Externos	2025	%	2024	%	Variação	%
Subcontratos	14.930.499,08	54%	14.549.428,34	56%	381.070,74	3%
Serviços	12.933.774,82	46%	11.403.327,14	44%	1.530.447,68	13%
TOTAL FSE	27.864.273,90	100%	25.952.755,48	100%	1.911.518,42	7%

Ao nível dos subcontratos verificam-se as seguintes variações:

Subcontratos	2025	%	2024	%	Variação	%
Assistência ambulatoria	4.030,23	0%	3.621,21	0%	409,02	11%
Meios complementares diagnóstico	991.866,49	7%	913.785,65	6%	78.080,84	9%
Meios complementares terapêutica	2.477.580,44	17%	2.029.831,61	14%	447.748,83	22%
Internamentos	5.231.742,00	35%	5.386.119,18	37%	(154.377,18)	-3%
Deslocação Doentes	6.091.333,27	41%	6.087.059,66	42%	4.273,61	0%
Trabalhos executados exterior	133.946,65	1%	129.011,03	1%	4.935,62	4%
TOTAL subcontratos	14.930.499,08	100%	14.549.428,34	100%	381.070,74	3%

Nos meios complementares de diagnóstico destacam-se a patologia clínica, a imagiologia e a medicina nuclear, sendo esta última a que apresenta maior variação, verificando-se um aumento de cerca de 46 m€:

Meios complementares diagnóstico	2025	%	2024	%	Variação	%
Patologia clínica	327.225,15	33%	325.635,41	36%	1.589,74	0%
Anatomia patológica	20.538,40	2%	11.554,91	1%	8.983,49	78%
Imagiologia	227.162,36	23%	205.925,76	23%	21.236,60	10%
Medicina nuclear	416.940,58	42%	370.669,57	41%	46.271,01	12%
TOTAL MCD	991.866,49	100%	913.785,65	100%	78.080,84	9%

No que concerne aos meios complementares de terapêutica, destacam-se a hemodiálise, a oxigenoterapia, a procriação medicamente assistida (PMA) e a radioterapia:

Meios complementares terapêutica	2025	%	2024	%	Variação	%
Hemodiálise	564.212,78	23%	519.578,94	26%	44.633,84	9%
Oxigenoterapia	829.728,86	33%	896.894,57	44%	(67.165,71)	-7%
PMA	38.558,80	2%	121.283,10	6%	(82.724,30)	-68%
Radioterapia	1.026.965,00	41%	478.950,00	24%	548.015,00	114%
IVG	18.115,00	1%	13.125,00	1%	4.990,00	38%
Outros	0,00	0%	0,00	0%	0,00	100%
TOTAL MCT	2.477.580,44	100%	2.029.831,61	100%	447.748,83	22%

Refira-se que em 2025 a referenciação para PMA deixou de ser efetuada pelo HSEIT passando a ser assegurada pelo HDES, motivo pelo qual se verifica uma diminuição nesta rubrica. Já a variação na radioterapia é justificada pelo aumento do número de tratamentos e diferenciação dos mesmos. A rubrica de internamentos respeita apenas a internamentos de psiquiatria, não tendo ocorrido aumentos de preço no exercício de 2025.

A rubrica de deslocação de doentes, em termos globais, não apresenta grandes variações, desagregando-se da seguinte forma:

Deslocação doentes	2025	%	2024	%	Variação	%
Bombeiros	743.521,73	12%	611.679,97	10%	131.841,76	22%
Viagens	2.202.423,03	36%	2.419.782,45	40%	(217.359,42)	-9%
Evacuações	566.099,82	9%	699.306,28	11%	(133.206,46)	-19%
Diárias	1.904.676,66	31%	1.792.857,59	29%	111.819,07	6%
CEDO	674.612,03	11%	563.433,37	9%	111.178,66	20%
TOTAL deslocação doentes	6.091.333,27	100%	6.087.059,66	100%	4.273,61	0%

Em 2025 verificou-se um aumento no número de doentes transportados pelas corporações de bombeiros na ordem dos 8% o que originou um aumento de gastos de 131 mil euros.

No que concerne à rubrica das evacuações verifica-se uma diminuição de 19%. Importa referir que apenas as evacuações para o exterior da RAA são suportadas em termos fi-

nanceiros pelo HSEIT, tendo sido transportados - 9 doentes. As rubricas de diárias e CEDO apresentam um aumento que se encontra diretamente relacionado com o incremento do n.º de utentes deslocados.

Os fornecimentos e serviços externos em 2025 registaram um aumento de 1,5 milhões de euros e apresentavam a seguinte decomposição:

Serviços	2025	%	2024	%	Variação	%
Serviços especializados	8.884.814,06	69%	7.501.505,71	66%	1.383.308,35	18%
Materiais de consumo	113.229,38	1%	78.462,93	1%	34.766,45	44%
Energia e Fluidos	1.329.839,15	10%	1.469.603,07	13%	(139.763,92)	-10%
Deslocações, estadas e transportes	176.573,61	1%	164.277,74	1%	12.295,87	7%
Serviços diversos	2.429.318,62	19%	2.189.477,69	19%	239.840,93	11%
TOTAL Serviços	12.933.774,82	100%	11.403.327,14	100%	1.530.447,68	13%

Totalizando cerca de 12,9 milhões de euros, esta rubrica regista um acréscimo de gastos, face ao período homólogo, na ordem dos 13%. Como se constata pelo quadro apresentado, é nas rubricas de serviços especializados que se verifica a maior variação.

Detalhamos, de seguida, a rubrica de Serviços Especializados:

Serviços especializados	2025	%	2024	%	Variação	%
Serviços saúde (médicos)	2.833.869,48	32%	2.199.245,92	29%	634.623,56	29%
Alimentação	1.039.709,92	12%	983.148,27	13%	56.561,65	6%
Vigilância e segurança	389.208,31	4%	329.247,73	4%	59.960,58	18%
Honorários	2.918.435,30	33%	2.211.477,35	29%	706.957,95	32%
Conservação e reparação	1.511.159,90	17%	1.633.981,33	22%	(122.821,43)	-8%
Outros	192.431,15	2%	144.405,11	2%	48.026,04	33%
TOTAL serviços especializados	8.884.814,06	100%	7.501.505,71	100%	1.383.308,35	18%

Analisando os serviços saúde (médicos) e os honorários em conjunto, atendendo a que os mesmos respeitam a prestadores de serviços externos, constata-se que ocorreu um aumento de cerca de 634 mil euros (+29%). Este aumento relaciona-se com a necessidade de recorrer a profissionais de saúde externos, sem vínculo contratual com o HSEIT, evolução que se pretende inverter já em 2026.

Uma parte importante dos recursos contratados teve como finalidade manter o Serviço de Urgência funcionante e sem falhas. A generalidade dos médicos contratados em regime

de prestação de Serviços, são de especialidades carenciadas em todo o país, tais como Ortopedia e Ginecologia e Obstetrícia, facto que coloca pressão no valor dos honorários destes profissionais.

Por outro lado, para fazer face às listas de espera cirúrgicas foi celebrado um contrato, na especialidade de ortopedia, com a finalidade de redução da lista de espera cirúrgica.

Para evitar a necessidade de recorrer a trabalho externo, o HSEIT tem, regularmente, aberto concursos para contratação a tempo indeterminado de profissionais médicos, ainda

que nem sempre alcançando na íntegra o objetivo. No que concerne à Alimentação, as revisões anuais dos valores unitários dos artigos/refeições, em resultado da atualização extraordinária do preço dos contratos de aquisição de serviços plurianuais, em consonância com a Lei do Orça-

mento do Estado, colocam pressão nos gastos desta rubrica. Já no que respeita à vigilância e segurança, a variação é justificada pelo aumento do número de 12 horas diárias.

Os serviços diversos são assim apresentados:

Serviços diversos	2025	%	2024	%	Variação	%
Rendas e alugueres	149.862,53	6%	151.735,05	7%	(1.872,52)	-1%
Comunicação	55.588,99	2%	57.360,20	3%	(1.771,21)	-3%
Seguros	12.706,13	1%	9.860,10	0%	2.846,03	29%
Contencioso e notariado	14.079,48	1%	2.571,65	0%	11.507,83	447%
Despesas de representação dos serviços	722,19	0%	2.257,90	0%	(1.535,71)	-68%
Limpeza higiene e conforto	1.630.318,56	68%	1.494.793,41	69%	135.525,15	9%
Custos de exploração	384.859,01	16%	350.870,34	16%	33.988,67	10%
Ajudas técnicas	156.699,46	6%	102.795,82	5%	53.903,64	52%
Serviços bancários	6.606,88	0%	6.666,52	0%	(59,64)	-1%
TOTAL serviços diversos	2.411.443,23	100%	2.178.910,99	100%	232.532,24	11%

As variações mais significantes são assim explicadas:
Limpeza, higiene e conforto – aumento do número de horas de limpeza;
Custos de exploração – estão contabilizadas nesta rubrica as despesas relativas à deslocação de prestadores de serviços externos, sendo que o aumento verificado se encontra dire-

tamente relacionado com o aumento das deslocações destes profissionais, acompanhado de um aumento do preço médio das viagens aéreas.

Em 2025 e 2024 os gastos com pessoal, apresentaram a seguinte estrutura:

Gastos com pessoal	2025	%	2024 (reexpresso)	%	Variação	%
Rem. órgãos diretivos	370.885,25	1%	369.088,19	1%	1.797,06	0%
Rem. base do pessoal	25.028.816,60	42%	23.880.310,59	43%	2.532.978,59	11%
Horas Extraordinárias	6.995.036,41	12%	7.299.464,94	13%	(304.428,53)	-4%
Noites e suplementos	1.845.092,58	3%	1.636.869,91	3%	208.222,67	13%
Prevenções	5.661.414,66	10%	4.740.203,41	9%	921.211,25	19%
Outras remunerações	3.605.681,88	6%	2.501.648,55	5%	1.104.033,33	44%
Subsídio de férias e natal	4.438.216,28	8%	4.349.556,15	8%	88.660,13	2%
Encargos (inclui pensões)	10.997.982,76	19%	10.232.991,21	19%	764.991,55	7%
Outros custos com pessoal	228.569,87	0%	222.872,73	0%	5.697,14	3%
TOTAL gastos com pessoal	59.171.696,29	100%	55.233.005,68	100%	3.938.690,61	7%

Do aumento TOTAL em gastos com pessoal destaca-se: Incremento da remuneração base, fundamentalmente devido ao impacto de alterações legais, seja por força da atualização das tabelas salariais como da revisão de carreiras; Aumento do número de horas de prevenção que é justificado pelo facto de no primeiro semestre de 2024 a prevenção do Serviço de Ortopedia ter sido assegurada por prestadores externos, bem como do aumento do número de horas na prevenção evacuação que pode ser explicado com a neces-

sidade de um terceiro elemento na equipa das evacuações; Decreto Legislativo Regional n.º 6/2025/A, de 20 de janeiro, que aprova o regime de dedicação plena no Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores, tendo o encargo, em 2025, ascendido a 822 mil euros. Não obstante o aumento global verificado, importa referir que a necessidade de recurso ao trabalho extraordinário sofreu uma redução de 9.665 horas.

A rubrica de outros gastos e perdas regista um aumento de 494 mil euros de euros e desgraga-se da seguinte forma:

Outros gastos e perdas	2025	%	2024 (reexpresso)	%	Variação	%
Impostos e taxas	29.021,95	4%	23.568,24	11%	5.453,71	23%
Dívidas incobráveis	33.628,95	5%	17.196,79	8%	16.432,16	96%
Perdas em inventários	77.029,41	11%	72.615,91	34%	4.413,50	6%
Correções relativas a períodos anteriores	557.777,01	78%	79.575,08	37%	478.201,93	601%
Outros gastos e perdas	13.952,01	2%	23.601,18	11%	(9.649,17)	-41%
TOTAL outros gastos e perdas	711.409,33	100%	216.557,20	100%	494.852,13	229%

O aumento verificado decorre da insuficiência de estimativa para férias e subsídio de férias e do pagamento de retroativos de pessoal que não se encontravam especializados. No respeitante a gastos de financiamento, em 2025 verificou-se uma diminuição dos juros de mora comerciais de

cerca de 420 m€, por contrapartida de um aumento dos juros fiscais de 33 mil€, sendo que estes respeitam a juros pagos à Segurança Social no âmbito do pagamento de retroativos de pessoal de anos anteriores.

17.2 Análise Financeira

17.2.1 Ativo

A 31 de dezembro de 2025, o comportamento do Ativo Líquido do Hospital (24.275.181,10 euros) evidencia um acréscimo, face ao exercício anterior, para o qual contribuíram as rubricas de ativos, outras contas a receber e caixa e depósitos.

Ativo	2025	%	2024 (reexpresso)	%	Variação	%
Ativos fixos tangíveis	8.407.970,79	35%	8.002.548,25	41%	405.422,54	5%
Ativos intangíveis	745.169,27	3%	663.217,91	3%	81.951,36	12%
Outros ativos financeiros	0,00	0%	280.866,00	1%	(280.866,00)	-100%
TOTAL ativo não corrente	9.153.140,06	38%	8.946.632,16	46%	206.507,90	2%
Inventários	4.369.096,45	18%	4.329.592,86	22%	39.503,59	1%
Clientes, contribuintes e utentes	1.001.068,70	4%	1.386.265,64	7%	(385.196,94)	-28%
Outras contas a receber	6.114.359,86	25%	1.625.969,12	8%	4.488.390,74	276%
Diferimentos	27.518,07	0%	87.783,52	0%	(60.265,45)	-69%
Outros ativos financeiros	280.866,00		0,00	0%	280.866,00	100%
Caixa e depósitos	3.329.131,96	14%	2.988.044,02	15%	341.087,94	11%
TOTAL ativo corrente	15.122.041,04	61%	10.417.655,16	54%	4.704.385,88	45%
TOTAL Ativo	24.275.181,10	99%	19.364.287,32	100%	4.910.893,78	25%

No exercício de 2025 foram efetuadas diversas aquisições de equipamentos e software, no montante TOTAL de 1,7 M€, sendo que desse montante 498.013,03 euros (29%) foram adquiridos com verbas do PRR – Programa de Recuperação e Resiliência:

Investimento 2025	Compra	Doação
Equipamento básico	678.027,45	40.822,87
Eq. investigação e formação de medida e de utilização técnica especial	109.071,21	0,00
Equipamento e material específico dos serviços de saúde	556.505,86	11.956,31
Equipamento e material recreativo, desportivo, de educação e cultura	5.924,64	406,02
Equipamento e material para serviços de alimentação rouparia e lavandaria	6.103,50	28.460,54
Outro equipamento básico	422,24	0,00
Equipamento administrativo	109.214,77	3.237,88
Equipamento informático e de telecomunicações	84.350,33	0,00
Equipamento de escritório e de reprografia	717,31	0,00
Mobiliário de escritório e de arquivo	24.147,13	3.237,88
Outros ativos fixos tangíveis	162,40	35,00
Equipamento de decoração e conforto de utilização comum	162,40	35,00
Ativos fixos tangíveis em curso	656.076,38	0,00
	1.443.481,00	44.095,75
Ativos intangíveis	114.129,25	0,00
Ativos intangíveis em curso	176.356,26	0,00
	290.485,51	0,00
	1.733.966,51	44.095,75

Das aquisições efetuadas no exercício de 2025, ao abrigo do PRR – Programa de Recuperação e Resiliência, destaca-se o investimento efetuado em equipamento informático e sistemas de informação.

Relativamente às instalações, o Balanço releva o terreno referente ao prédio do edifício novo do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira no valor de 4.745.000,00€.

Importa ainda referir que no exercício de 2025 ficou concluída No que concerne aos investimentos em curso, os mesmos desagregam-se da seguinte forma:

- Ativos fixos tangíveis em curso – Obra de alteração do parque de estacionamento coberto destinado à alocação do Serviço de Instalações e Equipamentos. À data

de 31 de dezembro de 2025 esta obra já se encontrava concluída, tendo valor TOTAL ascendido a 868.602,71 euros.

- Ativos intangíveis em curso – Solução Informática para a Unidade de Evacuações Aéreas (86.768,00 euros) e Solução Informática Macropath (492.478,00 euros), Web Services logística-financeiros (35.6478,26 euros), cujo investimento foi efetuado com verbas do PRR – Programa de Recuperação e Resiliência, sendo que os mesmos serão concluídos no decorrer do exercício de 2026.

O valor das existências em armazém, em termos globais, não sofreu variação relevante face a 2024:

Inventários	2025	%	2024	%	Variação	%
Medicamentos	2.358.423,78	54%	2.225.387,04	51%	133.036,74	6%
Reagentes	602.500,22	14%	547.324,12	13%	55.176,10	100%
Outros produtos farmacêuticos	55.029,08	1%	60.840,99	1%	(5.811,91)	-10%
Consumo Clínico	1.165.682,36	27%	1.101.210,95	25%	64.471,41	6%
Consumo Hoteleiro	76.217,17	2%	68.338,86	2%	7.878,31	12%
Consumo Administrativo	34.522,77	1%	37.465,79	1%	(2.943,02)	-8%
Combustíveis	68.836,45	2%	58.740,97	1%	10.095,48	17%
Peças	300.662,63	7%	240.559,30	6%	60.103,33	25%
Empréstimos	(292.778,01)	-7%	(10.275,16)	0%	(282.502,85)	2749%
TOTAL inventários	4.369.096,45	107%	4.329.592,86	100%	39.503,59	1%

As dívidas de terceiros decompõem-se da seguinte forma:

Dívidas de terceiros	2025	%	2024 (reexpresso)	%	Variação	%
Devedores por transf. e subsídios	4.413.933,00	62%	683.194,00	23%	3.730.739,00	546%
Clientes, contribuinte e utentes	1.001.068,70	14%	1.386.265,64	46%	(385.196,94)	-28%
Estado e outros entes públicos	4.883,60	0%	4.203,26	0%	680,34	16%
Outras contas a receber	1.695.543,26	24%	938.571,86	31%	756.971,40	81%
Acréscimo de proveitos	1.673.259,66	24%	795.468,38	26%	877.791,28	110%
Outras contas a receber	22.283,60	0%	143.103,48	5%	(120.819,88)	-84%
TOTAL dívidas de terceiros	7.115.428,56	100%	3.012.234,76	100%	4.103.193,80	136%

Como se poderá constatar a maior variação ocorreu na rubrica de devedores por transferências e subsídios, e que decorre do facto de a maioria das verbas do Plano de Investimento de 2025 não terem sido recebidas no decorrer do exercício.

A diminuição verificada na rubrica de clientes é justificada pelos esforços que têm sido desenvolvidos ao nível de uma melhor identificação da entidade financeira responsável e consequente imputação da despesa, com grande enfoque no que concerne a cuidados de saúde prestados a utentes estrangeiros.

Os acréscimos de proveitos respeitam a:

- Faturação emitida em 2026, referente a atos médicos de 2025 - 234.730,95 euros;
- Subsídio social de mobilidade - 134.768,10 euros;
- Descontos de rappel - 940.515,67 euros;
- Regularização de juros debitados pela Banca Farma-

factoring em excesso e que aguardam nota de crédito - 218.357,31 euros;

- Outros acréscimos de proveitos - 144.887,63 euros.

A rubrica de diferimentos respeita a gastos com seguros.

Do TOTAL do saldo de caixa e disponibilidades, 429.339,23 euros respeitam a verbas do Plano de Investimentos cuja despesa/pagamento ainda não ocorreu, constituindo assim uma receita consignada. O remanescente quantitativo bancário traduz a reserva necessária para a liquidação atempada das responsabilidades perante a Caixa Geral de Aposentações, Segurança Social e a Administração Tributária, relativas aos vencimentos de dezembro e a responsabilidades imediatas e inadiáveis do HSEIT no decurso do mês de janeiro de 2026, até ao recebimento do adiantamento duodecimal mensal.

17.2.2 Passivo

O Passivo TOTALizava, a 31 de dezembro, 76,9 milhões de euros (+3%):

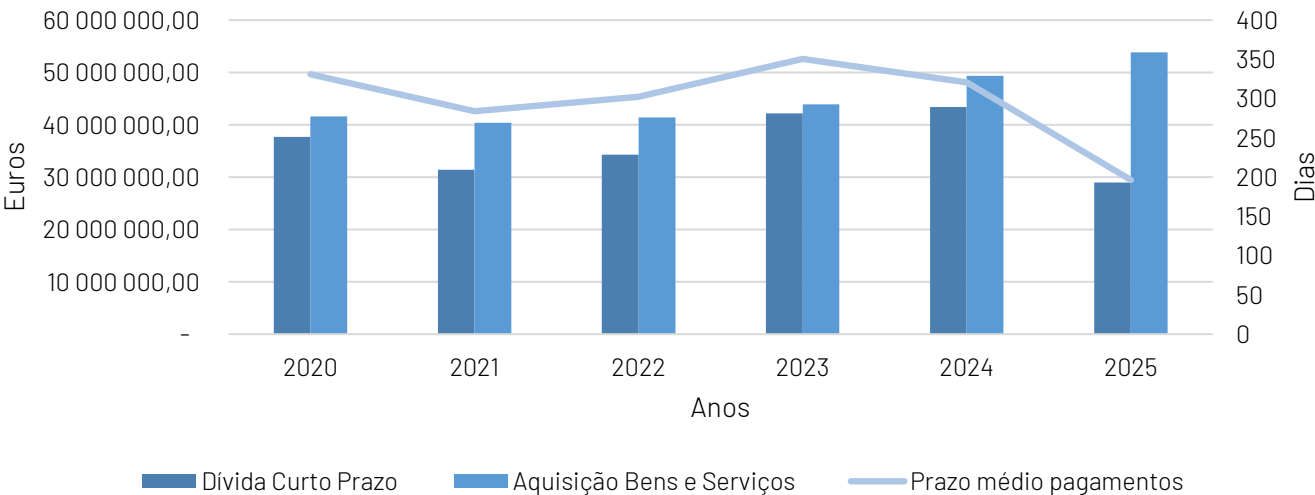
Passivo	2025	%	2024 (reexpresso)	%	Variação	%
Fornecedores de investimentos	86.988,40	0%	0,00	0%	86.988,40	100%
Fornecedores	20.097.255,79	26%	1.999.156,68	3%	18.098.099,11	905%
Responsabilidades por benefícios pós emprego	5.378.971,08	7%	6.433.261,03	9%	(1.054.289,95)	-16%
Outras contas a pagar	424.229,90	1%	536.080,04	1%	(111.850,14)	-21%
TOTAL passivo não corrente	25.987.445,17	34%	8.968.497,75	12%	17.018.947,42	190%
Fornecedores	28.285.284,28	37%	42.821.845,40	58%	(14.536.561,12)	-34%
Adiantamentos de clientes, contribuinte e utentes	10.315,57	0%	6.633,29	0%	3.682,28	56%
Estado e outros entes públicos	2.086.202,14	3%	1.456.984,10	2%	629.218,04	43%
Fornecedores de investimentos	671.920,88	1%	523.318,31	1%	148.602,57	28%
Outras contas a pagar	15.516.272,32	20%	20.285.787,87	27%	(4.769.515,55)	-24%
Diferimentos	4.413.933,00	6%	371.000,00	0%	4.042.933,00	1090%
TOTAL passivo corrente	50.983.928,19	66%	65.465.568,97	88%	(14.481.640,78)	-22%
TOTAL Passivo	76.971.373,36	74%	74.434.066,72	97%	2.537.306,64	3%

No exercício de 2025 foram celebrados, com diversos fornecedores, Acordos de Regularização de Créditos Vencidos (ARCV), no valor TOTAL de 23.473.550,35 euros, pelo prazo de 48 meses, que incluiu um período de carência de capital de 9 meses. Posteriormente, estes acordos foram cedidos, pelos fornecedores, a uma instituição bancária mantendo-se aplicáveis todas as condições constantes dos ARCV, com exceção dos encargos bancários, incluindo juros, que passaram a

ser suportados pelo HSEIT.

No que respeita à dívida comercial de curto prazo, a redução de mesma decorre não só da celebração dos ARCV como também do reforço de verbas do Contrato Programa que incluiu um montante específico para redução da dívida comercial.

O prazo médio de pagamentos apresentou uma redução, passando de 321 para 196 dias:



A rubrica de outras contas a pagar apresenta um aumento de aproximadamente 1,6 milhões de euros:

Outras contas a pagar	2025	%	2024 (reexpresso)	%	Variação	%
Acréscimo de gastos	15.350.787,69	96%	20.122.558,44	97%	(4.771.770,75)	-24%
Gastos com pessoal	13.507.633,11	85%	17.788.743,08	85%	(4.281.109,97)	-24%
Outros acréscimos gastos	1.843.154,58	12%	2.333.815,36	11%	(490.660,78)	-21%
Ajustamentos p/impostos subs. investimento	424.229,90	3%	536.080,04	3%	(111.850,14)	100%
Outras contas a pagar	165.484,63	1%	163.229,43	1%	2.255,20	1%
TOTAL outras contas a pagar	15.940.502,22	100%	20.821.867,91	100%	(4.881.365,69)	-23%

Do TOTAL especializado em gastos com pessoal 6,7 mihões de euros respeitama a retroativos de pessoal que ainda não foram liquidados no âmbito dos diversos acordos de pagamento celebrados entre as estruturas sindicais e a Tutela.

17.2.3 Capitais Próprios

À data de 31 de dezembro de 2025 o capital próprio do HSEIT encontra-se negativo em 52,3 milhões de euros.

Capitais Próprios	2025	%	2024 (reexpresso)	%	Variação	%
Fundos próprios	33.732.525,50	-64%	33.732.525,50	-61%	0,00	0%
Reservas	226.291,00	0%	226.291,00	0%	0,00	0%
Resultados transitados	(92.751.984,81)	177%	(87.785.559,24)	159%	(4.966.425,57)	6%
Outras variações no Património Líquido	3.080.405,25	-6%	3.723.388,91	-7%	(642.983,66)	-17%
Resultado do período	3.016.570,80	-6%	(4.966.425,57)	9%	7.982.996,37	-161%
TOTAL Capitais Próprios	(52.696.192,26)	100%	(55.069.779,40)	100%	2.373.587,14	-4%

As outras variações no património líquido incluem o montante de 474.421,61 euros relativos a doações de ativos. O valor remanescente respeita ao montante de transferências e subsídios de capital que ainda não foi imputado a rendimen-

to do exercício.
A 31 de dezembro de 2025 o montante dos ajustamentos por impostos relativos aos subsídios ao investimento ascendia a 424.229,90 euros.

17.2.4 Indicadores de Desempenho económico-financeiros

Os principais indicadores económico-financeiros, dos últimos 5 anos, podem ser assim apresentados:

Indicadores económico-financeiros	2025	2024	2023	2022	2021	2020
Rácios de Liquidez						
Liquidez Geral	29,66%	15,91%	20,19%	22,05%	20,56%	20,02%
Liquidez reduzida	21,09%	9,30%	12,68%	14,06%	12,41%	11,68%
Liquidez Imediata	6,53%	4,56%	6,26%	6,79%	5,89%	4,45%
Rácios de Estrutura Financeira						
Autonomia Financeira	-217,08%	-284,39%	-191,69%	-158,27%	-162,16%	-191,08%
Solvabilidade	-68,46%	-73,98%	-65,72%	-61,28%	-61,86%	-65,65%
Endividamento	317,08%	384,39%	291,69%	258,27%	262,16%	291,08%

17.3 Fluxos de Caixa
17.3.1 Recebimentos

No respeitante aos recebimentos verifica-se em 2025 um aumento global de cerca de 15 milhões de euros que decorre do reforço do Contrato Programa:

Receita Cobrada	2025	%	2024 (reexpresso)	%	Variação	%
Contrato Programa - RAA	110.458.733,00	95%	95.000.000,00	94%	15.458.733,00	16%
Plano Investimentos - RAA	982.620,00	1%	1.882.109,00	2%	(899.489,00)	-48%
Outros subsídios	939.563,23	1%	1.315.545,09	1%	(375.981,86)	-29%
Serviços Saúde	482.930,89	0%	553.357,12	1%	(70.426,23)	-13%
Taxas moderadoras	139.468,82	0%	139.351,70	0%	117,12	0%
Outras receitas	3.375.825,60	3%	2.318.396,64	2%	1.057.428,96	46%
TOTAL receita cobrada	116.379.141,54	100%	101.208.759,55	100%	15.170.381,99	15%

Do TOTAL das verbas recebidas ao abrigo do Plano de Investimentos da RAA 643.754,00 euros respeitavam a verbas atribuídas no âmbito do Contrato de Investimento de 2024. Em termos de distinção entre exploração e investimento os valores desagregam-se da seguinte forma:

- Exploração – 679.866,00 euros;
- Investimento – 302.754,00 euros.
- Relativamente aos outros subsídios, a sua decomposição é a seguinte:

- Subsídio Social de Mobilidade – 817.372,22 euros;
- Contratar Estável – 6.507,44 euros;
- Centro de Oncologia dos Açores – 26.210,00 euros;
- Universidade Nova de Lisboa (consórcio investigação – CHRC) – 52.263,05 euros;
- Programa Comunitário PO2020 – 36.210,52 euros.

17.3.2 Pagamentos

No exercício de 2025 foram pagos 116,2 milhões de euros, sendo que 114,7 milhões de euros respeitavam a despesas correntes e 1,5 milhões de euros a despesas de capital, o que representa um aumento 15%, face a 2024.

Despesa Paga	2025	%	2024	%	Varição	%
Pessoal	62.611.568,13	54%	53.358.119,06	53%	9.253.449,07	17%
Bens	27.377.627,15	24%	21.936.708,21	22%	5.440.918,94	25%
Serviços	24.247.354,75	21%	23.648.363,07	23%	598.991,68	3%
Encargos Financeiros	481.292,75	0%	1.163.161,54	1%	(681.868,79)	-59%
Outras despesas correntes	63.761,41	0%	64.587,77	0%	(826,36)	-1%
Despesa corrente	114.781.604,19	99%	100.170.939,65	99%	14.610.664,54	-15%
Investimentos	1.509.502,54	1%	1.389.096,60	1%	120.405,94	9%
Despesa capital	1.509.502,54	1%	1.389.096,60	1%	120.405,94	9%
TOTAL despesa paga	116.291.106,73	100%	101.560.036,25	100%	14.731.070,48	15%

Em 2025 as despesas de anos anteriores representaram 16% do TOTAL da despesa paga (em 2024: 20%). Os pagamentos respeitantes a encargos financeiros respeitam maioritariamente a juros de mora comerciais pagos no âmbito de acordos de pagamento.

17.4 Contabilidade de Gestão

A implementação da Contabilidade de Gestão (CG), tal como definida na NCP27, é um processo extremamente complexo, sobretudo na área da saúde, pois não se trata de apresentar apenas dados com base em imputações a centros de custo. Esta realidade é comum à maioria das instituições públicas de saúde, sendo que a 18 de março de 2024 foi publicado o Despacho n.º 2871/2024, do Gabinete do Secretário de Estado da Saúde, em que é definido o processo de implementação do novo Plano de CG para o Serviço Nacional de Saúde, criando projetos-piloto e uma equipa permanente de acompanhamento.

Posteriormente, a 21 de junho de 2024, foi publicado pela ACSS (circular normativa n.º 20/2024/ACSS) o Plano de Contabilidade Analítica (ou Contabilidade de Gestão) do Serviço Nacional de Saúde, que implicará um “esforço de adaptação e reequipamento das unidades de saúde” pretendendo-se

o “atingimento da velocidade de cruzeiro em 1 de janeiro de 2025”.

Para conseguir implementar a NCP 27 na sua plenitude, é necessário efetuar algum investimento e desenvolvimento ao nível dos sistemas de informação, nomeadamente de recursos humanos e logística. Não obstante os constrangimentos acima mencionados, já se encontram a decorrer um processo de desenvolvimento de web services que facilitará a implementação do sistema de CG bem como a alteração do sistema de processamento de vencimentos.

Importa ainda referir que, a 14 de março de 2026, foi anunciado pela Secretaria Regional da Saúde que estava a ser preparada a implementação de um modelo de conceito de “valor em saúde”, que prevê a implementação da contabilidade analítica nas instituições de saúde da Região.

18 Outras Informações Legais

18.1 Órgãos Sociais

Para efeitos de cumprimento do previsto no artigo 16º do Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008/A, de 24 de março (Regime Jurídico do Sector Público Empresarial da Região Autónoma dos Açores), informa-se a composição dos órgãos sociais, bem como o seu estatuto remuneratório e funções exercidas.

Durante o exercício económico de 2025, e à data de aprovação de contas, os órgãos sociais foram compostos pelas seguintes individualidades:

Cargo	Órgãos Sociais	Mandato	Normativo legal
Conselho de Administração			
Presidente	Paulo Filipe de Almeida e Silva Diz	01/04/2025 a 31/12/2025	Resolução do Conselho de Governo n.º 53/2025, de 1 de abril
Diretora Clínica	Rute Margarida de Sousa Garcia do Couto	01/01/2025 a 31/12/2025	Resolução do Conselho de Governo n.º 132/2023, de 6 de setembro e Resolução do Conselho de Governo n.º 53/2025, de 1 de abril
Enfermeiro Diretor	César Leandro da Costa Toste	01/01/2025 a 31/12/2025	Resolução do Conselho de Governo n.º 287/2021, de 17 de dezembro e Resolução do Conselho de Governo n.º 53/2025, de 1 de abril
Vogal	Michéle Soveta Aguiar	01/01/2025 a 31/12/2025	Resolução do Conselho de Governo n.º 287/2021, de 17 de dezembro e Resolução do Conselho de Governo n.º 53/2025, de 1 de abril
Fiscal Único			
Efetivo	UHY - Oliveira, Branco & Associados, SROC, Lda., representada pelo Dr. Manuel Luis Fernandes Branco	2016-2018 (renovado até à presente data)	Despacho Conjunto da Vice-Presidência do Governo e Secretaria Regional da Saúde, de 4 de janeiro de 2016

As funções e responsabilidades do Conselho de Administração estão definidas nos artigos 7º e 10º do apêndice II do Estatuto do Regime Jurídico dos Hospitais integrados no Serviço Regional de Saúde dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2007/A, de 24 de janeiro, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 22/2015/A, de 18 de setembro.

O cumprimento do artigo 17º do Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008/A, de 24 de março, foi efetuado em Jornal Oficial do dia 5 de novembro de 2025 (Aviso n.º 59/2025, de 5 de novembro, II Série).

A síntese curricular dos membros do Conselho de Administração encontra-se publicada nas Resoluções do Conselho de Governo anteriormente identificadas,

No que concerne ao estatuto remuneratório dos órgãos sociais, o mesmo é assim apresentado:

Conselho de Administração

- Presidente – Remuneração fixa de 7.681,90 euros, 14 vezes ao ano;
- Direção Clínica – Remuneração fixa de 7.041,74 euros, 14 vezes ao ano;
- Direção de Enfermagem – Remuneração fixa de 6.401,58 euros, 14 vezes ao ano;
- Vogal – Remuneração fixa de 7.361,82 euros, 14 vezes ao ano.

Fiscal Único – Estatuto remuneratório fixado no Despacho Conjunto da nomeação.

18.2 Contrato Programa

18.2.1 Indicadores de Produção

Indicador Produção Hospitalar	Área	2025	Meta 2025	Δ % 2025/Meta 2025
Consulta Externa	TOTAL consultas médicas	90 454	89 100	1,52%
	1ºs consultas	25 602	25 200	1,60%
	consultas subsequentes	64 852	63 900	1,49%
	% primeiras	28,30%	28,28%	
Urgência	TOTAL atendimentos	62 131	65 500	-5,14%
Internamento	Doentes Saídos	5 808	5 920	-1,89%
Cirurgia	TOTAL Cirurgias	3 757	3 740	0,32%
	Cirurgias Programadas	2 978	3 000	-0,73%
	Cirurgias Urgentes	779	745	4,56%
Hospital Dia		34 208	35 000	-2,26%
MCDT		1 609 875	1 715 520	-6,16%

Outros Indicadores	Área	2025	Meta 2025	Δ % 2025/Meta 2025
Demora Média	Internamento	8,64	8,00	8,00%
Tx reinternamentos até 30 dias		10,26%	10,00%	
Percentagem de inter. > 30 dias		2,27%	4,00%	
Percentagem de partos por cesariana	Adequação e qualidade dos cuidados	42,05%	35,00%	
Percentagem de cirurgias ambulatoriais no TOTAL de cirurgias programadas para procedimentos ambulatorizáveis	Acesso a cuidados de saúde	56,50%	60,00%	
LIC: TME Operados	LIC	284	250	13,60%
LIC: % Operados dentro TMRG		56,5%	50,0%	
LIC: TME em LIC		426	270	57,78%
LIC: Mediana do TME em LIC		317	280	13,21%
LIC: % pedidos acima TMRG		56,0%	45%	
PR.4 - Implementação da negociação interna	Incentivar a responsabilização dos prestadores	Realizado 10 Especialidades	Aceite	
PR.6 - Processo de codificação em GDH com gap máximo de 2 meses	Incrementar a codificação atempada em GDH	65 dias	60 dias	

Apresentamos na tabela seguinte a evolução dos indicadores contratualizados:

Indicador	Área	2023	2024	Meta 2024	Cumprimento do Indicador	Variação do Indicador
Consulta Externa	TOTAL consultas médicas (diretas)	90 315	91 055	95 900	-4 845	-5,05%
	1 ^{as} consultas	24 916	25 821	27 200	-1 379	-5,07%
	consultas subsequentes	65 399	65 234	68 700	-3 466	-5,05%
Urgência	TOTAL de atendimentos	61 674	64 658	61 700	2 958	4,79%
Internamento	Doentes saídos	5 855	5 838	6 250	-412	-6,59%
	Demora Média	8,53	8,7	8	-0,7	8,75%
	Percentagem de internamento >30 dias	3,72%	3,97%	3,5%	0,47%	-
	Taxa de reinternamentos até 30 dias	11,55%	10,55%	10,00%	0,55%	-
Cirurgia	TOTAL de Cirurgias	3 474	3 854	3 650	204	5,59%
	Cirurgias Programadas	2 818	3 110	3 000	110	3,67%
	Cirurgias Urgentes	656	744	650	94	14,46%
	% Percentagem de cirurgias ambulatoriais no TOTAL de cirurgias programadas para procedimentos ambulatorizáveis	48,76%	62,05%	55,00%	7,05%	-
Hospital Dia		34 704	34 596	35 000	-404	-1,15%
MCDT		1 649 125	1 681 377	1 700 000	-18 623	-1,10%
Percentagem de partos por cesariana	Adequação e qualidade dos cuidados	40,48%	46,33%	35,00%	11,33%	-
LIC	TME Operados	226	257	250	7	2,80%
	% de Operados dentro do TMRG	61,30%	56,00%	50,00%	6,00%	-
	TME em LIC	384	417	270	147	54,44%
	Mediana do TME em LIC	290	286	280	6	2,14%
	% pedidos acima TMRG	55,10%	52,00%	50,00%	2,00%	-
Processo de codificação	Dias	49	58	60	-2	-3,33%

% Percentagem de cirurgias ambulatoriais no TOTAL de cirurgias programadas para procedimentos ambulatorizáveis ³ - foi retirada a atividade cirúrgica não ambulatorizável programada.

Realça-se o cumprimento dos indicadores da atividade cirúrgica, a proporção de primeiras consultas (28%), a manutenção do prazo de codificação clínica contratualizado e o crescente número de admissões ao Serviço de Urgência. Os indicadores de Internamento estão intrinsecamente relacionados com o aumento da atividade ambulatorizável, sendo expectável uma evolução menos favorável.

18.2.2 Indicadores económico-financeiros

No que concerne à Demonstração de Resultados, os desvios são assim apresentados:

	Contratualizado			Realizado	Variação	
	Inicial	Adenda	Variação Adenda-Inicial			
Custo das matérias consumidas	22 053 824,00	23 888 902,97	1 835 078,97	24 269 970,00	381 067,03	2%
Fornecimentos e serviços externos	15 065 388,00	27 846 248,55	12 780 860,55	27 864 274,00	18 025,45	0%
Gastos com pessoal	57 209 275,00	59 467 993,29	2 258 718,29	59 171 696,00	(296 297,29)	0%
Imparidades - clientes	56 805,00	40 997,64	(15 807,36)	84 476,00	43 478,36	106%
Outros gastos operacionais	31 115,00	599 456,43	568 341,43	381 895,00	(217 561,43)	-36%
Gastos de depreciação e amortização	1 755 359,00	1 282 439,71	(472 919,29)	1 290 520,00	8 080,29	1%
Juros e gastos similares	890 956,00	313 914,25	(577 041,75)	957 601,00	643 686,75	205%
	97 062 722	113 439 953	16 377 231	114 020 432	580 479	1%
Taxas moderadoras	151 300,00	157 900,00	6 600,00	154 392,00	(3 508,00)	-2%
Vendas e Prestação de serviços	369 200,00	581 391,93	212 191,93	652 537,00	71 145,07	12%
Transferências correntes						
Contrato Programa	90 700 000,00	110 458 733,00	19 758 733,00	110 458 733,00	0,00	0%
Outras transferências	1 120 740,00	1 935 595,29	814 855,29	1 574 893,00	(360 702,29)	-19%
Outros rendimentos operacionais	3 328 794,00	2 915 141,05	(413 652,95)	4 257 265,00	1 342 123,95	46%
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	12 458,33	12 458,33	27 906,00	15 447,67	124%
	95 670 034	116 061 220	20 391 186	117 125 726	1 064 506	1%
Resultado líquido do período	(1 392 688)	2 621 267	4 013 955	3 105 294	484 027	18%
EBITDA	1 253 627	4 205 162	2 951 535	5 325 509	1 120 347	27%

Não obstante o reforço das verbas do Contrato Programa, verificou-se uma redução dos pagamentos em atraso de 1,6 milhões de euros (+5%), face a 2024, para um TOTAL de 34.697.633,01 euros (33.094.351,52 euros em 2024).

No que respeita à cobrança da receita emitida no ano, as taxas efetivas de cobrança, em termos globais, apresentaram uma melhoria:

	2025			2024		
	Receita Emitida	Receita Cobrada	Tx Cobrança	Receita Emitida	Receita Cobrada	Tx
Taxas moderadoras	157 049	130 019	83%	157 136	131 514	84%
Atividades Saúde	682 921	309 561	45%	697 533	402 588	58%
Outros serviços	546 963	416 961	76%	727 712	423 118	58%
	1 386 933	856 541	62%	1 582 381	957 221	60%

19 Posição Financeira do Hospital

Tendo presente o artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, “resultando das contas do exercício ou de contas intercalares, tal como elaboradas pelo órgão de administração, que metade do capital social se encontra perdido, ou havendo em qualquer momento fundadas razões para admitir que essa perda se verifica, devem (...) os administradores requerer prontamente a convocação” da assembleia-geral

“a fim de nela se informar os sócios da situação e de estes tomarem as medidas convenientes”. O Conselho de Administração tomou conhecimento que à data de 31 de dezembro de 2025 se encontrava perdido metade do capital social, facto que será comunicado às tutelas (Secretaria Regional da Saúde e da Segurança Social e Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública).

20 Proposta de Aplicação de Resultados

Conforme a competência estatutária e de acordo com a deliberação do Conselho de Administração de 29 de abril de 2026, propõe-se que o resultado líquido do exercício no valor de 3.016.570,80 euros (três milhões, dezasseis mil, quinhentos e setenta euros e oitenta cêntimos) seja aplicado da seguinte forma:

Reserva legal: 603.314,16 euros;
Resultados transitados: 2.413.256,64 euros.

21 Demonstrações Financeiras

21.1 Balanço em 31 de dezembro de 2025

unid:euros

Rubricas	Notas	Períodos	
		31-12-2025	31-12-2024 (reexp.)
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	8 407 970,79	8 002 548,25
Ativos intangíveis	3	745 169,27	663 217,91
Outros ativos financeiros	18	0,00	280 866,00
		9 153 140,06	8 946 632,16
Ativo corrente			
Inventários	10	4 369 096,45	4 329 592,86
Devedores por transferências e subsídios	18, 23	4 413 933,00	683 194,00
Clientes, contribuintes e utentes	9, 18, 23	1 001 068,70	1 386 265,64
Estado e outros entes públicos	18, 23	4 883,60	4 203,26
Outras contas a receber	18, 23	1 695 543,26	938 571,86
Diferimentos	23	27 518,07	87 783,52
Outros ativos financeiros	18	280 866,00	0,00
Caixa e depósitos	1.2, 18	3 329 131,96	2 988 044,02
		15 122 041,04	10 417 655,16
TOTAL do ativo		24 275 181,10	19 364 287,32
Património Líquido			
Património/Capital		33 732 525,50	33 732 525,50
Reservas		226 291,00	226 291,00
Resultados Transitados	2, 23	(92 751 984,81)	(87 785 559,24)
Outros variações no Património Líquido	2, 23	3 080 405,25	3 723 388,91
Resultado líquido do período		3 016 570,80	(4 966 425,57)
TOTAL do património líquido		(52 696 192,26)	(55 069 779,40)
Passivo			
Passivo não corrente			
Fornecedores de investimentos		86 988,40	0,00
Fornecedores	18, 23	20 097 255,79	1 999 156,68
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	2, 19	5 378 971,08	6 433 261,03
Outras contas a pagar	23	424 229,90	536 080,04
		25 987 445,17	8 968 497,75
Passivo corrente			
Fornecedores	18, 23	28 285 284,28	42 821 845,40
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	18	10 315,57	6 633,29
Estado e outros entes públicos	18, 23	2 086 202,14	1 456 984,10
Fornecedores de investimentos	18	671 920,88	523 318,31
Outras contas a pagar	18, 23	15 516 272,32	20 285 787,87
Diferimentos	23	4 413 933,00	371 000,00
		50 983 928,19	65 465 568,97
TOTAL do passivo		76 971 373,36	74 434 066,72
TOTAL do Património Líquido e Passivo		24 275 181,10	19 364 287,32

21.2 Demonstração dos Resultados por Natureza do Período Findo em 31 de dezembro de 2025

unid:euros

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2025	2024 (reexp)
Impostos e taxas	14	154 391,80	153 748,90
Prestação de serviços	13	652 537,15	530 197,21
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	14	112 033 626,08	97 253 644,41
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(24 269 970,23)	(22 511 650,42)
Fornecimentos e serviços externos	23	(27 864 273,90)	(25 952 755,48)
Gastos com pessoal	2, 19, 23	(59 171 696,29)	(55 233 005,68)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9, 18	(84 476,06)	(77 370,10)
Provisões (aumentos/reduções)	19	329 514,66	(336 565,42)
Outros rendimentos e ganhos	23	4 257 265,00	3 766 580,27
Outros gastos e perdas	2, 23	(711 409,33)	(216 557,20)
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		5 325 508,88	(2 623 733,51)
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3, 5	(1 290 519,80)	(1 314 249,99)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		4 322 136,84	(3 937 983,50)
Juros e rendimentos similares obtidos	23	27 906,25	8 504,17
Juros e gastos similares suportados	23	(957 601,17)	(1 036 630,13)
Resultado antes de impostos		3 105 294,16	(4 966 109,46)
Imposto sobre o rendimento	18, 23	(88 723,36)	(316,11)
Resultado líquido do período		3 016 570,80	(4 966 425,57)



21.3 Demonstração das Alterações do Património Líquido em 31 de dezembro de 2025

unid:euros

Património Líquido atribuído aos detentores de Património Líquido da entidade-mãe									
Descrição	Notas	Património Realizado	Reservas legais	Resultados Transitados	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses que não controlam	TOTAL do património líquido
Posição no início do período (reexpressa)	2	33 732 525,50	226 291,00	(87 785 559,24)	3 723 388,91	(4 966 425,57)	(55 069 779,40)	0,00	(55 069 779,40)
Alterações no período							0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	23	0,00	0,00	(4 966 425,57)	(642 983,66)	4 966 425,57	(642 983,66)	0,00	(642 983,66)
		33 732 525,50	226 291,00	(92 751 984,81)	3 080 405,25	(0,00)	(55 712 763,06)	0,00	(55 712 763,06)
Resultado Líquido Período	2					3 016 570,80	3 016 570,80	0,00	3 016 570,80
						3 016 570,80	3 016 570,80	0,00	3 016 570,80
Resultado Integral						3 016 570,80	3 016 570,80	0,00	3 016 570,80
Operações com detentores de capital no período									0,00
Realizações de património		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período		33 732 525,50	226 291,00	(92 751 984,81)	3 080 405,25	3 016 570,80	(52 696 192,26)	0,00	(52 696 192,26)

21.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa do Período Findo em 31 de dezembro de 2025

unid:euros

Rubrica	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		3 649 769,53	2 598 167,17
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		111 988 688,66	97 331 366,61
Recebimentos de utentes		139 468,82	139 351,70
Pagamentos a fornecedores		(51 979 515,29)	(45 722 006,80)
Pagamentos ao pessoal	23	(62 385 587,78)	(53 218 242,52)
Caixa gerada pelas operações		1 412 823,94	1 128 636,16
Outros recebimentos e pagamentos	23	24 699,49	(1 128 526,73)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		1 437 523,43	109,43
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		390 044,40	866 287,48
Juros e rendimentos similares		23 022,65	8 170,93
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(1 417 068,69)	(1 018 165,68)
Ativos intangíveis		(92 433,85)	(370 930,92)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		(1 096 435,49)	(514 638,19)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes		341 087,94	(514 528,76)
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 988 044,02	3 502 572,78
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3 329 131,96	2 988 044,02
Conciliação Entre Caixa E Seus Equivalentes E Saldo De Gerência			
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 988 044,02	3 502 572,78
-Equivalentes a caixa no início do período		0,00	0,00
-Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00
=Saldo da gerência anterior		2 988 044,02	3 502 572,78
De execução orçamental		2 256 514,89	2 607 791,59
De operações de tesouraria		731 529,13	894 781,19
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3 329 131,96	2 988 044,02
-Equivalentes a caixa no fim do período		0,00	0,00
-Variações cambiais de caixa no fim do período		0,00	0,00
=Saldo para a gerência seguinte		3 329 131,96	2 988 044,02
De execução orçamental		2 344 549,70	2 256 514,89
De operações de tesouraria		984 582,26	731 529,13

22 Anexos às Demonstrações Financeiras

1. Identificação Da Entidade, Período De Relato E Referencial Contabilístico

1.1 Identificação Da Entidade E Período De Relato

Designação da entidade: Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER

NIF: 512 105 030

Endereço: Canada do Breado, Ao Farroco, 9700-049 Angra do Heroísmo

Tutela: Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social e Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Legislação Que Criou A Instituição E Principal Legislação Aplicável

O Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER (abreviadamente designado por "HSEIT" ou "Empresa") foi transformado em entidade pública empresarial regional, pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2007/A, de 24 de janeiro, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 22/2015/A, de 18 de setembro, sucedendo nos direitos e obrigações da unidade de saúde a que deu origem.

O HSEIT é uma pessoa coletiva de direito público de natureza empresarial dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, nos termos do Decreto – Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro.

No âmbito do diploma acima mencionado, o capital estatutário do HSEIT detido pela Região Autónoma dos Açores e fixado em 33.300.000 euros foi subscrito e realizado, podendo ser aumentado ou reduzido por despacho conjunto dos membros do Governo Regional com competências em matérias de finanças e de saúde.

Em 2009 o capital estatutário foi aumentado no valor de 432.525,50 euros, por força da Resolução do Conselho do Governo n.º 65/2008 de 14 de maio de 2008.

O HSEIT rege-se, assim, pelo respetivo diploma de criação, pelos seus regulamentos internos, pelas normas em vigor para os hospitais do Serviço Regional de Saúde que não sejam incompatíveis com a sua natureza jurídica e, subsidiariamente, pelo regime jurídico aplicável às entidades públicas empresariais, não estando sujeito às normas aplicáveis aos institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados ou de fundos autónomos.

O objeto principal do HSEIT é a prestação de cuidados de saúde à população, designadamente aos beneficiários do

Serviço Regional de Saúde e dos subsistemas de saúde, ou a entidades externas que com ele contratualizem a prestação de cuidados de saúde, e a todos os cidadãos em geral, bem como desenvolver atividades de investigação, formação e ensino.

Nos termos da legislação em vigor, o exercício da atividade é também financiado através das dotações orçamentais incluídas nos contratos – programa ou de gestão a celebrar com a Região Autónoma dos Açores, através do estabelecimento de objetivos e metas qualitativas e quantitativas que promovam o equilíbrio dos seus níveis de eficiência e que tenham como referencial os preços praticados no mercado para os diversos atos clínicos que serão anualmente fixados pelo membro do Governo Regional com competência na área da saúde.

Os trabalhadores do HSEIT estão sujeitos ao regime do contrato de trabalho de acordo com o Código do Trabalho e demais legislação laboral em vigor, com exceção dos trabalhadores que transitaram da extinta unidade de saúde a quem é garantida a manutenção integral do seu estatuto jurídico, designadamente no que concerne à natureza do vínculo público e regime de aposentação.

São utilizados todos os livros obrigatórios previstos na legislação comercial.

A organização do arquivo dos documentos de suporte é efetuada de acordo com as fases de Receita e da Despesa, emanadas pelo Tribunal de Contas.

A contabilidade encontra-se centralizada nas instalações do HSEIT, na dependência Departamento de Gestão Financeira.

1.2 Referencial Contabilístico

a) Referencial contabilístico e Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de harmonia com o SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

Derrogações De Disposições Do Snc-AP

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das Demonstrações Financeiras.

Valores De Caixa E Depósitos Bancários

O saldo de gerência inclui os seguintes montantes:

- 429.339,23 euros respeitantes a receita consignada recebida ao abrigo do Plano de Investimento e cuja despesa/pagamento ainda não ocorreu;
- 708.471,85 euros relativos a retenções dos vencimentos de dezembro de 2025 e cujo pagamento só ocorreu em 2026.

A 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de caixa e depósitos bancários decompunham-se da seguinte forma:

Natureza	31-12-2025	31-12-2024
Caixa		
Caixa central	8.141,13	12.772,14
Caixa conta de passagem	0,00	0,00
Postos cobrança avançados	602,00	200,00
Fundo maneo Serviço Apoio a Doentes Deslocados	15.000,00	0,00
Fundo maneo do serviço de participações	0,00	1.000,00
Fundo de maneo do serviço de aprovisionamento	0,00	0,00
Fundo maneo serviço de evacuações	269,37	269,37
Depósitos bancários à ordem		
Millennium BCP - 45373374848	2.709.605,55	1.933.693,57
Millennium BCP - 45373398516	0,00	0,00
Santander Totta - 0008.06930720020	0,00	0,00
Santander Totta - 0008.06931876020	1.289,07	7.177,00
Santander Totta - 0003.66258054020 31 BT	134.735,49	0,00
CEMAH - 01/13596000054	0,00	0,00
CEMAH - 01/13596000061	459.489,35	1.032.931,94
	3.329.131,96	2.988.044,02

2. Principais Políticas Contabilísticas, Alterações Nas Estimativas Contabilísticas e Erros

2.1 Bases De Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 – Estrutura e conteúdo das Demonstrações Financeiras e são apresentadas em euros.

O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Apresentação Apropriada E Conformidade Com As Ncp

As presentes Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do HSEIT, EPER. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

Informação Comparativa

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas Demonstrações Financeiras.

As políticas contabilísticas foram adotadas de maneira con-

sistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- Razão para a reclassificação.

Consistência De Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade E Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe de itens semelhantes é apresentada separadamente nas Demonstrações Financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

Compensação De Saldos E Transações

Devido à importância de os ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, o HSEIT continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

2.2 Outras Políticas Contabilísticas Relevantes

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

Ativos Intangíveis

O HSEIT reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, controlável, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a Entidades e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

As amortizações são registadas após o início da utilização segundo o método da linha reta, de acordo com a vida útil estimada, que pode variar entre 1 a 8 anos.

Os gastos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Entidade necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método da linha reta ao longo da vida útil esperada.

Os gastos com a manutenção de programas informático são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos.

Sempre que se mostre necessário, ou seja, sempre que eventos ou circunstâncias indicam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, o HSEIT procede a testes de imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados do período. A reversão é feita para a nova quantia recuperável, até ao limite do custo original líquido das amortizações como se nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida, caso ocorra alteração nas estimativas usadas para determinar a quantia recuperável do ativo desde que a última perda por imparidade foi reconhecida.

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo, deduzido das depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável, sendo que este respeita ao custo considerado à data de transição para o SNC-AP e o custo de aquisição ou de produção para ativos adquiridos após essa data.

O custo de aquisição compreende o preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após a dedução dos descontos e abatimentos, e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção desses mesmos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o HSEIT, ou seja, quando aumentam a vida útil dos ativos ou resultem em melhorias significativas. Os gastos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos no período em que incorrem e de acordo com o regime do acréscimo.

O HSEIT procede a testes de imparidade relativamente aos seus ativos fixos tangíveis, sempre que eventos ou circunstâncias indiquem que o valor contabilístico destes ativos excede o seu valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida diretamente em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor deduzido de custos de alienação e o seu valor de uso, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, que se esperam vir a obter do uso continuado dos ativos e da sua alienação no fim da sua vida útil. Adicionalmente, a determinação do valor recuperável destes ativos por via dos fluxos de caixa futuros, assume como pressuposto que o Estado, enquanto acionista, realizará sempre as transferências necessárias para cobrir os gastos operacionais e para garantir que o HSEIT possa cumprir as suas obrigações e operar em condições de continuidade.

Os terrenos não são depreciables. As depreciações dos restantes ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual, em conformidade com o período de vida útil máximo constante no Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

As vidas úteis utilizadas no período são as seguintes:

	Nº de anos
Edifícios e outras construções	5 a 30
Equipamento básico	3 a 8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 10

Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são mensuradas ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido, sendo inicialmente reconhecidas pelo seu custo de aquisição, o qual incluiu todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

Nas situações em que o valor do custo ou de produção é superior ao valor realizável líquido é reconhecida uma perda por imparidade pela respetiva diferença, que é revertida quando deixam de existir as condições que a originaram.

As variações do período nas perdas por imparidade dos inventários, a existirem, são reconhecidas no resultado do período em que ocorrem, na rubrica de imparidade de inventários (perdas/reversões).

O método de custeio das saídas de inventários é o custo médio ponderado.

Instrumentos Financeiros

Os ativos financeiros, passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são reconhecidos nas demonstrações financeiras apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A mensuração inicial de um ativo financeiro ou passivo financeiro é efetuada ao justo valor. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro ou à emissão do passivo financeiro devem ser incluídos no justo valor, no caso dos ativos e passivos financeiros cuja mensuração subsequente não seja o justo valor.

Após o reconhecimento inicial o HSEIT mensura, em cada data de relato, todos os ativos financeiros pelo justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração de resultados, exceto quanto a:

- instrumentos de capital próprio de uma outra entidade que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma viável, bem como derivados que estejam ligados a instrumentos financeiros e devam ser liquidados pela entrega de tais instrumentos, os quais devem ser mensurados ao custo menos perdas por imparidade;

- contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados em base líquida quando executados, e se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade, e a entidade designe, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade;
- ativos financeiros que o HSEIT designe, no momento do seu reconhecimento inicial, para ser mensurado ao custo amortizado (utilizando o método da taxa de juro efetiva) menos qualquer perda por imparidade;
- ativos financeiros não derivados a serem detidos até à maturidade, os quais deverão ser mensurados ao custo amortizado.

Um ativo financeiro pode ser designado para ser mensurado ao custo amortizado se satisfizer todas as seguintes condições:

- seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- os retornos para o seu detentor sejam (i) de montante fixo; (ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante;
- não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado.

Após o reconhecimento inicial, e em cada data de relato, os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado usando-se o método do juro efetivo, exceto quanto a passivos financeiros classificados como detidos para negociação, os quais devem ser mensurados pelo justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

O desreconhecimento de ativos financeiros ocorre apenas quando os direitos contratuais associados aos seus fluxos de caixa expiram pro cobrança ou quando se transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

Opor sua vez, os passivos financeiros são desreconhecidos apenas quando a obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

Contas A Receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, quando o efeito temporal é materialmente relevante, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade apuradas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas também por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Contas A Pagar

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, quando o valor temporal do dinheiro é materialmente relevante.

Caixa E Depósitos Bancários

Engloba o dinheiro em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria a curto prazo, que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Imparidade De Ativos Financeiros

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor.

As perdas por imparidade são reconhecidas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Reconhecimento De Gastos E Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes pagos e recebidos e as correspondentes despesas e receitas são registadas nas rubricas de Outros passivos ou ativos conforme sejam valores a pagar ou a receber.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando estiverem satisfeitas todas as condições seguintes:

- tiverem sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- o HSEIT não mantiver envolvimento continuado na gestão a um nível usualmente associado à propriedade, nem o controlo efetivo sobre os bens vendidos;
- a quantia do rendimento puder ser mensurada com fiabilidade;

- for provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação fluirão para a entidade; e
- os gastos suportados ou a suportar relativos à transação puderem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito associado a uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado, ou seja, quando forem satisfeitas todas estas condições:

- a quantia de rendimento pode ser mensurada com fiabilidade;
- é provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação fluirão para a Entidade;
- a fase de acabamento de transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade;
- os custos suportados com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

Transações Sem Contraprestação

Os ativos provenientes de uma transação sem contraprestação são reconhecidos quando o HSEIT obtém o controlo dos recursos que satisfaçam a definição de um ativo e os critérios de reconhecimento. Um anúncio de uma intenção de transferir recursos para o HSEIT não é em si mesmo suficiente para identificar esses recursos como controlados, pelo que HSEIT apenas reconhece um ativo quando pode reclamar esses recursos e excluir ou regular o acesso do cedente a esses recursos.

Nos casos em que a obtenção de controlo do ativo acarreta também obrigações é reconhecido também um passivo.

Caso existam restrições sobre ativos transferidos é efetuada a respetiva divulgação.

No que concerne às ofertas e doações, incluindo bens em espécie, quando as condições de reconhecimento estão cumpridas é reconhecido um ativo por contrapartida de capitais próprios. O ativo é mensurado pelo justo valor ou, no caso de terrenos e edifícios, pelo seu valor patrimonial bruto.

Subsídios E Outros Apoios Das Entidades Públicas

Os subsídios das entidades públicas não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis não inicialmente reconhecidos nos Fundos Próprios e subsequentemente, quando respeitam a ativos fixos tangíveis depre-

ciáveis e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quando se trate de subsídios relacionados com ativo fixos tangíveis não depreciáveis, são mantidos nos Fundos Próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios das entidades públicas reembolsáveis, quando existentes, são contabilizados como passivos. Caso os mesmos adquiram a condição de não reembolsáveis, o tratamento passa a ser o acima descrito.

Os subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos como rendimento do período em que se tornam recebíveis.

Benefícios Dos Empregados

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e Natal e quaisquer outras retribuições decorrentes da lei.

Todo o pessoal ao serviço do HSEIT foi remunerado de acordo com as suas funções durante o exercício.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Em conformidade com a legislação em vigor, o HOSPITAL tem a responsabilidade de assegurar o pagamento complementar das pensões dos reformados e dos trabalhadores no ativo com vínculo à relação jurídica de emprego público, na parte correspondente ao período que não estiveram integrados no regime da Caixa Geral de Aposentações as quais são definidas em função do nível de remuneração e do número de anos de serviço. As responsabilidades são anualmente estimadas com base nos encargos anualmente liquidados e na esperança média de vida estimada para os atuais pensionistas, de acordo com as tabelas publicadas pelo INE. O valor presente desta obrigação é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros, utilizando a taxa de juros de obrigações de rating elevado.

Imposto Sobre O Rendimento

Os impostos correntes e os impostos diferidos, que compreendem o imposto sobre o rendimento, são registados em resultados ou em património líquido quando associados a transações registadas diretamente no património.

O imposto corrente corresponde ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período utilizando a taxa de imposto em vigor à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores. O rendimento tributável do período, por sua vez, é apurado através da adição/subtração ao resultado contabilístico dos montantes não relevantes fiscalmente ou que permitem deduções adicionais de gastos ou rendimentos não tributáveis, podendo estas diferenças se temporárias ou permanentes.

O HSEIT encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), cuja taxa à data de relato é de 14 % sobre a matéria coletável.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando:

- existe uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado;
- seja provável que a liquidação da obrigação venha a ser exigida;
- for fiável estimar o montante da obrigação.

Anualmente as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

Nos termos da legislação aplicável, o HSEIT assume as responsabilidades com pensões vitalícias referentes a acidentes em serviço, a doenças profissionais e pensões de sobrevivência, tendo sido constituída uma provisão para esse efeito.

Ativos E Passivos Contingentes

O HSEIT não reconhece nas demonstrações financeiras ativos nem passivos contingentes. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Acontecimentos Após A Data De Balanço

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço e que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após essa data não darão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente significativos.

Após o encerramento do período e até à elaboração do presente anexo não se registaram outros factos suscetíveis e modificar a situação relevada nas contas.

2.3 Julgamentos Na Aplicação Das Políticas Contabilísticas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC-AP requer julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas. Em 2025, não ocorreram quaisquer alterações às políticas contabilísticas.

2.4 Principais Pressupostos Relativos Ao Futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do HSEIT, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Não obstante encontrar-se perdido metade do património estatutário e a forte dependência dos níveis de financiamento por parte do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, que terão de ser permanentemente reavaliados por forma a que sejam mantidos os níveis de assistência médica à população sem risco de rutura, concluiu o Conselho de Administração que o HSEIT dispõe de recursos de curto prazo suficientes para manter a atividade, não havendo intenção de a cessar.

Acresce que a atual conjuntura de incerteza internacional decorrente dos conflitos militares no leste europeu e médio oriente poderá provocar um aumento generalizado dos preços e uma subida da inflação. Esta realidade poderá aumentar a complexidade do contexto em que a HSEIT opera e das necessidades de financiamento.

De 31 de dezembro de 2025 até à data de emissão deste relatório, não ocorreram outros factos relevantes que possam vir a afetar materialmente a posição financeira e os resultados futuros do HSEIT.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente Anexo às Demonstrações Financeiras.

2.5 Alterações De Políticas Contabilísticas Com Efeitos No Período Corrente E/Ou Períodos Futuros

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adotadas pela Entidade, para os períodos apresentados, nem serão realizadas quaisquer alterações futuras com base na informação disponível.

2.6 principais fontes de incerteza das estimativas

O SNC-AP requer que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no TOTAL do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere aos efeitos dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são:

Imparidade Dos Ativos Não Correntes

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor da recuperação do seu valor líquido se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados do HSEIT.

Inventários

As perdas por imparidade relativas aos inventários são baseadas em informação prestada pelos serviços ou obtida através dos sistemas de informação. A probabilidade da não utilização dos inventários é determinante para a quantificação da estimativa das perdas por imparidade, podendo a inexistência de uma avaliação sistemática conduzir a ajustamentos significativos nos resultados.

Recuperabilidade De Saldos Devedores De Clientes E Outros Devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pelo HSEIT quanto à existência de prova objetiva de imparidade e da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados.

Benefícios De Reforma

A avaliação das responsabilidades por benefícios de reforma atribuídos aos trabalhadores é efetuada com recurso anual a estudos atuariais e financeiros, baseados em pressupostos económicos e demográficos cujas alterações terão impacto no montante da responsabilidade.

As eventuais obrigações que resultem dessa avaliação devem ser objeto de reconhecimento no passivo e devem ser analisadas de forma periódica, podendo conduzir a ajustamentos significativos em resultado da variação dos pressupostos utilizados.

Provisões

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo reconhecimento futuro de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

As eventuais obrigações que resultem dessa avaliação devem ser objeto de reconhecimento no passivo e devem ser analisadas de forma periódica, podendo conduzir a ajustamentos significativos em resultado da variação dos pressupostos utilizados.

Vida Útil Estimada E Valor Residual Dos Ativos Fixos Tangíveis

A vida útil estimada e o valor residual do equipamento operacional foram determinados pelo HSEIT de acordo com o classificador cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis constante do ponto 7, do Anexo III, do DL192/2015 de 11 de setembro que, com base na nossa experiência, considera-se uma estimativa razoável da vida útil destes ativos.

2.7 Alterações Nas Estimativas Contabilísticas

A Entidade não alterou os procedimentos que determinam as estimativas contabilísticas, que possam ter impacto no período corrente ou em períodos futuros.

2.8 Erros Materiais De Períodos Anteriores

No exercício de 2025 o HSEIT procedeu à revisão da estimativa das responsabilidades com benefícios de reforma, bem como dos retroativos de pessoal decorrentes de reposicionamentos e de valorizações remuneratórias dos trabalhadores com contratos individuais de trabalho das carreiras do regime geral e de carreiras não revistas.

Neste sentido, para efeitos comparativos, procedeu-se à reexpressão das demonstrações financeiras, em referência a 31 de dezembro de 2024, conforme se segue:

Reexpressão retrospectiva	31-12-2024 (aprovadas)	Ajustamentos	31-12-2024 (reexpresso)
Balanço			
Ativo	19 364 287,32	0,00	19 364 287,32
Património Líquido	(40 884 290,23)	(14 185 489,17)	(55 069 779,40)
Resultados transitados	(75 933 728,49)	(11 851 830,75)	(87 785 559,24)
Resultados do período	(2 632 767,15)	(2 333 658,42)	(4 966 425,57)
Outros	37 682 205,41	0,00	37 682 205,41
Passivo	60 248 577,55	14 185 489,17	74 434 066,72
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	388 558,00	6 044 703,03	6 433 261,03
Outras contas a pagar	12 145 001,73	8 140 786,14	20 285 787,87
Outros	47 715 017,82	0,00	47 715 017,82
TOTAL do património líquido e passivo	19 364 287,32	-	19 364 287,32
Demonstração de Resultados			
Gastos com pessoal	(52 856 285,94)	(2 376 719,74)	(55 233 005,68)
Provisões	(8 834,00)	(327 731,42)	(336 565,42)
Outros gastos e perdas	(587 349,94)	370 792,74	(216 557,20)
Outros	50 819 702,73	0,00	50 819 702,73
Resultado líquido do período	(2 632 767,15)	(2 333 658,42)	(4 966 425,57)

Para além dos assuntos acima referidos, não foi identificado em 2024 qualquer erro relativo a períodos anteriores passível de correção, de acordo com os princípios da NCP 2 – Políticas Contabilísticas, Alterações em Políticas Contabilísticas e Erros.

3. Ativos Intangíveis

O valor dos ativos intangíveis a 31 de dezembro de 2025 e 2024 respeita a programa informáticos.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

01-01-2025 A 31-12-2025 - Variações Das Amortizações E Perdas Por Imparidade Acumuladas								
Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
Programas de computador e sistemas de informação	2 480 156,90	(2 255 476,99)	0,00	224 679,91	2 594 286,15	(2 464 011,14)	0,00	130 275,01
Ativos intangíveis em curso	438 538,00	0,00	0,00	438 538,00	614 894,26	0,00	0,00	614 894,26
TOTAL	2 918 694,90	(2 255 476,99)	0,00	663 217,91	3 209 180,41	(2 464 011,14)	0,00	745 169,27

01-01-2025 a 31-12-2025 - Quantia escriturada e variações do período										
Rubricas	Variações									
	Quantia escriturada inicial	Adições	Transf. Internas entidade	Revalorizações	Reversões perdas imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações período	Diferenças cambiais	Diminuições	Quantia escriturada final
Programas de computador e sistemas de informação	224 679,91	114 129,25	0,00	0,00	0,00	0,00	(208 534,15)	0,00	0,00	130 275,01
Ativos intangíveis em curso	438 538,00	176 356,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	614 894,26
TOTAL	663 217,91	290 485,51	0,00	0,00	0,00	0,00	(208 534,15)	0,00	0,00	745 169,27

01-01-2025 a 31-12-2025 - Adições										
Rubricas	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transf. ou troca	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	TOTAL
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	114 129,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	114 129,25
Ativos intangíveis em curso	0,00	176 356,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	176 356,26
TOTAL	0,00	290 485,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	290 485,51

As depreciações de ativos fixos intangíveis estão incluídas na linha dos “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” da Demonstração dos Resultados por naturezas.

As adições de ativos intangíveis no exercício de 2025 respeitam à aquisição de software, destacando-se os sistemas de Gestão da Qualidade e Gestão de Auditorias, cujo financiamento foi assegurado pelo Programa de Recuperação e Resiliência (PRR).

Os ativos intangíveis em curso respeitam à aquisição das seguintes soluções informáticas: Solução informática para a Unidade de Evacuações Aeromédicas (UEA) – 86.768,00€;

Solução informática Macropath (laboratório de anatomia patológica) – 492.478,00€

Web Services logística-financeiros – 35.648,26€.

As aquisições acima mencionadas ocorreram também ao abrigo do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), estando prevista a sua conclusão até ao final do 1º semestre de 2026.

A 31 de dezembro de 2025 o valor de ativos intangíveis TOTALmente depreciados em uso era de 2.307.397,94 euros (1.826.909,92 euros em 2024).

5. Ativos Fixos Tangíveis

A 31 de dezembro de 2025 a quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como as respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, eram assim apresentadas:

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
Outros ativos tangíveis	31 755 404,85	(23 752 856,60)	0,00	8 002 548,25	33 107 349,93	(24 699 379,14)	0,00	8 407 970,79
Terrenos e recursos naturais	4 745 000,00		0,00	4 745 000,00	4 745 000,00	0,00	0,00	4 745 000,00
Edifícios e outras construções	0,00		0,00	0,00	868 602,71	(5 264,26)	0,00	863 338,45
Equipamento básico	23 515 371,27	(20 942 684,71)	0,00	2 572 686,56	24 123 738,64	(21 730 138,80)	0,00	2 393 599,84
Equipamento de transporte	45 738,97	(44 266,32)	0,00	1 472,65	45 738,97	(45 738,97)	0,00	0,00
Equipamento administrativo	2 947 446,91	(2 493 297,01)	0,00	454 149,90	3 034 750,84	(2 642 025,62)	0,00	392 725,22
Equipamentos biológicos	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	289 321,37	(272 608,56)	0,00	16 712,81	289 518,77	(276 211,49)	0,00	13 307,28
Ativos fixos tangíveis em curso	212 526,33	0,00	0,00	212 526,33	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	31 755 404,85	(23 752 856,60)	0,00	8 002 548,25	33 107 349,93	(24 699 379,14)	0,00	8 407 970,79

01-01-2025 a 31-12-2025 - Quantia escriturada e variações do período										
Rubricas	Quantia escriturada inicial	Adições	Transferências Internas entidade	Revalorizações	Reversões perdas imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações período	Diferenças cambiais	Diminuições	Quantia escriturada final
Outros ativos tangíveis	8 002 548,25	1 487 576,75	0,00	0,00	0,00	0,00	(1 081 985,65)	0,00	0,00	8 407 970,79
Terrenos e recursos naturais	4 745 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 745 000,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	868 602,71	0,00	0,00	0,00	(5 264,26)	0,00	0,00	863 338,45
Equipamento básico	2 572 686,56	718 850,32	0,00	0,00	0,00	0,00	(897 937,04)		0,00	2 393 599,84
Equipamento de transporte	1 472,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(1 472,65)	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	454 149,90	112 452,65					(173 708,77)		(168,56)	392 725,22
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	16 712,81	197,40					(3 602,93)		0,00	13 307,28
Ativos fixos tangíveis em curso	212 526,33	656 076,38	(868 602,71)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	8 002 548,25	1 487 576,75	0,00	0,00	0,00	0,00	(1 081 985,65)	0,00	0,00	8 407 970,79

01-01-2025 a 31-12-2025 - Adições										
Rubricas	Internas	Compra	Cessão	Transferências ou troca	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	TOTAL
Outros ativos tangíveis	0,00	1 443 481,00	0,00	0,00	44 095,75	0,00	0,00	0,00	0,00	1 487 576,75
Equipamento básico	0,00	678 027,45	0,00	0,00	40 822,87	0,00	0,00	0,00	0,00	718 850,32
Equipamento administrativo	0,00	109 214,77	0,00	0,00	3 237,88	0,00	0,00	0,00	0,00	112 452,65
Outros	0,00	162,40	0,00	0,00	35,00	0,00	0,00	0,00	0,00	197,40
Ativos fixos tangíveis em curso		656 076,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	656 076,38
TOTAL	0,00	1 443 481,00	0,00	0,00	44 095,75	0,00	0,00	0,00	0,00	1 487 576,75

Rubricas	Diminuições					TOTAL
	Alienado a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão ou reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	168,56	168,56
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	168,56	168,56
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	168,56	168,56

No exercício de 2025 foram abatidos ativos fixos tangíveis no montante de 135.631,67 euros, sendo que 134.928,07 euros (99%) já se encontravam TOTALmente amortizados. Em 31 de dezembro de 2025 o HSEIT tinha ativos tangíveis em uso, TOTALmente depreciados, nas seguintes rubricas:

Designação	Valor de Aquisição
Equipamento básico	19 497 240,26
Equipamento Informático e de telecomunicações	14 395,37
Equipamento de investigação e formação de medida e de utilização técnica especial	561 067,27
Equipamento e material específico dos serviços de saúde	17 926 553,73
Equipamento e material recreativo, desportivo, de educação e cultura	77 932,07
Equipamento e material para serviços de alimentação rouparia e lavandaria	738 928,79
Equipamento e material de apoio à produção	161 633,79
Equipamento militar de segurança e defesa	15 769,93
Outro equipamento básico	959,31
Equipamento de transporte	45 738,97
Equipamento administrativo	2 179 939,81
Equipamento informático e de telecomunicações	913 446,71
Equipamento de escritório e de reprografia	64 968,12
Mobiliário de escritório e de arquivo	1 190 251,84
Outros	11 273,14
Outros ativos fixos tangíveis	264 043,94
Equipamento de decoração e conforto de utilização comum	263 490,44
Outros	553,50
TOTAL	21 986 962,98

Em 2024 o montante destes ativos ascendia a 21.445.531,27 euros.

Edifício do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER

Os serviços do HSEIT encontram-se instalados no novo Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira desde o primeiro semestre de 2012. As antigas instalações foram permutadas com a Região Autónoma dos Açores (RAA) tendo sido cedida a propriedade do solo em que foi construído o HSEIT, EPER, cujo terreno foi avaliado em 4.745.000,00 euros ao abrigo do contrato de conceção, projeto de construção, financiamento, conservação e manutenção, celebrado a 26 de agosto de 2009, entre a RAA e a empresa Haçor – Concessionária do Edifício do Hospital da Ilha Terceira, SA.

Sobre este ativo foi constituído a favor do concessionário o direito de superfície pelo prazo de 30 anos.

Neste exercício e nos exercícios subsequentes, o HSEIT não suportará quaisquer encargos relacionados com a concessão.

No exercício de 2024 foi iniciada uma obra no parque de estacionamento coberto com vista à criação do espaço físico do Serviço de Instalações e Equipamentos. À data de 31 de dezembro de 2025 esta obra já se encontrava concluída, tendo valor TOTAL ascendido a 868.602,71 euros.

No exercício de 2025 os gastos de manutenção e reparação ascenderam a 22.800,09 euros (74.020,11 euros em 2024).

9. Imparidade De Ativos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 encontravam-se reconhecidas as seguintes perdas por imparidade acumuladas:

Classe de ativos	Natureza do ativo	Segmento	Unidade geradora de caixa	31/12/2025		31/12/2024	
				Perda por imparidade	Quantia recuperável	Perda por imparidade	Quantia recuperável
Contas a receber de clientes	Ativo gerador de caixa	n/a	(1)	913 493,76	1 080 643,78	829 017,70	966 591,53
Adiantamentos a fornecedores				92 250,00	92 250,00	0,00	0,00
Outros saldos devedores				9060,33	9060,33	0,00	0,00

As perdas por imparidade acumuladas, à data de 31 de dezembro de 2025, no montante de 1.014.804,09 euros, destinam-se a cobrir exclusivamente os saldos que potenciam riscos de não recebimento.

As perdas por imparidade de clientes foram calculadas com base nos critérios do Código do IRC, por se entender que estes refletem o risco de incobrabilidade, sendo que os movimentos ocorridos se resumem da seguinte forma:

	2025	2024
Saldo inicial	829 017,70	751 647,60
Reforço do ano	84 476,06	77 370,10
Saldo final	913 493,76	829 017,70

10. Inventários

A 31 de dezembro de 2025 e 2024 os inventários do HSEIT detalhavam-se da seguinte forma:

Matérias Primas	2025			2024		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Produtos Farmacêuticos	3 015 953,08	0,00	3 015 953,08	2 833 552,15	0,00	2 833 552,15
Medicamentos	2 358 423,78	0,00	2 358 423,78	2 225 387,04	0,00	2 225 387,04
Reagentes	602 500,22	0,00	602 500,22	547 324,12	0,00	547 324,12
Outros produtos farmacêuticos	55 029,08	0,00	55 029,08	60 840,99	0,00	60 840,99
Material Consumo Clínico	1 165 682,36	0,00	1 165 682,36	1 101 210,94	0,00	1 101 210,94
Material de consumo hoteleiro	76 217,17	0,00	76 217,17	68 338,86	0,00	68 338,86
Material de consumo administrativo	34 522,77	0,00	34 522,77	37 465,79	0,00	37 465,79
Material de manutenção e conservação	369 499,08	0,00	369 499,08	299 300,27	0,00	299 300,27
Combustíveis	68 836,45	0,00	68 836,45	58 740,97	0,00	58 740,97
Peças	300 662,63	0,00	300 662,63	240 559,30	0,00	240 559,30
TOTAL	4 661 874,46	0,00	4 661 874,46	4 339 868,01	0,00	4 339 868,01

À data de 31 de dezembro de 2025 e 2024 o valor dos inventários em regime de empréstimo era o seguinte:

	2025	2024
Empréstimos obtidos	299 204,04	27 410,87
Empréstimos concedidos	6 426,03	17 135,71

Os empréstimos obtidos respeitam maioritariamente a reagentes.

Os movimentos ocorridos nos exercícios de 2025 e 2024 foram os seguintes:

2025						
Matérias-primas	Farmácia	Clínico	Hoteleiro	Administ.	SIE	TOTAL
Inventário a 31-12-2024	2 833 552,15	1 101 210,95	68 338,86	37 465,79	299 300,27	4 339 868,02
Compras	18 217 173,36	4 720 068,00	494 836,03	103 268,88	839 461,01	24 374 807,28
Reclassif. e Regulariz.	263 494,64	(24 746,71)	(20 190,50)	(277,02)	(1 111,02)	217 169,39
Consumos	(18 298 267,07)	(4 630 849,88)	(466 767,22)	(105 934,88)	(768 151,18)	(24 269 970,23)
Inventário a 31-12-2025	3 015 953,08	1 165 682,36	76 217,17	34 522,77	369 499,08	4 661 874,46

2024						
Matérias-primas	Farmácia	Clínico	Hoteleiro	Administ.	SIE	TOTAL
Inventário a 31-12-2023	2 480 008,17	1 308 239,56	62 098,12	31 456,36	293 012,93	4 174 815,14
Compras	17 052 797,43	4 343 126,22	431 477,50	108 161,94	714 415,44	22 649 978,53
Reclassif. e Regulariz.	575,00	14 937,28	15 458,19	(1 858,09)	(2 387,60)	26 724,78
Consumos	(16 699 828,45)	(4 565 092,11)	(440 694,95)	(100 294,42)	(705 740,50)	(22 511 650,43)
Inventário a 31-12-2024	2 833 552,15	1 101 210,95	68 338,86	37 465,79	299 300,27	4 339 868,02

Não foram reconhecidas quaisquer imparidades por não existirem indícios das mesmas.

13. Rendimentos De Transações Com Contraprestação

Os rendimentos de transações com contraprestação efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 têm a seguinte decomposição:

	2025	2024
Vendas de bens	0,00	0,00
Prestações de serviços - sector da saúde	652 537,15	530 197,21
Outros rendimentos e ganhos	3 380 485,05	2 828 934,87
Rendimentos suplementares	100 363,73	220 394,58
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de contas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	2 619 969,60	1 924 428,05
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Correções relativas a exercícios anteriores	122 126,07	194 890,12
Multas e outras penalidades	0,00	0,00
Ganhos em outros instrumentos financeiros		0,00
Diferenças de câmbio favoráveis	234,76	0,00
Outros	537 790,89	489 222,12
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	27 906,25	8 504,17
Juros	27 906,25	8 504,17
	4 060 928,45	3 367 636,25

O valor das prestações de serviços respeita a faturação emitida no âmbito da prestação de cuidados de saúde, sempre que exista entidade terceira responsável e de acordo com a legislação

Na rubrica de ganhos em inventários está incluído o montante de 2.608.273,66 euros relativo a descontos comerciais obtidos em forma de rappel (em 2024: 1.863.699,36 euros).

14. Rendimentos De Transações Sem Contraprestação

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 têm a seguinte decomposição na Demonstração de Resultados:

	2025	2024
Impostos, contribuições e taxas	0,00	0,00
Impostos diretos	0,00	0,00
Impostos indiretos	0,00	0,00
Contribuições para sistemas de proteção social	0,00	0,00
Taxas, multas e outras penalidades	154 391,80	153 748,90
Taxas moderadoras e outros	154 391,80	153 748,90
Transferências obtidas	111 165 596,37	96 028 131,00
Orçamento Região Autónoma dos Açores - Contrato Programa	110 458 733,00	95 000 000,00
Plano Regional de Investimento da Saúde	679 866,00	1 019 051,00
De outras entidades	26 997,37	9 080,00
Subsídios obtidos	934 924,30	1 225 513,41
Subsídio social de mobilidade	860 126,47	1 225 513,41
Fundo Regional do Emprego (PIIE)	6 507,44	0,00
Outros	1 395,80	0,00
	112 188 017,88	97 407 393,31

Do TOTAL das verbas do Plano Regional de Investimento da Saúde, em 2025, 371 mil euros respeitam a verbas do Plano de Investimento de 2024, cujo recebimento só ocorreu em 2025.

As mesmas detalham-se da seguinte forma:

- Complemento Especial Doente Oncológico (CEDO) - 371.000,00 euros;
- CIRURGE - 276.366,00 euros;
- Sistema de Atribuição de Produtos Apoio RAA (SAPA) - 30.000,00 euros;
- Apoios e protocolos com instituições - 2.500,00 euros.

Em 2024 as mesmas respeitavam ao Plano de Investimento de 2023, cujo recebimento só ocorreu no exercício de 2024, e apresentavam a seguinte distribuição:

- Complemento Especial Doente Oncológico (CEDO) - 300.000,00 euros;
- CIRURGE - 703.936,00 euros;
- Formação em saúde - 13.975,00 euros;
- Apoios e protocolos com instituições - 1.140,00 euros.

O valor do Contrato Programa de 2025 ascendeu a 110,458 milhões de euros, sendo que desse montante 19,8 milhões de euros respeitam a um reforço destinado ao pagamento de dívida comercial vencida e retroativos decorrentes de valorizações e reposicionamentos remuneratórios.

O subsídio social de mobilidade foi criado pelo Decreto-Lei n.º 41/2015, de 24 de março, e destina-se a prosseguir objetivos de coesão social e territorial, no âmbito dos serviços aéreos entre o continente e a Região Autónoma dos Açores e entre esta e a Região Autónoma da Madeira. No caso

do HSEIT, EPER, este subsídio compensa parcialmente os encargos com a deslocação de doentes, acompanhantes e pessoal para o continente.

15. Provisões, Passivos Contingentes E Ativos Contingentes

15.2 Passivos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2025 existiam processos judiciais a favor e contra o HSEIT relacionados com serviços médicos prestados por instituições do Serviço Nacional de Saúde a utentes da Região Autónoma dos Açores, que ainda não foram liquidados pelo HSEIT. Entende-se que, de acordo com pareceres emitidos pelos advogados, não é esperado qualquer encargo materialmente significativo para o HSEIT.

17. Acontecimentos Após A Data Do Balanço

As Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão por deliberação do Conselho de Administração de 28 de abril de 2026.

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstrem a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas Demonstrações Financeiras.

Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes com impacto nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após a data do balanço, e até à data de aprovação das pre-

sentes demonstrações financeiras, verifica-se uma incerteza sobre o desenvolvimento do conflito geopolítico no Médio Oriente, com reflexos relevantes nos mercados internacionais e com impactos esperados nos preços de energia, nas cadeias de abastecimento e nas perspetivas de crescimento económico.

À data de aprovação das presentes demonstrações financeiras, não é possível determinar os impactos diretos e in-

diretos que a sua evolução poderá vir a ter na atividade, na posição financeira ou no desempenho futuro da Entidade. Assim, este acontecimento é classificado como acontecimento subsequente não ajustável, não tendo sido reconhecidos ajustamentos aos valores registados nas demonstrações financeiras.

18. Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as categorias de ativos e passivos financeiros estão detalhadas conforme segue:

	2025			2024		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes a caixa						
Caixa	24 012,50	0,00	24 012,50	14 241,51	0,00	14 241,51
Depósitos bancários	3 305 119,46	0,00	3 305 119,46	2 973 802,51	0,00	2 973 802,51
	3 329 131,96	0,00	3 329 131,96	2 988 044,02	0,00	2 988 044,02
Ativos financeiros ao justo valor por resultados						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado						
Ativos não correntes						
Outros ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	280 866,00	0,00	280 866,00
Ativos correntes						
Devedores por transferências e subsídios	4 413 933,00	0,00	4 413 933,00	683 194,00	0,00	683 194,00
Clientes, contribuintes e utentes	1 914 562,46	913 493,76	1 001 068,70	2 215 283,34	829 017,70	1 386 265,64
Estado e outros entes públicos	4 883,60	0,00	4 883,60	4 203,26	0,00	4 203,26
Outros ativos financeiros	280 866,00	0,00	280 866,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber	1 796 853,59	101 310,33	1 695 543,26	938 571,86	0,00	938 571,86
	11 740 230,61	1 014 804,09	10 725 426,52	7 110 162,48	829 017,70	6 281 144,78

	2025			2024		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida
Capital Próprio						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros						
Passivos financeiros ao justo valor por resultados						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos financeiros ao custo amortizado						
Passivos não correntes						
Financiamentos bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores de investimentos	86 988,40	0,00	86 988,40	0,00	0,00	0,00
Fornecedores	20 097 255,79	0,00	20 097 255,79	1 999 156,68	0,00	1 999 156,68
Outras contas a pagar	424 229,90	0,00	424 229,90	536 080,04	0,00	536 080,04
Passivos correntes						
Financiamentos bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores	28 285 284,28	0,00	28 285 284,28	42 821 845,40	0,00	42 821 845,40
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	10 315,57	0,00	10 315,57	6 633,29	0,00	6 633,29
Estado e outros entes públicos	2 086 202,14	0,00	2 086 202,14	1 456 984,10	0,00	1 456 984,10
Fornecedores de investimentos	671 920,88	0,00	671 920,88	523 318,31	0,00	523 318,31
Outras contas a pagar	15 516 272,32	0,00	15 516 272,32	20 285 787,87	0,00	20 285 787,87
	67 178 469,28	0,00	67 178 469,28	67 629 805,69	0,00	67 629 805,69

18.2.1 Ativos Financeiros

I. Outros Ativos Financeiros

O valor dos outros ativos financeiros não sofreu qualquer alteração face ao exercício de 2024, com exceção da sua classificação para ativo corrente. Tal decorre da Lei n.º 13/2023, de 3 de abril, que suspendeu a obrigação de se efetuarem entregas para o Fundo de Compensação do Trabalho.

Uma das medidas que foi alterada pela legislação acima identificada foram as finalidades para as quais os fundos podem ser resgatados, sendo que esse resgate só poderá ocorrer até 31 de dezembro de 2026. Considerando que os

saldos existentes a 31 de dezembro de 2026, que não tenham sido reclamados, serão transferidos para o Fundo de Garantia do Fundo de Compensação do Trabalho, procedeu-se à reclassificação deste item para ativo corrente. A Administração está convicta de que a recuperabilidade do saldo poderá ser integralmente efetuada até essa data.

II. Devedores Por Transferências E Subsídios

À data de 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos eram assim desagregados:

	2025	2024
Plano Investimento	4 413 933,00	643 754,00
PO 2020	0,00	39 440,00
	4 413 933,00	683 194,00

III. Clientes, Contribuintes E Utentes

O valor da dívida de clientes respeita a faturação emitida a seguradoras e a utentes, nos casos em que se existe enquadramento legal, e poderá ser assim resumida:

	2025	2024
Clientes e Utentes	757 302,47	1 071 084,25
Serviço Regional Saúde	76 616,21	177 607,56
Clientes e utentes de cobrança duvidosa	1 080 643,78	966 591,53
Imparidades acumuladas (nota 9)	(913 493,76)	(829 017,70)
	1 001 068,70	1 386 265,64

Os saldos devedores que apresentam riscos de cobrabilidade foram transferidos para uma rubrica específica de clientes de cobrança duvidosa e foram cobertos por uma perda por imparidade. Estas dívidas podem ser assim apresentadas:

	180-360 dias	360-540 dias	540-720 dias	+720 dias	TOTAL
Seguros	61 669,09	38 895,96	8 882,56	145 928,44	255 376,05
Outros clientes	55 742,07	95 918,20	37 859,71	635 748,75	825 268,73
	117 411,16	134 814,16	46 742,27	781 677,19	1 080 644,78

IV. Estado E Outros Entes Públicos

O saldo devedor da rubrica de Estado e outros entes públicos ascende a 4.883,60 euros que correspondem a retenções na fonte efetuadas por terceiros.

V. Outras Contas A Receber

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 esta rubrica decompunha-se da seguinte forma:

	2025	2024
Acréscimo Proveitos		
Faturação	234 730,95	118 942,84
Subsídio social de mobilidade	134 768,10	92 013,85
Outros	1 303 760,61	584 511,69
Outros		
Adiantamentos a fornecedores	5 876,03	97 233,00
Adiantamentos a doentes	0,00	9 060,33
Operações com pessoal	16 407,57	36 810,15
	1 695 543,26	938 571,86

Do montante de 1.303.760,61 euros que figura em outros acréscimos de proveitos, destacam-se 940.515,67 euros respeitantes a descontos de rappel faturados em 2026 e 218.357,31 euros relativos a juros de mora indevidamente debitados em excesso e que aguardam o envio da respetiva nota de crédito.

No exercício de 2025 foram reconhecidas perdas por imparidade nas rubricas de adiantamentos a fornecedores e doentes nos montantes de 92.250,00€ e 9.060,33€, respetivamente, considerando o tempo decorrido sem que tenha sido possível obter a devolução dos montantes adiantados.

18.2.2 Passivos Financeiros

A 31 de dezembro de 2025 e 2024 os passivos financeiros encontravam-se mesurados ao custo amortizado e compreendiam:

I. Fornecedores

	2025		2024	
	Não corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Serviço Regional de Saúde (nota 20.2)	0,00	90 855,53	0,00	66 210,93
Sector Público Empresarial Regional (nota 20.2)	0,00	4 928 096,03	0,00	12 828 410,27
Fornecedores c/c	920 404,51	17 520 761,75	0,00	25 571 968,55
Sociedades de factoring	19 176 851,28	5 745 570,97	1 999 156,68	4 355 255,65
	20 097 255,79	28 285 284,28	1 999 156,68	42 821 845,40

O saldo em dívida a fornecedores conta corrente inclui juros de mora, que são registados quando debitados pelos fornecedores e outros credores sendo que, regra geral, o débito só ocorre aquando do pagamento.

Na rubrica do Serviço Regional de Saúde estão registados os serviços prestados nos termos dos acordos existentes com o setor público, designadamente hospitais e unidades de saúde da RAA, e que se encontravam por liquidar à data de 31 de dezembro de 2025 e 2024.

O valor apresentado em não corrente, nos anos de 2025 e 2024, respeita a acordos celebrados com fornecedores e sociedades de factoring:

- 2024 – Acordo celebrado em dezembro de 2024 com uma entidade bancária, no montante de 2.665.542,24 euros, valor este respeitante a apenas capital, em 36 prestações mensais fixas, de 74.042,84 euros, vencen-

VI. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o valor de diferimentos respeitava ao seguinte:

	2025	2024
Seguros	27 518,07	42 204,98
Juros	0,00	45 578,54
	27 518,07	87 783,52

do-se a primeira prestação em abril de 2025 e a última em março de 2028;

- 2025 – No exercício de 2025 foram celebrados com diversos fornecedores Acordos de Regularização de Créditos Vencidos (ARCV), no valor TOTAL de 23.473.550,35 euros, pelo prazo de 48 meses, que incluiu um período de carência de capital de 9 meses. Posteriormente, estes acordos foram cedidos, pelos fornecedores, a uma instituição bancária mantendo-se aplicáveis todas as condições constantes dos ARCV, com exceção dos encargos bancários, incluindo juros, que passaram a ser suportados pelo HSEIT à taxa EURIBOR a 12 meses acrescida de uma margem de segurança de 2,7%.

Os montantes dos acordos de pagamentos classificados em não correntes têm a seguinte maturidade:

	2025	2024
2026	0,00	888 514,08
2027	8 111 144,98	888 514,08
2028	7 408 334,36	222 128,52
2029	4 577 776,45	0,00
	20 097 255,79	1 999 156,68

li. Estado E Outros Entes Públicos

O saldo credor da rubrica de Estado e outros entes públicos, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresentava a seguinte decomposição:

	2025	2024
Estimativa IRC	88 723,36	316,11
Retenções na fonte		
Trabalho dependente	459 085,00	340 179,00
Rendimentos profissionais	43 056,89	30 719,84
Rendimentos prediais	97,50	87,50
IVA a pagar	11 825,75	24 681,04
Contribuições para Sistemas de Previdência		
ADSE		
Caixa Geral de Aposentações	695 144,16	389 806,69
Segurança Social	788 269,48	671 193,92
IASFA		
	2 086 202,14	1 456 984,10

Os montantes em dívida referentes a retenções na fonte e contribuições para sistemas de previdência respeitam a valores retidos no mês de dezembro que foram liquidados dentro dos prazos legais, não existindo qualquer situação em mora.

Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) é reduzida em 30% (correspondendo atualmente a uma taxa efetiva de 14,00%). Pela Lei das Finanças Locais, o HSEIT estaria sujeito à derrama fixada pelos municípios até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Contudo, o município de Angra do Heroísmo isenta deste imposto as entidades sedeadas no concelho, pelo que não há lugar à sua liquidação.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administra-

ção fiscal durante um período de 4 anos (5 anos no que respeita à segurança social).

De acordo com as alterações introduzidas pela Lei n.º 24-D/2022 (Orçamento do Estado para 2023), foi eliminado o limite temporal para a dedução dos prejuízos fiscais em reporte. Esta nova regra aplica-se também aos prejuízos apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023 cujo período de dedução ainda se encontre em curso naquela data. A dedução dos prejuízos fiscais encontra-se limitada a 65% do respetivo lucro tributável, com exceção do ano de 2020 que se aplica a percentagem de 75%.

O efeito fiscal emergente das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os fiscais não foram objeto de registo contabilístico em impostos diferidos por não existirem expectativas de que os prejuízos fiscais apurados neste exercício e nos exercícios anteriores sejam recuperáveis.

A estimativa de IRC foi apurada da seguinte forma:

	2025	2024
Resultado Antes Impostos	3 105 294,16	(2 632 451,01)
Acrescer		
Correções relativas a períodos anteriores	14 486,11	127 645,05
Multas, coimas e juros compensatórios	38 547,74	93,75
Imparidades não aceites fiscalmente	9 060,33	0,00
Deduzir		
Encargos com benefícios de reforma	(1 054 289,95)	0,00
Lucro/Prejuízo fiscal do período	2 113 098,39	(2 504 712,21)
Prejuízos fiscais deduzidos	(1 584 823,79)	(2 504 712,21)
Matéria coletável	528 274,60	0,00
Tx IRC RAA	14,00%	14,70%
IRC RAA	73 958,45	0,00
Tributações autónomas	50,55	316,11
Derrama estadual	14 714,36	0,00
Estimativa IRC	88 723,36	316,11

À data de 31 de dezembro de 2025 os prejuízos fiscais reportáveis são os seguintes:

Ano Prejuízo	Valor
2014	1 281 017,53
2016	2 150 072,84
2018	5 399 221,19
2019	12 457 011,47
2020	3 509 393,48
2022	7 789 384,28
2023	9 395 189,13
2024	2 625 299,37
	44 606 589,29

III. Outras Contas A Pagar

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 esta rubrica decompunha-se da seguinte forma:

	2025	2024
Acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	13 507 633,11	16 066 090,01
Outros acréscimos de gastos	1 843 154,58	4 056 468,43
Tutela	160 715,06	160 715,06
Outros	4 769,57	2 514,37
Ajust. Impostos subsídios investimento	424 229,90	536 080,04
	15 940 502,22	20 821 867,91

As remunerações a liquidar desagregam-se da seguinte forma:

	2025	2024
Remunerações a liquidar		
Férias e Subsídio Férias	4 307 644,78	3 842 218,74
Horas Extraordinárias	539 441,16	548 308,36
Prevenções	492 366,58	400 701,19
Noites e suplementos	163 151,24	132 215,70
Encargos s/ remunerações	1 306 868,35	1 195 765,74
Outras remunerações	0,00	111 359,41
Retroativos (valorizações/reposicionamentos)	6 698 161,00	9 835 520,80
	13 507 633,11	16 066 090,01

No montante de outros acréscimos de gastos estão incluídos 940.274,37 euros relativos a prestadores de serviços externos, sendo que o valor remanescente respeita a outros fornecimentos e serviços externos.

O valor dos retroativos de pessoal respeita a valorizações e reposicionamentos remuneratórios de diversas categorias profissionais que ainda aguardam validação, por parte das

Tutelas, e/ou pagamento, atendendo a que já foram celebrados acordos com diversas estruturas sindicais.

À data de 31 de dezembro de 2025 os montantes de retroativos em dívida, cuja mensuração já se encontra estimada, eram os seguintes:

Carreira		2015	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	TOTAL
Médica	Valorizações 2018	0,00	0,00	89 110,44	87 686,04	81 181,92	67 065,98	80 360,94	34 971,29	440 376,61
	Valorizações 2019 a 2023	0,00	21 994,22	62 630,77	68 647,75	133 677,25	213 035,14	270 646,59	172 013,29	942 645,01
Enfermagem	Integração na carreira, Valorizações 2019 a 2024 e Decreto Lei n.º 111/2024, de 19 de dezembro	0,00	2 744,06	207 390,47	733 774,43	853 908,08	768 317,09	1 050 047,67	574 956,73	4 191 138,53
	Valorizações 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	239 218,32	239 218,32
	Audiência interessados	174 129,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	174 129,24
TSDT	Valorizações 2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8 982,03	0,00	0,00	8 982,03
	Valorizações 2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	104 326,20	166 054,46	0,00	270 380,66
	Valorizações 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 023,08	10 702,55	5 260,90	21 986,53
	Valorizações 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	161 071,40	179 160,96	340 232,36
Farmacêutica	Valorizações 2021	0,00	0,00	0,00	6 597,71	6 758,46	6 901,25	6 801,07	7 493,51	34 552,00
	Valorizações 2022	0,00	0,00	0,00	0,00	762,26	0,00	0,00	0,00	762,26
	Valorizações 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 635,53	2 687,01	2 624,48	7 947,02
	Valorizações 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12 824,82	12 985,59	25 810,41
TOTAL médica		0,00	21 994,22	151 741,21	156 333,79	214 859,17	280 101,12	351 007,53	206 984,58	1 383 021,62
TOTAL enfermagem		174 129,24	2 744,06	207 390,47	733 774,43	853 908,08	768 317,09	1 050 047,67	814 175,05	4 604 486,09
TOTAL TSDT		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	119 331,31	337 828,41	184 421,86	641 581,58
TOTAL farmacêutica		0,00	0,00	0,00	6 597,71	7 520,72	9 536,78	22 312,90	23 103,58	69 071,69
		174 129,24	24 738,28	359 131,68	896 705,93	1 076 287,97	1 177 286,30	1 761 196,51	1 228 685,07	6 698 160,98

Os ajustamentos por impostos nos subsídios ao investimento, foram calculados tendo como base a taxa de IRC aplicável na Região Autónoma dos Açores - 14%.

IV. Diferimentos

À data de 31 de dezembro de 2025 e 2024 o valor dos diferimentos respeitava a verbas do Plano de Investimento atribuídas no exercício, mas cujo recebimento só ocorreu no exercício de 2025. As mesmas detalham-se da seguinte forma:

	2025	2024
Exploração	476 996,00	371 000,00
CEDO	0,00	371 000,00
Fixação Profissionais de saúde	82 257,00	0,00
Melhoria da performance do SRS (PRR)	335 733,00	0,00
Digitalização Setor Saúde (PRR)	59 006,00	0,00
Investimento	3 936 937,00	0,00
Modernização e requalificação (PRR)	3 017 548,00	0,00
Melhoria da performance do SRS (PRR)	538 240,00	0,00
Digitalização Setor Saúde (PRR)	381 149,00	0,00
	4 413 933,00	371 000,00

18.14 Património Líquido

O capital estatutário inicial de 33.300.000,00 euros foi definido no apêndice I do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2007/A, de 24 de janeiro, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 22/2015/A, de 18 de setembro, tendo o mesmo sido subscrito e realizado pela Região Autónoma dos Açores. Em 2009 o capital estatutário foi aumentado no valor de 432.525,50 euros, por força da Resolução do Conselho do Governo n.º 65/2008 de 14 de maio de 2008.

O HSEIT pode fazer as reservas julgadas necessárias, sem prejuízo da obrigação de constituição da reserva legal e da

reserva para investimentos, não podendo o reforço da reserva legal ser inferior 20% dos resultados anualmente apurados. Esta reserva poderá ser utilizada para cobrir eventuais prejuízos do período.

O movimento ocorrido nas rubricas do Património líquido durante o período de 2025 e 2024 foi o seguinte:

I. Resultados Transitados

No exercício de 2025 e 2024 a rubrica de resultados transitados foi sofreu as seguintes alterações:

2024	
Saldo inicial	(74 087 352,54)
Transferência resultado líquido período anterior	(9 422 139,05)
Regularização Plano Investimento 2023	59 047,39
Movimentos ano	(9 363 091,66)
Saldo final	(87.785.559,24)
2025	
Saldo inicial	(87 785 559,24)
Transferência resultado líquido período anterior	(4 966 425,57)
Movimentos ano	(4 966 425,74)
Saldo final	(92 751 984,81)

III. Outras Variações No Património Líquido

Os movimentos ocorridos na rubrica de outras variações no património líquido foi como se segue:

2024	
Saldo inicial	3 906 753,98
Atribuição de subsídios ao investimento	748 983,48
Ajustamentos por impostos dos subsídios ao investimento	63 216,96
Doações obtidas	1 127,28
Imputação a proveitos e ganhos dos subsídios ao investimento	(937 645,40)
Regularização Plano Investimento 2023	(59 047,39)
Movimentos ano	(183 365,07)
Saldo final	3 723 388,91
2025	
Saldo inicial	3 723 388,91
Atribuição de subsídios ao investimento	81 079,88
Ajustamentos por impostos dos subsídios ao investimento	111 850,12
Doações obtidas	44 095,75
Imputação a proveitos e ganhos dos subsídios ao investimento	(876 779,93)
Regularização Plano Investimento	(3 229,48)
Movimentos ano	(642 983,66)
Saldo final	3 080 405,25

Em 2025 os subsídios atribuídos respeitaram ao seguinte: Plano de Investimento com a RAA 2025 – 30.000,00 euros; Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) – 51.079,88 euros. Em 2024 os subsídios atribuídos respeitaram ao seguinte: Plano de Investimento com a RAA 2024 – 745.754,00 euros; Programa Comunitário P02020 – 3.229,48 euros, tendo este projeto ficado concluído.

Nos exercícios de 2025 e 2024 os donativos recebidos respeitaram apenas a equipamentos.

19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Tal como mencionado na Nota 2.6 deste anexo, o HSEIT tem a responsabilidade de assegurar o pagamento complementar das pensões dos reformados e dos trabalhadores no ativo com vínculo à relação jurídica de emprego público, na parte correspondente ao período que não estiveram integrados no regime da Caixa Geral de Aposentações.

Em 2025 o HSEIT procedeu à revisão da estimativa das responsabilidades com o pagamento das referidas pensões com base nos encargos realmente suportados, numa base atuarial.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está reconhecida no passivo uma provisão para fazer face às responsabilidades estimadas por benefícios pós-emprego, cujo movimento do ano se resume da seguinte forma:

	2025	2024
Saldo inicial	6 433 261,02	6 717 281,14
Variação do ano	(261 387,39)	519 270,03
Benefícios pagos	(623 464,96)	(620 585,54)
Efeito financeiro	(169 437,59)	(182 704,61)
Saldo final	5 378 971,08	6 433 261,02
Efeito nos resultados	(430 824,98)	336 565,42

Esta provisão abrange apenas o período em que os beneficiários não estiveram abrangidos pelo regime da Caixa Geral de Aposentações e na presente data não foram identificados trabalhadores que estejam no ativo e que venham a ser beneficiários deste complemento após a aposentação. Nesta conformidade, o saldo existente no final do ano traduz as responsabilidades atuais do Hospital com a aposentação do seu pessoal subscritor da Caixa Geral de Aposentações, de onde subsiste a obrigação de entregar o valor da quota-parte dos funcionários que prestaram serviço durante o período compreendido entre 1 de janeiro de 1973 e 31 de dezembro de 1988.

O valor estimado reconhecido no passivo resulta da atualização dos pressupostos atuariais, designadamente o aumento da esperança de vida dos pensionistas existentes, com base na Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2022-2024 do INE, por sexo, tendo sido assumido um crescimento anual de 3% das pensões em pagamento e corresponde ao valor presente da obrigação de benefício determinado à data de relato utilizando a taxa de juro das Obrigações do Tesouro a 10 anos (3,15%).

20. Divulgações De Partes Reclacionadas
20.1 Listagem Das Entidades Relacionadas

A 31 de dezembro de 2025 e 2024 as entidades relacionadas eram as seguintes:

Designação	NIF	Sede	Natureza do relacionamento
Região Autónoma dos Açores	512047855	Palácio da Conceição - Rua 16 de Fevereiro 9504-509 Ponta Delgada	Entidade controladora final
Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social	600083756	Solar dos Remédios 9701-855 Angra do Heroísmo	Entidade controladora imediata
Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada	512103097	Grotinha, Arrifes 9500-354 Ponta Delgada	Entidade sob controlo comum
Hospital da Horta, EPER	512103070	Estrada Príncipe Alberto do Mónaco 9900-038 Horta	Entidade sob controlo comum
Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria	510161502	Avenida de Santa Maria 9580-501 Vila do Porto	Entidade sob controlo comum
Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel	510148921	Grotinha, Arrifes, n.º 1 9500-354 Ponta Delgada	Entidade sob controlo comum
Unidade de Saúde da Ilha Terceira	510170811	Canada dos Melancólicos 9701-869 Angra do Heroísmo	Entidade sob controlo comum
Unidade de Saúde da Ilha Graciosa	509871070	Rua Eng. Manuel Rodrigues Miranda 9880-376 Santa Cruz da Graciosa	Entidade sob controlo comum
Unidade de Saúde da Ilha do Faial	510183085	Vista Alegre- Matriz 9901-853 Horta	Entidade sob controlo comum
Unidade de Saúde da Ilha de São Jorge	512100640	Relvinha 9850-076 Calheta	Entidade sob controlo comum
Unidade de Saúde da Ilha do Pico	512084726	Largo Edmundo Machado Ávila 9630-126 Lajes do Pico	Entidade sob controlo comum
Unidade de Saúde da Ilha das Flores	510167098	Rua do Hospital 9970-303 Santa Cruz das Flores	Entidade sob controlo comum
Unidade de Saúde da Ilha do Corvo	510189881	Avenida Nova 9980-039 Corvo	Entidade sob controlo comum
Centro de Oncologia dos Açores	672002027	Rua da Rocha, n.º 38 9700-169 Angra do Heroísmo	Entidade sob controlo comum
Fundo Regional do Emprego	672000431	Rua Dr. José Bruno Tavares Carreiro 9500-119 Ponta Delgada	Entidade sob controlo comum

As entidades do setor público empresarial regional com as quais foram realizadas transações foram as seguintes:

Designação	NIF	Sede
Sata Internacional - Azores Airlines, S.A.	512029393	Rua Dr. José Bruno Tavares Carreiro, n.º 6, 9º Piso 9500-769 Ponta Delgada
EDA - Eletricidade dos Açores	512012032	Rua Francisco Pereira Ataíde n.º 1 9500-052 Ponta Delgada

20.2 Transações E Saldos Com Partes Relacionadas

No respeitante às transferências correntes e outras variações no património líquido, as transações foram as seguintes:

As transações e saldos com entidades do sector público empresarial regional são assim apresentados:

	Transações	
	2025	2024
Aquisição de serviços externos		
SATA Internacional	2 202 423,03	2 529 385,97
EDA	2 572 922,68	1 374 232,23
	4 775 345,71	3 903 618,20
Juros e gastos similares suportados		
SATA Internacional	0,00	0,00
EDA	2 572 922,67	0,00
	2 572 922,67	0,00

20.6 Pessoas Chave Da Gestão

O Conselho de Administração é constituído pelas seguintes individualidades:

Nome	Cargo
Conselho de Administração	
Paulo Filipe de Almeida e Silva Diz	Presidente
Rute Margarida de Sousa Garcia do Couto	Diretora Clínica
César Leandro da Costa Toste	Enfermeiro Diretor
Michéle Soveta Aguiar	Vogal
Fiscal Único	
UHY - OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.	Efetivo

Em 2025 os responsáveis pelas demonstrações financeiras são assim apresentados:

Nome	Cargo	Início	Fim	Normativo legal
Paulo Filipe de Almeida e Silva Diz	Presidente	01/04/2025	31/12/2025	Resolução do Conselho de Governo n.º 53/2025, de 1 de abril
Rute Margarida de Sousa Garcia do Couto	Diretora Clínica	01/01/2025	31/12/2025	Resolução do Conselho de Governo n.º 132/2023, de 6 de setembro e Resolução do Conselho de Governo n.º 53/2025, de 1 de abril
César Leandro da Costa Toste	Enfermeiro Diretor	01/01/2025	31/12/2025	Resolução do Conselho de Governo n.º 287/2021, de 17 de dezembro e Resolução do Conselho de Governo n.º 53/2025, de 1 de abril
Michéle Soveta Aguiar	Vogal	01/01/2025	31/12/2025	Resolução do Conselho de Governo n.º 287/2021, de 17 de dezembro e Resolução do Conselho de Governo n.º 53/2025, de 1 de abril

Em 2025 e 2024 as remunerações atribuídas às pessoas chave da gestão foram as seguintes:

	2025	2024
Remunerações fixas	370 885,25	369 088,19
Outras remunerações e compensações	0,00	0,00
Outros benefícios diretos	0,00	0,00
	370 885,25	369 088,19

Em 2025 e 2024 as remunerações atribuídas ao Fiscal Único são assim resumidas:

	2025	2024
Fiscal Único	13 572,00	13 572,00
	13 572,00	13 572,00

23. Outras Divulgações

I. Fornecimentos e Serviços

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os fornecimentos e serviços externos detalham-se conforme se segue:

	2025	2024
Subcontratos:		
Assistência ambulatoria	4.030,23	3.621,21
Meios complementares diagnóstico	991.866,49	913.785,65
Meios complementares de terapêutica	2.477.580,44	2.029.831,61
Internamentos	5.231.742,00	5.386.119,18
Deslocações de doentes	6.091.333,27	6.087.059,66
Trabalhos executados exterior	133.946,65	129.011,03
Fornecimentos e serviços:		
Alimentação	1.039.709,92	983.148,27
Formação ao pessoal	12.855,56	9.131,55
Honorários e serviços especializados saúde	5.752.304,78	4.410.723,27
Outros trabalhos especializados	176.314,77	130.381,73
Vigilância e segurança	389.208,31	329.247,73
Conservação e reparação	1.511.159,90	1.633.981,33
Energia	1.240.904,31	1.374.232,23
Água	87.733,31	86.756,91
Deslocações, estadas e transportes	176.573,61	164.277,74
Rendas e alugueres	149.862,53	151.735,05
Comunicação	55.588,99	57.360,20
Seguros	12.706,13	9.860,10
Contencioso e notariado	14.079,48	2.571,65
Limpeza, higiene e conforto	1.630.318,56	1.494.793,41
Ajudas técnicas (SAPA)	156.699,46	102.795,82
Serviços bancários	6.606,88	6.666,52
Outros fornecimentos e serviços	521.148,32	455.663,63
	27.864.273,90	25.952.755,48

III. Remunerações

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os gastos com o pessoal apresentavam a seguinte composição:

	2025	2024
Remunerações dos órgãos sociais	370 885,25	369 088,19
Remunerações do pessoal:		
Pessoal dirigente	381 460,76	381 294,75
Pessoal médico	13 184 408,19	12 612 415,28
Pessoal enfermagem	15 795 401,46	14 746 887,55
Pessoal técnico diagnóstico e terapêutica	2 840 599,98	2 756 123,73
Pessoal técnico superior de saúde	241 544,14	256 377,88
Outro pessoal técnico superior	1 886 025,28	1 700 210,73
Pessoal assistente técnico	2 606 042,79	2 562 173,73
Pessoal assistente operacional	7 181 732,40	6 941 148,01
Pessoal de informática	286 005,89	277 939,08
Pessoal docente	70 355,93	66 814,48
Outro pessoal	7 453,35	4 953,05
Subsídio refeição	1 467 084,04	1 524 871,72
Outras remunerações	1 625 241,89	576 692,10
Pensões	112 827,04	47 413,07
Encargos sobre remunerações	10 885 155,72	10 185 578,12
Outros gastos com pessoal	229 472,18	223 024,21
	59 171 696,29	55 233 005,68

O aumento verificado em “outras remunerações” resulta da publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 6/2025/A, de 20 de janeiro, que aprova o regime da dedicação plena no Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores e implica o pagamento de suplemento remuneratório.

lii. Outros Gastos E Perdas

A rubrica de outros gastos e perdas pode ser assim apresentada:

	2025	2024
Impostos e taxas	29 021,95	23 568,24
Dívidas incobráveis	33 628,95	17 196,79
Perdas em inventários	77 029,41	72 615,91
Correções exercícios anteriores	557 777,01	79 575,08
Outros gastos e perdas	13 952,01	23 601,18
	711 409,33	216 557,20

Do TOTAL apresentado em impostos e taxas 28.662,80 euros (22.184,83 euros em 2024) corresponde a IVA suportado nas aquisições intracomunitárias de bens e serviços.

O valor de 77.029,41 euros (em 2024: 72.615,91 euros) respeita ao registo contabilístico de quebras, e que na maioria das situações decorre da variação do preço médio quando são efetuados empréstimos de material a outras entidades.

IV. Outros Rendimentos E Ganhos

A rubrica de outros rendimentos e ganhos pode ser assim apresentada:

	2025	2024
Rendimentos Suplementares	104 108,42	220 394,58
Ganhos em inventários		
Sobras	11 695,94	60 728,69
Rappel	2 608 273,66	1 863 699,36
Outros		
Correções relativas a anos anteriores	122 126,07	194 890,12
Imputação subsídios ao investimento	876 779,95	937 645,40
Outros	574 367,74	489 222,12
	4 297 351,78	3 766 580,27

O valor de 574.367,74 euros, que figura em outros rendimentos e ganhos, respeita essencialmente a reembolso de vencimentos no âmbito da deslocação de médicos especialistas às outras entidades do SRS, cujo valor em 2025 ascendeu a 382.288,55 euros (em 2024: 294.758,51 euros). Estão também incluídos 8.388,74 euros referentes a descontos finan-

ceiros obtidos através da negociação com fornecedores (em 2024: 55.955,98 euros).

V. Juros, Rendimentos E Gastos Similares Obtidos

Os resultados financeiros em 2025 e 2024 podem ser assim apresentados:

	2025	2024
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros de depósitos bancários	27 906,25	8 504,17
	27 906,25	8 504,17
Juros e gastos similares suportados		
Juros de mora - Estado	38 547,74	5 117,62
Juros de mora - Outros	610 910,47	1 031 512,51
Outros juros	216 404,87	0,00
Outros gastos de financiamento	91 738,09	0,00
	957 601,17	1 036 630,13

23 Demonstrações Orçamentais

Os objetivos das Demonstrações Orçamentais de finalidades gerais são o de proporcionar informação acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das despesas e das receitas orçamentais, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental.

As Demonstrações Orçamentais foram preparadas segundo a NCP 26 - Contabilidade e relato orçamental e traduzem a execução e desempenho orçamental do HSEIT no exercício de 2025.

23.1 Demonstrações Previsionais

De acordo com a instrução n.º 1/2019 do Tribunal de Contas, referente às entidades sujeitas à jurisdição e aos poderes de Controlo do Tribunal de Contas, até à plena entrada em vigor da Lei de Enquadramento Orçamental as entidades sujeitas à aplicação do SNC-AP não estão obrigadas a entregar as de-

monstrações orçamentais previsionais previstas na NCP26.

Não obstante, apresenta-se o resumo dos documentos previsionais:

23.1.1 Orçamento

Rubrica	Recebimentos	TOTAL	Rubrica	Pagamentos	TOTAL
R4	Taxas, multas e outras penalidades	151 300,00	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	32 885 210,00
R6.03	Transferências correntes - Administração central	1 120 740,00	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	12 289 677,00
R6.04	Transferências correntes - RAA	90 700 000,00	D1.3	Segurança Social	12 034 790,00
R7	Vendas de bens e serviços correntes	825 070,00	D2	Aquisições de bens e serviços correntes	36 326 533,00
R8	Outras receitas correntes	1 658 680,00	D3	Juros e outros encargos	897 300,00
			D6	Outras despesas correntes	22 280,00
TOTAL Receita		94 455 790,00	TOTAL Despesa		94 455 790,00

Os documentos previsionais foram elaborados apenas para a exploração do exercício.

23.1.2 Plano Plurianual de Investimentos

Considerando que as verbas de investimento são atribuídas pela Tutela numa base anual, não existe plano plurianual de investimentos.

23.2. Demonstrações de Relato Individual

23.2.1 Demonstrações de Relato Individual

Demonstração Do Desempenho Orçamental 2025

Rubrica Recebimentos		2025					2024	
		Fontes de Financiamento					TOTAL	
		RP	RG	EU	EMPR	FA	TOTAL	TOTAL
	Saldo de gerência anterior							
	Operações Orçamentais [1]	496 592,94	1 759 921,95	0,00	0,00	0,00	2 256 514,89	2 607 791,59
	Restituição de saldos de operações orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Operações de tesouraria [A]	0,00	0,00	0,00	0,00	731 529,13	731 529,13	894 781,19
	Receita corrente							
R1	Receita fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.1	Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	139 468,82	0,00	0,00	0,00	0,00	139 468,82	139 351,70
R4	Rendimentos de propriedade	24 510,89	0,00	0,00	0,00	0,00	24 510,89	8 170,93
R5	Transferências correntes	819 555,39	110 465 240,44	0,00	0,00	0,00	111 284 795,83	96 303 235,61
R5.1	Administrações Públicas	819 555,39	110 465 240,44	0,00	0,00	0,00	111 284 795,83	96 303 235,61
R5.1.1	Administração Central - Estado	817 372,22	0,00	0,00	0,00	0,00	817 372,22	1 303 235,61
R5.1.2	Administração Central - Outras entidades	1 183,17	6 507,44	0,00	0,00	0,00	7 690,61	0,00
R5.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.4	Administração Regional	0,00	110 458 733,00	0,00	0,00	0,00	110 458 733,00	95 000 000,00
R5.1.4	Administração Local	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 000,00	0,00
R5.2	Exterior - União Europeia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Vendas de bens e serviços	1 224 522,61	0,00	0,00	0,00	0,00	1 224 522,61	1 148 940,19
R7	Outras receitas correntes	2 465 009,75	0,00	0,00	0,00	0,00	2 465 009,75	1 714 420,64
	Receita de capital							
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	Transferências de capital	87 290,40	1 008 830,00	0,00	0,00	0,00	1 096 120,40	1 894 418,48
R9.1	Administrações Públicas	51 079,88	1 008 830,00	0,00	0,00	0,00	1 059 909,88	1 891 189,00
R9.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2	Administração Central - Outras entidades	51 079,88	26 210,00	0,00	0,00	0,00	77 289,88	9 080,00
R9.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.4	Administração Regional	0,00	982 620,00	0,00	0,00	0,00	982 620,00	1 882 109,00
R9.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2	Exterior - União Europeia	36 210,52	0,00	0,00	0,00	0,00	36 210,52	3 229,48
R9.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outro	144 713,24	0,00	0,00	0,00	0,00	144 713,24	222,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	144 713,24	0,00	0,00	0,00	0,00	144 713,24	222,00
	Receita efetiva [2]	4 905 071,10	111 474 070,44	0,00	0,00	0,00	116 379 141,54	101 208 537,55
	Receita não efetiva [3]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Soma [4] = [1]+[2]+[3]	5 401 664,04	113 233 992,39	0,00	0,00	0,00	118 635 656,43	103 816 329,14
	Recebimentos de operações de tesouraria [B]					11 686 805,53	11 686 805,53	10 111 295,89

Rubrica Pagamentos		2025					2024	
		Fontes de Financiamento					TOTAL	
		RP	RG	EU	EMPR	FA	TOTAL	TOTAL
	Despesa corrente							
D1	Despesas com pessoal	0,00	62 611 568,13	0,00	0,00	0,00	62 611 568,13	53 358 119,06
D1.1	Remunerações certas e permanentes	0,00	33 409 617,45	0,00	0,00	0,00	33 409 617,45	28 836 801,09
D1.2	Abonos Variáveis e Eventuais	0,00	17 090 919,04	0,00	0,00	0,00	17 090 919,04	13 929 479,32
D1.3	Segurança Social	0,00	12 111 031,64	0,00	0,00	0,00	12 111 031,64	10 591 838,65
D2	Aquisição de bens e serviços	2 657 321,71	48 967 660,19	0,00	0,00	0,00	51 624 981,90	45 585 071,28
D3	Juros e outros encargos	477 574,02	3 718,73	0,00	0,00	0,00	481 292,75	1 163 161,54
D4	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D6	Outras despesas correntes	59 488,69	4 272,72	0,00	0,00	0,00	63 761,41	64 587,77
	Despesa de capital							
D7	Investimento	766 218,98	743 283,56	0,00	0,00	0,00	1 509 502,54	1 389 096,60
D8	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D9	Outras rceitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesa efetiva [5]	3 960 603,40	112 330 503,33	0,00	0,00	0,00	116 291 106,73	101 560 036,25
	Despesa não efetiva [6]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D11	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Soma [7] = [5]+[6]	3 960 603,40	112 330 503,33	0,00	0,00	0,00	116 291 106,73	101 560 036,25
	Pagamentos de operações de tesouraria [C]					11 433 752,40	11 433 752,40	10 274 547,95
	Saldos para a gerência seguinte							
	Operações Orçamentais [8] = [4]-[7]	1 441 060,64	903 489,06	0,00	0,00		2 344 549,70	2 256 514,89
	Operações de tesouraria [D] = [A]+[B]-[C]					984 582,26	984 582,26	731 529,13
	Saldo global [2]-[5]	944 467,70	(856 432,89)	0,00	0,00	0,00	88 034,81	(351 498,70)
	Despesa primária	3 483 029,38	112 326 784,60	0,00	0,00	0,00	115 809 813,98	100 396 874,71
	Saldo corrente	1 478 683,04	(1 121 979,33)	0,00	0,00	0,00	356 703,71	(856 820,58)
	Saldo de capital	(678 928,58)	265 546,44	0,00	0,00	0,00	(413 382,14)	505 321,88
	Saldo primário	1 422 041,72	(852 714,16)	0,00	0,00	0,00	569 327,56	811 662,84
	Receita TOTAL [1]+[2]+[3]	5 401 664,04	113 233 992,39	0,00	0,00	0,00	118 635 656,43	103 816 551,14
	Despesa TOTAL [5]+[6]	3 960 603,40	112 330 503,33	0,00	0,00	0,00	116 291 106,73	101 560 036,25

23.2.2 Demonstrações de Execução Orçamental da Receita

Orgânica	Fonte	Atividade	Programa	Económica	Descrição	Previsões Corrigidas	P/Cobrar Ant	Receitas Liquidadas	Liquidações Anuladas	Cobradas brutas	Reembolsos Emitidos	Reembolsos Pagos	Cobrada Liq. Ant.	Cobrada Liq. Per.	Cobrada Liq. Tot.	P/Cobrar Final	Grau Exec. Ant.	Grau Exec. Per.
1	310	999	A04A06		Fundos próprios													
1	310	999	A04A06	06	Transferências correntes	110 465 241,00	0,00	110 465 240,44	0,00	110 465 240,44	0,00	0,00	0,00	110 465 240,44	110 465 240,44	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	0603	Administrações central	6 508,00	0,00	6 507,44	0,00	6 507,44	0,00	0,00	0,00	6 507,44	6 507,44	0,00	0,00	99,99
1	310	999	A04A06	060309	Ser.Fund. Aut. - Subsist. de prot.à família e polít.activas de emp. e form.prof.	6 508,00	0,00	6 507,44	0,00	6 507,44	0,00	0,00	0,00	6 507,44	6 507,44	0,00	0,00	99,99
1	310	999	A04A06	0604	Administração regional	110 458 733,00	0,00	110 458 733,00	0,00	110 458 733,00	0,00	0,00	0,00	110 458 733,00	110 458 733,00	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	060401	Região Autónoma dos Açores	110 458 733,00	0,00	110 458 733,00	0,00	110 458 733,00	0,00	0,00	0,00	110 458 733,00	110 458 733,00	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	10	Transferências de capital	1 091 117,00	643 754,00	447 333,00	0,00	1 008 830,00	0,00	0,00	643 754,00	365 076,00	1 008 830,00	82 257,00	59,00	33,46
1	310	999	A04A06	1003	Administrações central	26 240,00	0,00	26 210,00	0,00	26 210,00	0,00	0,00	0,00	26 210,00	26 210,00	0,00	0,00	99,89
1	310	999	A04A06	100308	Serviços e Fundos Autónomos	26 240,00	0,00	26 210,00	0,00	26 210,00	0,00	0,00	0,00	26 210,00	26 210,00	0,00	0,00	99,89
1	310	999	A04A06	1004	Administração regional	1 064 877,00	643 754,00	421 123,00	0,00	982 620,00	0,00	0,00	643 754,00	338 866,00	982 620,00	82 257,00	60,45	31,82
1	310	999	A04A06	100401	Região Autónoma dos Açores	1 064 877,00	643 754,00	421 123,00	0,00	982 620,00	0,00	0,00	643 754,00	338 866,00	982 620,00	82 257,00	60,45	31,82
1	310	999	A04A06	16	Saldo da gerência anterior	1 603 619,00	0,00	1 603 618,95	0,00	1 603 618,95	0,00	0,00	0,00	1 603 618,95	1 603 618,95	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	1601	Saldo orçamental	1 603 619,00	0,00	1 603 618,95	0,00	1 603 618,95	0,00	0,00	0,00	1 603 618,95	1 603 618,95	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	160101	Na posse do serviço	1 603 619,00	0,00	1 603 618,95	0,00	1 603 618,95	0,00	0,00	0,00	1 603 618,95	1 603 618,95	0,00	0,00	100,00
					Programa A04A06	113 159 977,00	643 754,00	112 516 192,39	0,00	113 077 689,39	0,00	0,00	643 754,00	112 433 935,39	113 077 689,39	82 257,00	0,57	99,36
					Atividade 999	113 159 977,00	643 754,00	112 516 192,39	0,00	113 077 689,39	0,00	0,00	643 754,00	112 433 935,39	113 077 689,39	82 257,00	0,57	99,36
					Fonte 310	113 159 977,00	643 754,00	112 516 192,39	0,00	113 077 689,39	0,00	0,00	643 754,00	112 433 935,39	113 077 689,39	82 257,00	0,57	99,36
1	31Z	999	A04A06	10	Transferências de capital	4 331 676,00	0,00	4 331 676,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 331 676,00	0,00	0,00
1	31Z	999	A04A06	1004	Administração regional	4 331 676,00	0,00	4 331 676,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 331 676,00	0,00	0,00
1	31Z	999	A04A06	100401	Região Autónoma dos Açores	4 331 676,00	0,00	4 331 676,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 331 676,00	0,00	0,00
1	31Z	999	A04A06	16	Saldo da gerência anterior	156 303,00	0,00	156 303,00	0,00	156 303,00	0,00	0,00	0,00	156 303,00	156 303,00	0,00	0,00	100,00
1	31Z	999	A04A06	1601	Saldo orçamental	156 303,00	0,00	156 303,00	0,00	156 303,00	0,00	0,00	0,00	156 303,00	156 303,00	0,00	0,00	100,00
1	31Z	999	A04A06	160101	Na posse do serviço	156 303,00	0,00	156 303,00	0,00	156 303,00	0,00	0,00	0,00	156 303,00	156 303,00	0,00	0,00	100,00
					Programa A04A06	4 487 979,00	0,00	4 487 979,00	0,00	156 303,00	0,00	0,00	0,00	156 303,00	156 303,00	4 331 676,00	0,00	3,48
					Atividade 999	4 487 979,00	0,00	4 487 979,00	0,00	156 303,00	0,00	0,00	0,00	156 303,00	156 303,00	4 331 676,00	0,00	3,48
					Fonte 31Z	4 487 979,00	0,00	4 487 979,00	0,00	156 303,00	0,00	0,00	0,00	156 303,00	156 303,00	4 331 676,00	0,00	3,48
1	500	999	A04A06	04	Taxas, multas e outras penalidades	154 131,00	128 594,73	157 049,00	2 918,50	139 648,82	180,00	180,00	9 449,82	130 019,00	139 468,82	143 256,41	6,13	84,36
1	500	999	A04A06	0401	Taxas	154 131,00	128 594,73	157 049,00	2 918,50	139 648,82	180,00	180,00	9 449,82	130 019,00	139 468,82	143 256,41	6,13	84,36
1	500	999	A04A06	040108	Taxas moderadoras	154 131,00	128 594,73	157 049,00	2 918,50	139 648,82	180,00	180,00	9 449,82	130 019,00	139 468,82	143 256,41	6,13	84,36
1	500	999	A04A06	05	Rendimentos da propriedade	27 907,00	1 488,24	27 906,25	0,00	24 510,89	0,00	0,00	1 488,24	23 022,65	24 510,89	4 883,60	5,33	82,50
1	500	999	A04A06	0502	Juros - Sociedades financeiras	27 907,00	1 488,24	27 906,25	0,00	24 510,89	0,00	0,00	1 488,24	23 022,65	24 510,89	4 883,60	5,33	82,50
1	500	999	A04A06	050201	Bancos e outras instituições financeiras	27 907,00	1 488,24	27 906,25	0,00	24 510,89	0,00	0,00	1 488,24	23 022,65	24 510,89	4 883,60	5,33	82,50
1	500	999	A04A06	06	Transferências correntes	1 122 924,00	0,00	819 555,39	0,00	819 555,39	0,00	0,00	0,00	819 555,39	819 555,39	0,00	0,00	72,98
1	500	999	A04A06	0603	Administrações central	1 121 924,00	0,00	818 555,39	0,00	818 555,39	0,00	0,00	0,00	818 555,39	818 555,39	0,00	0,00	72,96
1	500	999	A04A06	060302	Estado - Subsist. de protecção social de cidadania - Regime de solidariedade	1 120 740,00	0,00	817 372,22	0,00	817 372,22	0,00	0,00	0,00	817 372,22	817 372,22	0,00	0,00	72,93
1	500	999	A04A06	060307	Serviços e Fundos Autónomos	1 184,00	0,00	1 183,17	0,00	1 183,17	0,00	0,00	0,00	1 183,17	1 183,17	0,00	0,00	99,93
1	500	999	A04A06	0605	Administração local	1 000,00	0,00	1 000,00	0,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00	1 000,00	1 000,00	0,00	0,00	100,00
1	500	999	A04A06	060502	Região Autónoma dos Açores	1 000,00	0,00	1 000,00	0,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00	1 000,00	1 000,00	0,00	0,00	100,00
1	500	999	A04A06	07	Venda de bens e serviços correntes	1 312 340,00	1 861 261,83	1 272 192,24	180 597,13	1 225 134,68	612,07	612,07	463 101,37	761 421,24	1 224 522,61	1 728 334,33	35,29	58,02
1	500	999	A04A06	0701	Venda de bens	59 417,00	48 755,97	42 308,23	87,45	59 416,51	0,00	0,00	24 517,05	34 899,46	59 416,51	31 560,24	41,26	58,74
1	500	999	A04A06	070199	Outros	59 417,00	48 755,97	42 308,23	87,45	59 416,51	0,00	0,00	24 517,05	34 899,46	59 416,51	31 560,24	41,26	58,74
1	500	999	A04A06	0702	Serviços	1 252 923,00	1 812 505,86	1 229 884,01	180 509,68	1 165 718,17	612,07	612,07	438 584,32	726 521,78	1 165 106,10	1 696 774,09	35,00	57,99
1	500	999	A04A06	070205	Actividades de saúde	570 747,00	1 368 249,56	682 920,98	112 074,95	483 042,96	112,07	112,07	173 370,24	309 560,65	482 930,89	1 456 164,70	30,38	54,24
1	500	999	A04A06	070299	Outros	682 176,00	444 256,30	546 963,03	68 434,73	682 675,21	500,00	500,00	265 214,08	416 961,13	682 175,21	240 609,39	38,88	61,12
1	500	999	A04A06	08	Outras receitas correntes	2 465 010,00	255 707,78	2 252 273,69	0,00	2 465 009,75	0,00	0,00	254 744,43	2 210 265,32	2 465 009,75	42 971,72	10,33	89,67
1	500	999	A04A06	0801	Outras receitas correntes	2 465 010,00	255 707,78	2 252 273,69	0,00	2 465 009,75	0,00	0,00	254 744,43	2 210 265,32	2 465 009,75	42 971,72	10,33	89,67
1	500	999	A04A06	080199	Outras	2 465 010,00	255 707,78	2 252 273,69	0,00	2 465 009,75	0,00	0,00	254 744,43	2 210 265,32	2 465 009,75	42 971,72	10,33	89,67
1	500	999	A04A06	10	Transferências de capital	87 291,00	0,00	87 290,40	0,00	87 290,40	0,00	0,00	0,00	87 290,40	87 290,40	0,00	0,00	100,00
1	500	999	A04A06	1003	Administrações central	51 080,00	0,00	51 079,88	0,00	51 079,88	0,00	0,00	0,00	51 079,88	51 079,88	0,00	0,00	100,00
1	500	999	A04A06	100308	Serviços e Fundos Autónomos	51 080,00	0,00	51 079,88	0,00	51 079,88	0,00	0,00	0,00	51 079,88	51 079,88	0,00	0,00	100,00
1	500	999	A04A06	1009	Resto do Mundo	36 211,00	0,00	36 210,52	0,00	36 210,52	0,00	0,00	0,00	36 210,52	36 210,52	0,00	0,00	100,00
1	500	999	A04A06	100901	União Europeia - Instituições	36 211,00	0,00	36 210,52	0,00	36 210,52	0,00	0,00	0,00	36 210,52	36 210,52	0,00	0,00	100,00
1	500	999	A04A06	15	Reposições não abatidas nos pagamentos	144 714,00	144,97	144 713,24	0,00	144 713,24	0,00	0,00	0,00	144 713,24	144 713,24	144,97	0,00	100,00
1	500	999	A04A06	1501	Reposições não abatidas nos pagamentos	144 714,00	144,97	144 713,24	0,00	144 713,24	0,00	0,00	0,00	144 713,24	144 713,24	144,97	0,00	100,00
1	500	999	A04A06	150101	Reposições não abatidas nos pagamentos	144 714,00	144,97	144 713,24	0,00	144 713,24	0,00	0,00	0,00	144 713,24	144 713,24	144,97	0,00	100,00
1	500	999	A04A06	16	Saldo da gerência anterior	496 593,00	0,00	496 592,94	0,00	496 592,94	0,00	0,00	0,00	496 592,94	496 592,94	0,00	0,00	100,00
1	500	999	A04A06	1601	Saldo orçamental	496 593,00	0,00	496 592,94	0,00	496 592,94	0,00	0,00	0,00	496 592,94	496 592,94	0,00	0,00	100,00
1	500	999	A04A06	160101	Na posse do serviço	496 593,0												

23.2.3 Demonstrações de Execução Orçamental da Despesa

Orgânica	Fonte	Atividade	Programa	Económica	Descrição	P/Pagar Ant.	Dotações Corrigidas	Cativos/ Descativos	Compromissos	Obrigações	Pagas Liq. Ant.	Pagas Liq. Per.	Pagas Liq. Tot.	Comp. a transitar	Obr. por pagar	Grau Exec. Ant.	Grau Exec. Per.
1	310	999	A04A06		Fundos próprios												
1	310	999	A04A06	01	Despesas com o pessoal	724 277,09	63 548 154,00	0,00	63 617 463,22	63 617 463,22	724 277,09	61 887 291,04	62 611 568,13	0,00	1 005 895,09	1,14	97,39
1	310	999	A04A06	0101	Remunerações certas e permanentes	0,00	33 409 647,00	0,00	33 409 617,45	33 409 617,45	0,00	33 409 617,45	33 409 617,45	0,00	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	010102	Órgãos sociais	0,00	311 036,00	0,00	311 035,58	311 035,58	0,00	311 035,58	311 035,58	0,00	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	010103	Pessoal dos quadros-Regime de função pública	0,00	11 089 125,00	0,00	11 089 121,89	11 089 121,89	0,00	11 089 121,89	11 089 121,89	0,00	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	010103A000	Pessoal dos quadros-RFP-Pessoal em Funções	0,00	11 089 122,00	0,00	11 089 121,89	11 089 121,89	0,00	11 089 121,89	11 089 121,89	0,00	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	010103B000	Pessoal dos quadros-RFP-Alt. Obrigatória Posicionamento Remuneratório	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1	310	999	A04A06	010103C000	Pessoal dos quadros-RFP-Alt. Facultativas Posicionamento Remuneratório	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1	310	999	A04A06	010103D000	Pessoal dos quadros-RFP-Recrutamento Pessoal para Novos Postos de Trabalho	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1	310	999	A04A06	010104	Pessoal dos quadros-Reg de contrato individual trabalho	0,00	13 355 282,00	0,00	13 355 278,61	13 355 278,61	0,00	13 355 278,61	13 355 278,61	0,00	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	010104A000	Pessoal dos quadros-RCIT-Pessoal em Funções	0,00	13 355 279,00	0,00	13 355 278,61	13 355 278,61	0,00	13 355 278,61	13 355 278,61	0,00	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	010104B000	Pessoal dos quadros-RCIT-Alt. Obrigatória Posicionamento Remuneratório	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1	310	999	A04A06	010104C000	Pessoal dos quadros-RCIT-Alt. Facultativas Posicionamento Remuneratório	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1	310	999	A04A06	010104D000	Pessoal dos quadros-RCIT-Recrutamento Pessoal para Novos Postos de Trabalho	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1	310	999	A04A06	010106	Pessoal contratado a termo	0,00	1 669 246,00	0,00	1 669 242,41	1 669 242,41	0,00	1 669 242,41	1 669 242,41	0,00	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	010106A000	Pessoal contratado a termo-Pessoal em Funções	0,00	1 669 243,00	0,00	1 669 242,41	1 669 242,41	0,00	1 669 242,41	1 669 242,41	0,00	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	010106B000	Pessoal contratado a termo-Alt. Obrigatória Posicionamento Remuneratório	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1	310	999	A04A06	010106C000	Pessoal contratado a termo-Alt. Facultativas Posicionamento Remuneratório	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1	310	999	A04A06	010106D000	Pessoal contratado a termo-Recrutamento Pessoal para Novos Postos de Trabalho	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1	310	999	A04A06	010108	Pessoal aguardando aposentação	0,00	26 822,00	0,00	26 818,22	26 818,22	0,00	26 818,22	26 818,22	0,00	0,00	0,00	99,99
1	310	999	A04A06	010108A000	Pessoal aguardando aposentação-Pessoal em Funções	0,00	26 819,00	0,00	26 818,22	26 818,22	0,00	26 818,22	26 818,22	0,00	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	010108B000	Pessoal aguardando aposentação-Alt. Obrigatória Posicionamento Remuneratório	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1	310	999	A04A06	010108C000	Pessoal dos quadros-PAA-Alt. Facultativas Posicionamento Remuneratório	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1	310	999	A04A06	010108D000	Pessoal aguardando aposentaçã-Recrutamento Pessoal para Novos Postos de Trabalho	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1	310	999	A04A06	010109	Pessoal em qualquer outra situação	0,00	364 642,00	0,00	364 638,16	364 638,16	0,00	364 638,16	364 638,16	0,00	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	010109A000	Pessoal em qualquer outra situação-Pessoal em Funções	0,00	364 639,00	0,00	364 638,16	364 638,16	0,00	364 638,16	364 638,16	0,00	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	010109B000	Pessoal em qualquer outra situação-Alt. Obrigatória Posicionamento Remuneratório	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1	310	999	A04A06	010109C000	Pessoal em qualquer outra situaçã-Alt. Facultativas Posicionamento Remuneratório	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1	310	999	A04A06	010109D000	Pessoal em qualquer outra sit-Recrutamento Pessoal para Novos Postos de Trabalho	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1	310	999	A04A06	010110	Gratificações	0,00	254 982,00	0,00	254 980,44	254 980,44	0,00	254 980,44	254 980,44	0,00	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	010110A000	Gratificações - Pessoal em Funções	0,00	254 981,00	0,00	254 980,44	254 980,44	0,00	254 980,44	254 980,44	0,00	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	010110D000	Gratificações-Recrutamento Pessoal para Novos Postos de Trabalho	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1	310	999	A04A06	010111	Representação	0,00	29 824,00	0,00	29 822,57	29 822,57	0,00	29 822,57	29 822,57	0,00	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	010111A000	Representação - Pessoal em Funções	0,00	29 823,00	0,00	29 822,57	29 822,57	0,00	29 822,57	29 822,57	0,00	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	010111D000	Representação-Recrutamento Pessoal para Novos Postos de Trabalho	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1	310	999	A04A06	010113	Subsídio de refeição	0,00	1 471 868,00	0,00	1 471 866,04	1 471 866,04	0,00	1 471 866,04	1 471 866,04	0,00	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	010113A000	Subsídio de refeição - Pessoal em Funções	0,00	1 471 867,00	0,00	1 471 866,04	1 471 866,04	0,00	1 471 866,04	1 471 866,04	0,00	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	010113D000	Subsídio de refeição-Recrutamento Pessoal para Novos Postos de Trabalho	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1	310	999	A04A06	010114	Subsídio de férias e de Natal	0,00	4 836 820,00	0,00	4 836 813,53	4 836 813,53	0,00	4 836 813,53	4 836 813,53	0,00	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	010114SF	Subsídio de férias	0,00	2 497 645,00	0,00	2 497 641,58	2 497 641,58	0,00	2 497 641,58	2 497 641,58	0,00	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	010114SFA0	Subsídio de férias - Pessoal em Funções	0,00	2 497 642,00	0,00	2 497 641,58	2 497 641,58	0,00	2 497 641,58	2 497 641,58	0,00	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	010114SFB0	Subsídio de férias-Alt. Obrigatória Posicionamento Remuneratório	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1	310	999	A04A06	010114SFC0	Subsídio de férias-Alt. Facultativas Posicionamento Remuneratório	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1	310	999	A04A06	010114SFD0	Subsídio de férias-Recrutamento Pessoal para Novos Postos de Trabalho	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1	310	999	A04A06	010114SN	Subsídio de natal	0,00	2 339 175,00	0,00	2 339 171,95	2 339 171,95	0,00	2 339 171,95	2 339 171,95	0,00	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	010114SNA0	Subsídio de natal - Pessoal em Funções	0,00	2 339 172,00	0,00	2 339 171,95	2 339 171,95	0,00	2 339 171,95	2 339 171,95	0,00	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	010114SNB0	Subsídio de natal-Alt. Obrigatória Posicionamento Remuneratório	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1	310	999	A04A06	010114SNC0	Subsídio de natal-Alt. Facultativas Posicionamento Remuneratório	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1	310	999	A04A06	010114SND0	Subsídio de natal-Recrutamento Pessoal para Novos Postos de Trabalho	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1	310	999	A04A06	0102	Abonos variáveis ou eventuais	0,00	17 090 924,00	0,00	17 090 919,04	17 090 919,04	0,00	17 090 919,04	17 090 919,04	0,00	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	010202	Horas extraordinárias	0,00	7 418 778,00	0,00	7 418 777,25	7 418 777,25	0,00	7 418 777,25	7 418 777,25	0,00	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	010204	Ajudas de custo	0,00	20 642,00	0,00	20 641,13	20 641,13	0,00	20 641,13	20 641,13	0,00	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	010204B	Ajudas de custo em território nacional	0,00	20 642,00	0,00	20 641,13	20 641,13	0,00	20 641,13	20 641,13	0,00	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	010204B0	Ajudas de custo em território nacional	0,00	20 642,00	0,00	20 641,13	20 641,13	0,00	20 641,13	20 641,13	0,00	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	010205	Abono pª falhas	0,00	2 416,70	0,00	2 416,47	2 416,47	0,00	2 416,47	2 416,47	0,00	0,00	0,00	99,98
1	310	999	A04A06	010206	Formação	0,00	16 003,00	0,00	16 002,70	16 002,70	0,00	16 002,70	16 002,70	0,00	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	010208	Subsídios e abonos de fixação, residência e alojamento	0,00	22 477,00	0,00	22 476,89	22 476,89	0,00	22 476,89	22 476,89	0,00	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	010209	Subsídio de prevenção	0,00	5 826 163,00	0,00	5 826 162,24	5 826 162,24	0,00	5 826 162,24	5 826 162,24	0,00	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	010210	Subsídio de trabalho nocturno	0,00	1 864 900,00	0,00	1 864 899,99	1 864 899,99	0,00	1 864 899,99	1 864 899,99	0,00	0,00	0,00	100,00

Orgânica	Fonte	Atividade	Programa	Económica	Descrição	P/Pagar Ant.	Dotações Corrigidas	Cativos/ Descativos	Compromissos	Obrigações	Pagas Liq. Ant.	Pagas Liq. Per.	Pagas Liq. Tot.	Comp. a transitar	Obr. por pagar	Grau Exec. Ant.	Grau Exec. Per.
1	310	999	A04A06	010212	Indemnizações por cessação de funções	0,00	903,00	0,00	902,31	902,31	0,00	902,31	902,31	0,00	0,00	0,00	99,92
1	310	999	A04A06	010213	Outros suplementos e prémios	0,00	1 147 730,00	0,00	1 147 729,87	1 147 729,87	0,00	1 147 729,87	1 147 729,87	0,00	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	010214	Outros abonos em numerário ou espécie	0,00	770 910,00	0,00	770 910,19	770 910,19	0,00	770 910,19	770 910,19	0,00	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	010214C	Outros abonos	0,00	770 910,00	0,00	770 910,19	770 910,19	0,00	770 910,19	770 910,19	0,00	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	010214C0	Outros abonos	0,00	770 910,00	0,00	770 910,19	770 910,19	0,00	770 910,19	770 910,19	0,00	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	0103	Segurança social	724 277,09	13 047 583,00	0,00	13 116 926,73	13 116 926,73	724 277,09	11 386 754,55	12 111 031,64	0,00	1 005 895,09	5,55	87,27
1	310	999	A04A06	010303	Subsídio familiar a crianças e jovens	0,00	14 019,00	0,00	14 019,00	14 019,00	0,00	14 019,00	14 019,00	0,00	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	010303B	Subsídio familiar a crianças e jovens	0,00	14 019,00	0,00	14 019,00	14 019,00	0,00	14 019,00	14 019,00	0,00	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	010303B0	Subsídio familiar a crianças e jovens	0,00	14 019,00	0,00	14 019,00	14 019,00	0,00	14 019,00	14 019,00	0,00	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	010304	Outras prestações familiares	0,00	15 961,00	0,00	15 960,90	15 960,90	0,00	15 960,90	15 960,90	0,00	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	010305	Contribuições	724 277,09	12 123 349,00	0,00	12 192 694,61	12 192 694,61	724 277,09	10 462 638,66	11 186 915,75	0,00	1 005 778,86	5,97	86,30
1	310	999	A04A06	010305A0A0	CGA	266 576,34	4 574 002,00	0,00	4 643 349,39	4 643 349,39	266 576,34	3 902 173,21	4 168 749,55	0,00	474 599,84	5,83	85,31
1	310	999	A04A06	010305A0B0	Contribuições pª a segurança social	457 368,57	7 546 886,00	0,00	7 546 885,23	7 546 885,23	457 368,57	6 558 509,73	7 015 878,30	0,00	531 006,93	6,06	86,90
1	310	999	A04A06	010305A0C0	Fundo de Compensação do Trabalho	332,18	333,00	0,00	332,18	332,18	332,18	0,00	332,18	0,00	0,00	99,75	0,00
1	310	999	A04A06	010305A000	Outras	0,00	2 128,00	0,00	2 127,81	2 127,81	0,00	1 955,72	1 955,72	0,00	172,09	0,00	91,90
1	310	999	A04A06	010306	Acidentes em serviço e doenças profissionais	0,00	17,00	0,00	16,52	16,52	0,00	16,52	16,52	0,00	0,00	0,00	97,18
1	310	999	A04A06	010308	Outras pensões	0,00	736 292,00	0,00	736 292,00	736 292,00	0,00	736 292,00	736 292,00	0,00	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	010309	Seguros	0,00	145 476,00	0,00	145 475,07	145 475,07	0,00	145 358,84	145 358,84	0,00	116,23	0,00	99,92
1	310	999	A04A06	010310	Outras despesas de segurança social	0,00	12 469,00	0,00	12 468,63	12 468,63	0,00	12 468,63	12 468,63	0,00	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	010310P	Parentalidade	0,00	12 469,00	0,00	12 468,63	12 468,63	0,00	12 468,63	12 468,63	0,00	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	010310P0	Parentalidade	0,00	12 469,00	0,00	12 468,63	12 468,63	0,00	12 468,63	12 468,63	0,00	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	02	Aquisição de bens e serviços	43 761 528,48	48 908 668,00	0,00	93 069 661,34	93 069 661,34	16 896 427,52	32 012 227,15	48 908 654,67	0,00	44 161 006,67	34,55	65,45
1	310	999	A04A06	0201	Aquisição de bens	14 426 124,12	27 377 633,00	0,00	39 954 732,18	39 954 732,18	10 530 272,62	16 847 354,53	27 377 627,15	0,00	12 577 105,03	38,46	61,54
1	310	999	A04A06	020102	Combustíveis e lubrificantes	76 504,13	616 592,00	0,00	735 057,54	735 057,54	76 504,13	540 087,55	616 591,68	0,00	118 465,86	12,41	87,59
1	310	999	A04A06	020105	Alimentação-Refeições confeccionadas	238 269,63	1 019 258,00	0,00	1 277 979,55	1 277 979,55	238 269,63	780 987,97	1 019 257,60	0,00	258 721,95	23,38	76,62
1	310	999	A04A06	020108	Material de escritório	12 992,20	111 900,00	0,00	136 845,97	136 845,97	12 992,20	98 907,18	111 899,38	0,00	24 946,59	11,61	88,39
1	310	999	A04A06	020109	Produtos químicos e farmacêuticos	11 657 127,05	19 230 510,00	0,00	29 874 300,41	29 874 300,41	7 973 235,89	11 257 273,75	19 230 509,64	0,00	10 643 790,77	41,46	58,54
1	310	999	A04A06	020111	Material de consumo clínico	2 122 785,94	5 539 813,00	0,00	6 842 853,94	6 842 853,94	1 931 712,53	3 608 100,11	5 539 812,64	0,00	1 303 041,30	34,87	65,13
1	310	999	A04A06	020113	Material de consumo hoteleiro	204 572,48	584 028,00	0,00	699 408,51	699 408,51	204 242,58	379 784,72	584 027,30	0,00	115 381,21	34,97	65,03
1	310	999	A04A06	020114	Outro material-peças	0,00	35,00	0,00	1 690,63	1 690,63	0,00	34,73	34,73	0,00	1 655,90	0,00	99,23
1	310	999	A04A06	020115	Prémios, condecorações e ofertas	0,00	1,00	0,00	18,51	18,51	0,00	0,00	0,00	0,00	18,51	0,00	0,00
1	310	999	A04A06	020117	Ferramentas e utensílios	15 494,15	72 867,00	0,00	98 516,73	98 516,73	12 427,55	60 438,85	72 866,40	0,00	25 650,33	17,06	82,94
1	310	999	A04A06	020118	Livros e documentação técnica	0,00	7 573,00	0,00	7 572,72	7 572,72	0,00	7 572,72	7 572,72	0,00	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	020121	Outros bens	98 378,54	195 056,00	0,00	280 487,67	280 487,67	80 888,11	114 166,95	195 055,06	0,00	85 432,61	41,47	58,53
1	310	999	A04A06	0202	Aquisição de serviços	29 335 404,36	21 531 035,00	0,00	53 114 929,16	53 114 929,16	6 366 154,90	15 164 872,62	21 531 027,52	0,00	31 583 901,64	29,57	70,43
1	310	999	A04A06	020201	Encargos das instalações	11 957 072,51	655 764,00	0,00	13 192 299,54	13 192 299,54	6 509,21	649 254,32	655 763,53	0,00	12 536 536,01	0,99	99,01
1	310	999	A04A06	020202	Limpeza e higiene	355 961,34	1 549 848,00	0,00	1 986 279,90	1 986 279,90	355 961,34	1 193 885,89	1 549 847,23	0,00	436 432,67	22,97	77,03
1	310	999	A04A06	020203	Conservação de bens	274 843,66	291 978,00	0,00	479 779,94	479 779,94	179 627,33	112 350,38	291 977,71	0,00	187 802,23	61,52	38,48
1	310	999	A04A06	020205	Locação de material de informática	25 711,71	28 526,00	0,00	29 122,25	29 122,25	25 711,71	2 813,99	28 525,70	0,00	596,55	90,13	9,86
1	310	999	A04A06	020209	Comunicações	6 261,92	58 085,00	0,00	61 850,91	61 850,91	6 261,92	51 822,24	58 084,16	0,00	3 766,75	10,78	89,22
1	310	999	A04A06	020209C	Fixas de Voz	170,48	1 600,00	0,00	1 763,56	1 763,56	170,48	1 429,42	1 599,90	0,00	163,66	10,66	89,34
1	310	999	A04A06	020209C000	Fixas de Voz	170,48	1 600,00	0,00	1 763,56	1 763,56	170,48	1 429,42	1 599,90	0,00	163,66	10,66	89,34
1	310	999	A04A06	020209D	Móveis	833,98	8 947,00	0,00	9 768,41	9 768,41	833,98	8 112,48	8 946,46	0,00	821,95	9,32	90,67
1	310	999	A04A06	020209D000	Móveis	833,98	8 947,00	0,00	9 768,41	9 768,41	833,98	8 112,48	8 946,46	0,00	821,95	9,32	90,67
1	310	999	A04A06	020209F	Outros serviços comunicações	5 257,46	47 538,00	0,00	50 318,94	50 318,94	5 257,46	42 280,34	47 537,80	0,00	2 781,14	11,06	88,94
1	310	999	A04A06	020209F000	Outros serviços comunicações	5 257,46	47 538,00	0,00	50 318,94	50 318,94	5 257,46	42 280,34	47 537,80	0,00	2 781,14	11,06	88,94
1	310	999	A04A06	020210	Transportes	44 266,07	87 880,00	0,00	152 556,04	152 556,04	44 116,07	43 763,61	87 879,68	0,00	64 676,36	50,20	49,80
1	310	999	A04A06	020211	Representação dos serviços	0,00	723,00	0,00	722,19	722,19	0,00	722,19	722,19	0,00	0,00	0,00	99,89
1	310	999	A04A06	020212	Seguros	8 959,68	12 061,00	0,00	20 238,59	20 238,59	8 959,68	3 100,57	12 060,25	0,00	8 178,34	74,29	25,71
1	310	999	A04A06	020213	Deslocações e estadas	7 421,23	38 653,00	0,00	75 658,87	75 658,87	7 421,23	31 231,30	38 652,53	0,00	37 006,34	19,20	80,80
1	310	999	A04A06	020213B	Deslocações e estadas Nacional	7 421,23	38 653,00	0,00	75 658,87	75 658,87	7 421,23	31 231,30	38 652,53	0,00	37 006,34	19,20	80,80
1	310	999	A04A06	020213B0	Deslocações e estadas Nacional	7 421,23	38 653,00	0,00	75 658,87	75 658,87	7 421,23	31 231,30	38 652,53	0,00	37 006,34	19,20	80,80
1	310	999	A04A06	020217	Publicidade	151,96	3 413,00	0,00	3 412,78	3 412,78	151,96	3 260,82	3 412,78	0,00	0,00	4,45	95,54
1	310	999	A04A06	020218	Vigilância e segurança	54 965,24	401 236,00	0,00	443 868,09	443 868,09	54 965,24	346 270,39	401 235,63	0,00	42 632,46	13,70	86,30
1	310	999	A04A06	020219	Assistência técnica	1 622 133,10	1 191 774,00	0,00	2 316 556,53	2 316 556,53	961 164,74	230 608,87	1 191 773,61	0,00	1 124 782,92	80,65	19,35
1	310	999	A04A06	020220	Outros trabalhos especializados	6 216 002,77	7 483 232,00	0,00	15 226 896,92	15 226 896,92	1 618 291,31	5 864 940,08	7 483 231,39	0,00	7 743 665,53	21,63	78,37
1	310	999	A04A06	020222	Serviços de saúde	8 098 340,14	6 317 806,00	0,00	15 043 971,95	15 043 971,95	2 929 176,47	3 388 629,50	6 317 805,97	0,00	8 726 165,98	46,36	53,64
1	310	999	A04A06	020223	Outros serviços de saúde	0,00	7 693,00	0,00	7 692,32	7 692,32	0,00	7 692,32	7 692,32	0,00	0,00	0,00	99,99
1	310	999	A04A06	020225	Outros serviços	663 313,03	3 402 363,00	0,00	4 074 022,34	4 074 022,34	167 836,69	3 234 526,15	3 402 362,84	0,00</			

Orgânica	Fonte	Atividade	Programa	Económica	Descrição	P/Pagar Ant.	Dotações Corrigidas	Cativos/ Descativos	Compromissos	Obrigações	Pagas Liq. Ant.	Pagas Liq. Per.	Pagas Liq. Tot.	Comp. a transitar	Obr. por pagar	Grau Exec. Ant.	Grau Exec. Per.
1	310	999	A04A06	030601	Outros encargos financeiros	0,00	3 719,00	0,00	2 609 630,81	2 609 630,81	0,00	3 718,73	3 718,73	0,00	2 605 912,08	0,00	99,99
1	310	999	A04A06	06	Outras despesas correntes	4 272,72	4 273,00	0,00	4 272,72	4 272,72	4 272,72	0,00	4 272,72	0,00	0,00	99,99	0,00
1	310	999	A04A06	0602	Diversas	4 272,72	4 273,00	0,00	4 272,72	4 272,72	4 272,72	0,00	4 272,72	0,00	0,00	99,99	0,00
1	310	999	A04A06	060201	Impostos e taxas	4 272,72	4 273,00	0,00	4 272,72	4 272,72	4 272,72	0,00	4 272,72	0,00	0,00	99,99	0,00
1	310	999	A04A06	07	Aquisição de bens de capital	37 269,78	695 163,00	0,00	695 161,42	695 161,42	5 765,63	640 535,65	646 301,28	0,00	48 860,14	0,83	92,14
1	310	999	A04A06	0701	Investimentos	37 269,78	695 163,00	0,00	695 161,42	695 161,42	5 765,63	640 535,65	646 301,28	0,00	48 860,14	0,83	92,14
1	310	999	A04A06	070103	Edifícios	0,00	598 533,00	0,00	598 532,05	598 532,05	0,00	598 532,05	598 532,05	0,00	0,00	0,00	100,00
1	310	999	A04A06	070107	Equipamento de informática	14 790,00	14 790,00	0,00	14 790,00	14 790,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14 790,00	0,00	0,00
1	310	999	A04A06	070110	Equipamento básico	22 479,78	81 840,00	0,00	81 839,37	81 839,37	5 765,63	42 003,60	47 769,23	0,00	34 070,14	7,05	51,32
Programa A04A06						44 527 348,07	113 159 977,00	0,00	159 996 189,51	159 996 189,51	17 630 742,96	94 543 772,57	112 174 515,53	0,00	47 821 673,98	15,58	83,55
Atividade 999						44 527 348,07	113 159 977,00	0,00	159 996 189,51	159 996 189,51	17 630 742,96	94 543 772,57	112 174 515,53	0,00	47 821 673,98	15,58	83,55
Fonte 310						44 527 348,07	113 159 977,00	0,00	159 996 189,51	159 996 189,51	17 630 742,96	94 543 772,57	112 174 515,53	0,00	47 821 673,98	15,58	83,55
1	31Z	999	A04A06	02	Aquisição de bens e serviços	59 005,52	538 537,00	0,00	179 207,23	179 207,23	59 005,52	0,00	59 005,52	0,00	120 201,71	10,96	0,00
1	31Z	999	A04A06	0202	Aquisição de serviços	59 005,52	538 537,00	0,00	179 207,23	179 207,23	59 005,52	0,00	59 005,52	0,00	120 201,71	10,96	0,00
1	31Z	999	A04A06	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	0,00	152 134,00	0,00	109 866,11	109 866,11	0,00	0,00	0,00	0,00	109 866,11	0,00	0,00
1	31Z	999	A04A06	020219	Assistência técnica	59 005,52	120 498,00	0,00	61 284,62	61 284,62	59 005,52	0,00	59 005,52	0,00	2 279,10	48,97	0,00
1	31Z	999	A04A06	020220	Outros trabalhos especializados	0,00	265 905,00	0,00	8 056,50	8 056,50	0,00	0,00	0,00	0,00	8 056,50	0,00	0,00
1	31Z	999	A04A06	07	Aquisição de bens de capital	13 522,62	3 949 442,00	0,00	511 535,65	511 535,65	13 522,62	83 459,66	96 982,28	0,00	414 553,37	0,34	2,11
1	31Z	999	A04A06	0701	Investimentos	13 522,62	3 949 442,00	0,00	511 535,65	511 535,65	13 522,62	83 459,66	96 982,28	0,00	414 553,37	0,34	2,11
1	31Z	999	A04A06	070107	Equipamento de informática	13 522,62	142 978,00	0,00	92 555,19	92 555,19	13 522,62	13 105,66	26 628,28	0,00	65 926,91	9,46	9,17
1	31Z	999	A04A06	070108	Software informático	0,00	786 616,00	0,00	240 156,26	240 156,26	0,00	70 354,00	70 354,00	0,00	169 802,26	0,00	8,94
1	31Z	999	A04A06	070110	Equipamento básico	0,00	3 019 848,00	0,00	178 824,20	178 824,20	0,00	0,00	0,00	0,00	178 824,20	0,00	0,00
Programa A04A06						72 528,14	4 487 979,00	0,00	690 742,88	690 742,88	72 528,14	83 459,66	155 987,80	0,00	534 755,08	1,62	1,86
Atividade 999						72 528,14	4 487 979,00	0,00	690 742,88	690 742,88	72 528,14	83 459,66	155 987,80	0,00	534 755,08	1,62	1,86
Fonte 31Z						72 528,14	4 487 979,00	0,00	690 742,88	690 742,88	72 528,14	83 459,66	155 987,80	0,00	534 755,08	1,62	1,86
1	500	999	A04A06	02	Aquisição de bens e serviços	8 708,39	2 659 353,00	0,00	2 659 325,46	2 659 325,46	8 704,64	2 648 617,07	2 657 321,71	0,00	2 003,75	0,33	99,60
1	500	999	A04A06	0202	Aquisição de serviços	8 708,39	2 659 353,00	0,00	2 659 325,46	2 659 325,46	8 704,64	2 648 617,07	2 657 321,71	0,00	2 003,75	0,33	99,60
1	500	999	A04A06	020215	Formação	8 704,64	21 561,00	0,00	21 560,20	21 560,20	8 704,64	10 855,56	19 560,20	0,00	2 000,00	40,37	50,35
1	500	999	A04A06	020220	Outros trabalhos especializados	0,00	473 448,00	0,00	473 447,90	473 447,90	0,00	473 447,90	473 447,90	0,00	0,00	0,00	100,00
1	500	999	A04A06	020222	Serviços de saúde	3,75	2 164 344,00	0,00	2 164 317,36	2 164 317,36	0,00	2 164 313,61	2 164 313,61	0,00	3,75	0,00	100,00
1	500	999	A04A06	03	Juros e outros encargos	1 013 998,63	1 891 754,00	0,00	1 891 747,11	1 891 747,11	164 661,25	312 912,77	477 574,02	0,00	1 414 173,09	8,70	16,54
1	500	999	A04A06	0306	Outros encargos financeiros	1 013 998,63	1 891 754,00	0,00	1 891 747,11	1 891 747,11	164 661,25	312 912,77	477 574,02	0,00	1 414 173,09	8,70	16,54
1	500	999	A04A06	030601	Outros encargos financeiros	1 013 998,63	1 891 754,00	0,00	1 891 747,11	1 891 747,11	164 661,25	312 912,77	477 574,02	0,00	1 414 173,09	8,70	16,54
1	500	999	A04A06	06	Outras despesas correntes	20 408,32	198 086,00	0,00	198 084,13	198 084,13	20 408,32	39 080,37	59 488,69	0,00	138 595,44	10,30	19,73
1	500	999	A04A06	0602	Diversas	20 408,32	198 086,00	0,00	198 084,13	198 084,13	20 408,32	39 080,37	59 488,69	0,00	138 595,44	10,30	19,73
1	500	999	A04A06	060201	Impostos e taxas	0,00	29 893,00	0,00	29 892,01	29 892,01	0,00	20 793,44	20 793,44	0,00	9 098,57	0,00	69,56
1	500	999	A04A06	060203	Outras	20 408,32	168 193,00	0,00	168 192,12	168 192,12	20 408,32	18 286,93	38 695,25	0,00	129 496,87	12,13	10,87
1	500	999	A04A06	0602030000	Outras	20 408,32	168 193,00	0,00	168 192,12	168 192,12	20 408,32	18 286,93	38 695,25	0,00	129 496,87	12,13	10,87
1	500	999	A04A06	07	Aquisição de bens de capital	483 652,91	1 061 717,00	0,00	1 061 714,75	1 061 714,75	414 689,59	351 529,39	766 218,98	0,00	295 495,77	39,06	33,11
1	500	999	A04A06	0701	Investimentos	483 652,91	1 061 717,00	0,00	1 061 714,75	1 061 714,75	414 689,59	351 529,39	766 218,98	0,00	295 495,77	39,06	33,11
1	500	999	A04A06	070103	Edifícios	0,00	57 545,00	0,00	57 544,33	57 544,33	0,00	57 544,33	57 544,33	0,00	0,00	0,00	100,00
1	500	999	A04A06	070107	Equipamento de informática	57,00	5 375,00	0,00	5 374,76	5 374,76	57,00	4 659,00	4 716,00	0,00	658,76	1,06	86,68
1	500	999	A04A06	070108	Software informático	7 287,53	57 617,00	0,00	57 616,78	57 616,78	7 287,53	14 792,32	22 079,85	0,00	35 536,93	12,65	25,67
1	500	999	A04A06	070109	Equipamento administrativo	2 178,99	27 044,00	0,00	27 043,43	27 043,43	2 178,99	21 741,14	23 920,13	0,00	3 123,30	8,06	80,39
1	500	999	A04A06	070110	Equipamento básico	471 041,23	910 885,00	0,00	910 884,89	910 884,89	402 077,91	252 630,20	654 708,11	0,00	256 176,78	44,14	27,73
1	500	999	A04A06	070111	Ferramentas e utensílios	3 088,16	3 251,00	0,00	3 250,56	3 250,56	3 088,16	162,40	3 250,56	0,00	0,00	94,99	5,00
Programa A04A06						1526 768,25	5 810 910,00	0,00	5 810 871,45	5 810 871,45	608 463,80	3 352 139,60	3 960 603,40	0,00	1 850 268,05	10,47	57,69
Atividade 999						1526 768,25	5 810 910,00	0,00	5 810 871,45	5 810 871,45	608 463,80	3 352 139,60	3 960 603,40	0,00	1 850 268,05	10,47	57,69
Fonte 500						1526 768,25	5 810 910,00	0,00	5 810 871,45	5 810 871,45	608 463,80	3 352 139,60	3 960 603,40	0,00	1 850 268,05	10,47	57,69
Orgânica 011						46 126 644,46	123 458 866,00	0,00	166 497 803,84	166 497 803,84	18 311 734,90	97 979 371,83	116 291 106,73	0,00	50 206 697,11	14,83	79,36
TOTAL Geral						46 126 644,46	123 458 866,00	0,00	166 497 803,84	166 497 803,84	18 311 734,90	97 979 371,83	116 291 106,73	0,00	50 206 697,11	14,83	79,36

23.3 Anexo às Demonstrações Orçamentais

23.3.1 Alterações Orçamentais da Receita

Económica	Descrição	Previsões Iniciais	Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações	Créditos Especiais	Previsões Corrigidas
R4	Taxas, multas e outras penalidades	148 368,00	0,00	0,00	0,00	148 368,00
R0401	Taxas	151 300,00	0,00	0,00	2 831,00	154 131,00
R05	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	8 171,00	8 171,00
R0502	Juros - Sociedades financeiras	0,00	0,00	0,00	27 907,00	27 907,00
R06	Transferências correntes	91 820 740,00	1 580,00	16 580,00	19 782 425,00	111 588 165,00
R0603	Administrações central	1 120 740,00	1 184,00	0,00	6 508,00	1 128 432,00
R0604	Administração regional - RAA	90 700 000,00	0,00	0,00	19 758 733,00	110 458 733,00
R0605	Administração Local	0,00	0,00	0,00	1 000,00	1 000,00
R0607	Instituições sem fins lucrativos	0,00	396,00	16 580,00	16 184,00	0,00
R07	Venda de bens e serviços correntes	825 070,00	0,00	0,00	487 270,00	1 312 340,00
R08	Outras receitas correntes	1 658 680,00	0,00	0,00	806 330,00	2 465 010,00
R10	Transferências de capital	0,00	15 000,00	0,00	5 495 084,00	5 510 084,00
R1003	Administrações central	0,00	15 000,00	0,00	62 320,00	77 320,00
R1004	Administração regional - RAA	0,00	0,00	0,00	5 396 553,00	5 396 553,00
R1009	Resto do Mundo	0,00	0,00	0,00	36 211,00	36 211,00
R15	Reposições não abatidas a pagamentos	0,00	0,00	0,00	144 714,00	144 714,00
R16	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	0,00	14 999,00	14 999,00	2 256 515,00	2 256 515,00
TOTAL Geral		94 455 790,00	31 579,00	31 579,00	29 003 076,00	123 458 866,00

- As alterações mais significativas respeitam a:
- R0604 Administração Regional – em dezembro de 2025 foi assinada uma Adenda ao Acordo Modificativo do ano de 2025 que aumentou o valor do Contrato Programa em 19,8 milhões de euros;
 - R1004 Contrato de Investimento da RAA – Do TOTAL de 5.396.553,00 euros, 643.754,0.0 euros respeitam ao Contrato de Investimento do ano de 2024 cujo recebimento só ocorreu em 2025;
 - R08 Outras receitas correntes – O valor das alterações orçamentais respeita essencialmente a descontos de rappel e à adequação das dotações ao valor da receita efetivamente liquidada de anos anteriores.

23.3.2 Alterações Orçamentais da Despesa

Económica	Descrição	Previsões Iniciais	Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações	Créditos Especiais	Previsões Corrigidas
D01	Despesas com o pessoal	57 209 677,00	2 457 416,00	2 925 170,00	6 806 231,00	63 548 154,00
D0101	Remunerações certas e permanentes	32 885 210,00	408 828,00	1 690 259,00	1 805 868,00	33 409 647,00
D0102	Abonos variáveis ou eventuais	12 289 677,00	628 728,00	103 565,00	4 276 084,00	17 090 924,00
D0103	Segurança social	12 034 790,00	1 419 860,00	1 131 346,00	724 279,00	13 047 583,00
D02	Aquisição de bens e serviços	36 326 533,00	8 650 173,00	8 709 725,00	15 839 577,00	52 106 558,00
D0201	Aquisição de bens	23 115 090,00	208 227,00	5 078 682,00	9 132 998,00	27 377 633,00
D0202	Aquisição de serviços	13 211 443,00	8 441 946,00	3 631 043,00	6 706 579,00	24 728 925,00
D03	Juros e outros encargos	897 300,00	3 719,00	782,00	995 236,00	1 895 473,00
D06	Outras despesas correntes	22 280,00	61 130,00	0,00	118 949,00	202 359,00
D07	Aquisição de bens de capital	0,00	979 029,00	515 790,00	5 243 083,00	5 706 322,00
TOTAL Geral		94 455 790,00	12 151 467,00	12 151 467,00	29 003 076,00	123 458 866,00

23.3.3 Operações de Tesouraria

Código	Código das Contas	Saldo Inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo final
1	07.11 / 07.21 - Recebimentos/pagamentos por intermediação de fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
2	07.1.2.1.1 / 07.2.2.1.1 - Autarquias Locais	0,00	0,00	0,00	0,00
3	07.1.2.1.2 / 07.2.2.1.2 - Entidade Contabilística Estado	0,00	0,00	0,00	0,00
4	07.1.2.1.3 / 07.2.2.1.3 - Região Autónoma dos Açores	339 345,40	4 859 106,66	4 740 200,66	458 251,40
5	07.1.2.1.4 / 07.2.2.1.4 - Região Autónoma da Madeira	0,00	0,00	0,00	0,00
6	07.1.2.1.5 / 07.2.2.1.5 - Outras entidades beneficiárias	0,00	0,00	0,00	0,00
7	07.1.2.2 / 07.2.2.2 - Receita não Fiscal	336 785,51	6 473 454,89	6 332 218,59	478 021,81
8	07.1.3 / 07.2.3 - Constituição e reforço/devolução de cauções e garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
9	07.1.4 / 07.2.4 - Cobrança/Entrega de recursos próprios europeus	0,00	0,00	0,00	0,00
10	07.1.5 / 07.2.5 - Receção/receitas de receitas próprias - duplo cabimento	0,00	0,00	0,00	0,00
11	07.1.6 / 07.2.6 - Retenções - Transição para o SNC-AP	0,00	0,00	0,00	0,00
12	07.2.8 - Conversão de operações de tesouraria em receita orçamental	0,00	0,00	0,00	0,00
13	07.1.9 / 07.2.9 - Outras receitas/despesas de operações de tesouraria	55 398,22	354 243,98	361 333,15	48 309,05
TOTAL		731 529,13	11 686 805,53	11 433 752,40	984 582,26

23.3.4 Contratação Administrativa

Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento											TOTAL
	Concurso Público		Concurso limitado por prévia qualificação		Procedimento de negociação		Diálogo concorrencial		Ajuste Direto			
	Nº dos contratos	Preço contratual	Nº dos contratos	Preço contratual	Nº dos contratos	Preço contratual	Nº dos contratos	Preço contratual	Nº dos contratos	Preço contratual	Nº dos contratos	Preço contratual
Empreitadas de obras públicas	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €
Aquisição de serviços	5	4 282 251,46 €	0	- €	0	- €	0	- €	89	21 739 142,97 €	94	26 021 394,43 €
Locação ou aquisição de bens móveis	13	2 969 544,53 €	0	- €	0	- €	0	- €	112	13 055 682,93 €	125	16 025 227,46 €
Concessão de obras públicas	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €
Concessão de serviços públicos	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €
Sociedade	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €
Outros	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €
TOTAL	18	7 251 795,99 €	0	- €	0	- €	0	- €	201	34 794 825,90 €	219	42 046 621,89 €

23.3.5 Transferências e Subsídios Recebidos

Disposições legais	Finalidade	Entidade Financiadora	Receita prevista	Receita recebida	Receita Prevista e Não Recebida
Transferências correntes					
Portaria n.º 73/2025, de 16 de janeiro	Contrato Programa	Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social	225 000,00	225 000,00	0,00
Portaria n.º 74/2025, de 16 de janeiro	Contrato Programa	Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social	7 057 000,00	7 057 000,00	0,00
Portaria n.º 255/2025, de 18 de fevereiro	Contrato Programa	Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social	7 301 183,00	7 301 183,00	0,00
Portaria n.º 256/2025, de 18 de fevereiro	Contrato Programa	Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social	212 000,00	212 000,00	0,00
Portaria n.º 384/2025, de 17 de março	Contrato Programa	Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social	7 175 191,00	7 175 191,00	0,00
Portaria n.º 554/2025, de 10 de abril	Contrato Programa	Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social	7 057 000,00	7 057 000,00	0,00
Portaria n.º 686/2025, de 19 de maio	Contrato Programa	Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social	8 657 000,00	8 657 000,00	0,00
Portaria n.º 853/2025, de 19 de junho	Contrato Programa	Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social	9 978 000,00	9 978 000,00	0,00
Portaria n.º 917/2025, de 3 de julho	Contrato Programa	Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social	10 000 000,00	10 000 000,00	0,00
Portaria n.º 924/2025, de 3 de julho	Contrato Programa	Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social	3 000 000,00	3 000 000,00	0,00
Portaria n.º 925/2025, de 3 de julho	Contrato Programa	Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social	2 663 359,00	2 663 359,00	0,00
Portaria n.º 926/2025, de 3 de julho	Contrato Programa	Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social	2 000 000,00	2 000 000,00	0,00
Portaria n.º 954/2025, de 9 de julho	Contrato Programa	Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social	7 133 000,00	7 133 000,00	0,00
Portaria n.º 1287/2025, de 11 de setembro	Contrato Programa	Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social	7 000 000,00	7 000 000,00	0,00
Portaria n.º 1287/2025, de 11 de setembro	Contrato Programa	Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social	7 000 000,00	7 000 000,00	0,00
Portaria n.º 1440/2025, de 7 de outubro	Contrato Programa	Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social	7 000 000,00	7 000 000,00	0,00
Portaria n.º 1641/2025, de 7 de novembro	Contrato Programa	Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social	10 000 000,00	10 000 000,00	0,00
Portaria n.º 1862/2025, de 2 de dezembro	Contrato Programa	Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social	7 000 000,00	7 000 000,00	0,00
Resolução do Conselho do Governo n.º 7/2023, de 31 de janeiro	Contratar Estável - promoção e geração de novos postos trabalho	Fundo Regional do Emprego	6 508,00	6 507,44	0,56
Decreto Lei 41/2015, de 24 de março	Subsídio social de mobilidade	Estado Português	1 120 740,00	817 372,22	303 367,78
Contrato-Programa 2020-2023	Consórcio de Investigação - CHRC	Universidade Nova Lisboa - FTC	1 184,00	1 183,17	0,83
Contratos-Programa	Apoio à Organização de Eventos Científicos	Câmara Municipal da Praia da Vitória	1 000,00	1 000,00	0,00
			111 588 165,00	111 284 795,83	303 369,17

Disposições legais	Finalidade	Entidade Financiadora	Receita prevista	Receita recebida	Receita Prevista e Não Recebida
Transferências capital					
Portaria n.º 1095/2024, de 13 de setembro	Plano Investimento 2024 - Melhoria das Instalações	Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social	272 754,00	272 754,00	0,00
Portaria n.º 1100/2024, de 13 de setembro	Plano Investimento 2024 - CEDO	Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social	290 000,00	290 000,00	0,00
Portaria n.º 1366/2024, de 7 de novembro	Plano Investimento 2024 - CEDO	Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social	81 000,00	81 000,00	0,00
Portaria n.º 187/2025, de 7 de fevereiro	Plano Investimento 2025 - Equipamentos	Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social	30 000,00	30 000,00	0,00
Portaria n.º 188/2025, de 7 de fevereiro	Plano Investimento 2025 - CIRURGE	Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social	276 366,00	276 366,00	0,00
Portaria n.º 1113/2025, de 22 de julho	Plano Investimento 2025 - SAPA	Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social	20 000,00	20 000,00	0,00
Portaria n.º 1114/2025, de 22 de julho	Plano Investimento 2025 - SAPA	Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social	10 000,00	10 000,00	0,00
Portaria n.º 1147/2025, de 31 de julho	Plano Investimento 2025 - PRR (RE-C01-i08-RAA - Hospital Digital - Região Autónoma dos Açores)	Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social	873 973,00	0,00	873 973,00
Portaria n.º 1148/2025, de 31 de julho	Plano Investimento 2025 - PRR (RE-C01-i08-RAA - Hospital Digital - Região Autónoma dos Açores)	Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social	440 155,00	0,00	440 155,00
Portaria n.º 1149/2025, de 31 de julho	Plano Investimento 2025 - PRR (RE-C01-i11-RAA - Modernização e Requalificação do Serviço Regional de Saúde)	Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social	2 267 548,00	0,00	2 267 548,00
Portaria n.º 1171/2025, de 5 de agosto	Plano Investimento 2025 - Apoio às Jornadas de Estomoterapia dos Açores	Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social	2 500,00	2 500,00	0,00
Portaria n.º 1395/2025, de 1 de outubro	Plano Investimento 2025 - PRR (RE-C01-i11-RAA - Modernização e Requalificação do Serviço Regional de Saúde)	Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social	750 000,00	0,00	750 000,00
Portaria n.º 1722/2025, de 18 de novembro	Plano Investimento 2025 - Fixação profissionais de saúde	Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social	82 257,00	0,00	82 257,00
Contrato-Programa 2020-2023	Consórcio de Investigação - CHRC	Universidade Nova Lisboa - FTC	51 110,00	51 079,88	30,12
Despacho n.º 1394/2023, de 7 de agosto	Rastreio Organizado de Cancro do Cólon e Reto nos Açores	Centro de Oncologia dos Açores Professor Doutor José Conde	26 210,00	26 210,00	0,00
Programa Comunitário PO2020	ACORES-02-0550-FEDER-000015-HSEIT Digital - Melhor Hospital, Mais Cidadania	Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais	36 211,00	36 210,52	0,48
			5 510 084,00	1 096 120,40	4 413 963,60

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Assinado por: **Tânia Alexandra Pires Rocha**
Num. de Identificação: 12834755
Certificado por: **Ordem dos Contabilistas**
Certificados
Atributos certificados: **Membro da OCC nº 85113**

Assinado por: **RUTE MARGARIDA DE SOUSA GARCIA DO COUTO**
Num. de Identificação: 10325600

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Assinado por: **Paulo Filipe de Almeida e Silva Diz**
Num. de Identificação: 11609454

Assinado por: **CÉSAR LEANDRO DA COSTA TOSTE**
Num. de Identificação: 12349710

Assinado por: **MICHÉLE SOVETA AGUIAR**
Num. de Identificação: 13803708

HOSPITAL DE SANTO ESPÍRITO DA ILHA TERCEIRA, EPER

Canada do Breado, 049-9700 Angra do Heroísmo

Tlf: +351 295 403 200

NIF: 512 10 50 30



HOSPITAL DE SANTO ESPÍRITO
DA ILHA TERCEIRA, E.P.E.R.

www.hseit.pt 

<https://www.linkedin.com/company/hseit/> 

www.facebook.com/hospitalsantoespírito 

www.instagram.com/hseiteper 

youtube.com/@hseit 

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhor acionista,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, vimos emitir o nosso Parecer sobre os documentos de Prestação de Contas do **HOSPITAL DE SANTO ESPÍRITO DA ILHA TERCEIRA, E.P.E.R.** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as quais compreendem o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no património líquido e dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas e, também, as demonstrações do desempenho orçamental, da execução orçamental da receita e da despesa relativas ao exercício findo naquela data.

1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da atividade da Entidade tendo obtido do Conselho de Administração todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. O Fiscal Único considera que o Relatório de gestão foi elaborado em conformidade com os parâmetros referidos no artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, indicando de forma clara a evolução passada e previsível dos negócios da Entidade.
4. O património líquido apresentava-se negativo, encontrando-se, conseqüentemente, a Entidade abrangida pelo regime previsto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais. Não obstante, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, o qual depende de forma crítica e determinante da manutenção do apoio financeiro por parte do acionista, o qual é essencial para prosseguir a sua atividade em condições normais, podendo originar ruturas de tesouraria, incumprimentos contratuais e restrições significativas ao desenvolvimento das suas operações.

5. O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.
6. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das contas são os constantes no Anexo às demonstrações financeiras e correspondem à correta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais, exceto as matérias referidas na Certificação Legal das Contas com reservas emitida nesta data que faz parte integrante deste relatório.
7. Em face do que antecede, emitimos o seguinte parecer:
 - (a) Aproveis o Relatório, o Balanço, as Demonstração dos resultados por naturezas, das alterações no património líquido e dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo preparados pelo Conselho de Administração com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, bem como, as demonstrações do desempenho orçamental, da execução orçamental da receita e da despesa relativas ao exercício findo naquela data, e
 - (b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação de resultados do exercício.

Ponta Delgada, 29 de abril de 2026

Assinado por: **Manuel Luís Fernandes Branco**
Num. de Identificação: 07802474
Data: 2026.04.29 18:42:24+00'00'

UHY – OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

(n.º 164 e registada na CMVM com o n.º 20161471)

Representada por:

Manuel Luís Fernandes Branco

(nº 652 e registado na CMVM com o n.º 20160296)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **HOSPITAL DE SANTO ESPÍRITO DA ILHA TERCEIRA, E.P.E.R.**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 24.275.181 euros e um total de património líquido negativo de 52.696.192 euros, incluindo um resultado líquido de 3.329.132 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido e dos fluxos de caixa do ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **HOSPITAL DE SANTO ESPÍRITO DA ILHA TERCEIRA, E.P.E.R.** em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

As responsabilidades decorrentes de atos médicos prestados aos utentes do Sistema Regional de Saúde (SRS) no continente, os quais, em observância do princípio da reciprocidade nacional, deveriam ser gratuitos, e cujo pagamento tem vindo a ser exigido, não se encontram reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Nos termos da Lei nº 20/2016, de 15 de julho, que estabelece a gratuidade da prestação de cuidados de saúde, ficou determinado que o montante das dívidas nessa data existentes entre os dois sistemas de saúde seria apurado e regularizado por um grupo de trabalho criado na dependência do Ministro da Saúde.

Nestas circunstâncias, e na ausência de informação fiável quanto ao desfecho desse processo, não nos é possível concluir sobre o eventual impacto desta matéria, caso exista, nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das

demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

Conforme referido na nota 18 do relatório de gestão, a Entidade apresenta um património líquido negativo de 52.696.192 euros, encontrando-se, por este facto, abrangida pelas disposições dos artigos 35.º e 171.º do Código das Sociedades Comerciais, o que exige a adoção, pelo acionista, das medidas necessárias à reposição do equilíbrio da situação patrimonial, a qual é determinante para permitir a liquidação dos passivos financeiros nos prazos contratuais previstos e para assegurar a manutenção dos níveis de desempenho operacional sem risco de rutura.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria; e
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditámos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 118.635.656 euros) e a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 116.291.107 uros) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, exceto que:

1. O montante de compromissos assumidos é superior aos fundos disponíveis em 31 de dezembro de 2025, que deriva do desequilíbrio entre a atividade exercida e o seu financiamento.

2. Nas fases de execução do orçamento da despesa, os cabimentos, bem como os compromissos e obrigações excederam a dotação orçamental corrigida, que se fixou em 123.458.866 euros, não cumprindo com a regra estabelecida no parágrafo 5 da NCP 26.
3. A Entidade contabiliza as retenções de remunerações do pessoal que são entregues a entidades terceiras, como operações de tesouraria e não como despesa orçamental. O saldo final das operações de tesouraria compreende retenções de remunerações do pessoal no valor de 936.273 euros (2024 – 676.131 euros).

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras e exceto quanto aos efeitos das matérias referidas na secção “Sobre as demonstrações orçamentais” do Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais, exceto como divulgado na nota 17.4 do relatório de gestão, a Entidade não desenvolveu ainda as bases de um sistema de contabilidade de gestão de acordo com a NCP 27 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Ponta Delgada, 29 de abril de 2026

Assinado por: **Manuel Luís Fernandes Branco**
Num. de Identificação: 07802474
Data: 2026.04.29 18:39:37+00'00'

UHY – OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

(n.º 164 e registada na CMVM com o n.º 20161471)

Representada por:

Manuel Luís Fernandes Branco

(nº 652 e registado na CMVM com o n.º 20160296)

Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social

Despacho n.º 1164/2026 de 28 de maio de 2026

Considerando o regime jurídico dos hospitais integrados no Serviço Regional de Saúde dos Açores organizados como entidades públicas empresariais (adiante, hospitais EPER), aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2007/A de 24 de janeiro, na redação atual.

Considerando que os hospitais EPER devem elaborar anualmente os respetivos instrumentos de prestação de contas e submetê-los aos membros do Governo Regional com competência em matérias de finanças e saúde.

Considerando que as contas do Hospital Santo Espírito Terceira, EPER foram certificadas pelo seu Fiscal Único.

O Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública e a Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 10.º do Anexo I do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2007/A, de 24 de janeiro, na redação atual, conjugado com os artigos 9.º e 12.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2024/A de 11 de abril, determinam o seguinte:

1 – São aprovados os documentos de prestação de contas Hospital Santo Espírito Terceira, EPER, com referência a 31 de dezembro de 2025.

2 – O presente despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

27 de maio de 2026. - O Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, *Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas*. - A Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, *Mónica Reis Simões Seidi*.